

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA  
LINGUAGEM

André Ribeiro Viana

**DISCURSO POLÍTICO NOS SANTINHOS:  
Processos de Significação sobre o voto e imagens dos sujeitos  
candidato e eleitor**

Pouso Alegre  
2010

André Ribeiro Viana

**DISCURSO POLÍTICO NOS SANTINHOS:  
Processos de Significação sobre o voto e imagens dos sujeitos  
candidato e eleitor**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade do Vale do Sapucaí, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Ciências da Linguagem, área de  
concentração: Análise de Discurso.  
Orientadora: Prof. Dra. MARIA ONICE  
PAYER.

Pouso Alegre  
2010

Viana, André Ribeiro.

Discurso Político nos Santinhos: processos de significação sobre o voto e imagens dos sujeitos candidato e eleitor / André Ribeiro Viana.  
- Pouso Alegre: Univás / Fafiep, 2010.  
128 f.

Orientadora: Maria Onice Payer.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Sapucaí, Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem - Linguagem e Sociedade.

1. Análise do Discurso. 2. Discurso político. 3. Campanha Eleitoral. 4. Pouso Alegre. I. Maria Onice Payer II. Universidade do Vale do Sapucaí. III. Discurso Político nos Santinhos: processos de significação sobre o voto e imagens dos sujeitos candidato e eleitor.

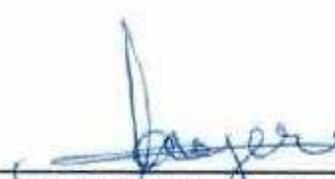
## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

**TÍTULO:** *DISCURSO POLÍTICO NOS SANTINHOS: PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO SOBRE O VOTO E IMAGENS DOS SUJEITOS CANDIDATO E ELEITOR.*

**ALUNO:** *ANDRÉ RIBEIRO VIANA*

**ORIENTADORA:** *PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARIA ONICE PAYER*

Aprovada pela Comissão Examinadora



---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Onice Payer



---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mirian dos Santos



---

Prof. Dr. José Horta Nunes

## AGRADECIMENTOS

A CARLA, minha esposa, por todo Amor e Companheirismo.

A professora Onice, minha orientadora, por toda delicadeza, atenção e discernimento.

## Resumo

Este trabalho propõe-se a refletir sobre o discurso político materializado nos chamados “santinhos políticos”, produzido no que chamaremos de uma “posição-sujeito candidato” ao Legislativo Municipal, na cidade de Pouso Alegre, Sul de Minas Gerais. Busca-se compreender os efeitos da forma esquemática desses textos, em relação às formações discursivas e ao imaginário, ao produzir sentidos sobre o voto, sobre o sujeito em sua posição de candidato, e ainda sobre a imagem do sujeito eleitor. Para isso, utiliza-se como referencial teórico-analítico Análise de Discurso de linha francesa, em uma relação interdisciplinar com estudos no campo das Ciências Sociais. A pesquisa vai indicar uma regularidade na apresentação dos candidatos, que supõe um caráter bastante esquemático. A textualidade que possibilita essa forma esquemática acaba por produzir efeitos de sentido de singularização do candidato e de personalização do discurso político, assim como imagens de eleitores com “saberes sofisticados”, ou não, sobre o político. Essa característica discursiva funciona de certo modo independentemente de partidos políticos. Apesar desta forma esquemática e do reduzido espaço nos santinhos políticos, ainda assim foi possível entrever tanto a diversidade e as oposições quanto a heterogeneidade do discurso político, sobretudo, pelo funcionamento das formações discursivas presentes no *corpus*, como a personalista, a clientelista e a republicana.

## Abstract

This work proposes a reflection on the political discourse materialized in the called "Political Campaign Flyers", produced in what we will call a "subject candidate position" to the municipal legislative, in the city of Pouso Alegre, south of Minas Gerais. We seek to understand the effects of the schematic form of these texts, in relation to the discursive elaborations and the collective imagination, in order to produce meaning about the vote, about the subject in his position as a candidate, and also about the image of the subject voter. For this, it was used a theoretical and analytical reference the French line of Discourse Analysis, in an interdisciplinary relationship with the studies in the field of Social Sciences. The survey will indicate regularity in the presentation of candidates, which implies in a strong schematic character. The textuality of this schematic form produces effects of meaning, of singularity of the candidate and personalization of political discourse, as well as images of voters with "knowledge rich", or not, about politics. This discursive characteristic works in a certain way independently of political parties. Despite the schematic form and the limited dimensions of the "Political Campaign Flyers", it is still possible detect the diversity, oppositions and the heterogeneity of the political discourse, especially by the operation of the discursive elaborations presented in the corpus, such as the personalism, clientelism and the Republican.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	08
CAPÍTULO I: SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: POUSO	
ALEGRE, CAMPANHA ELEITORAL E SANTINHOS POLÍTICOS .....	16
Introdução .....	16
1 Pouso Alegre .....	16
2 Campanha Eleitoral .....	21
3 Santinhos Políticos .....	24
4 Sobre as Entrevistas .....	28
CAPÍTULO II: ANÁLISE DE DISCURSO: ‘RUMINANDO’ ALGUNS	
CONCEITOS .....	30
Introdução .....	30
1 Sujeito Discursivo e Formação Imaginária .....	33
2 O Texto para a Análise de Discurso .....	37
3 Memória Discursiva .....	38
4 O sentido em Análise de Discurso .....	47
5 Formação Discursiva na Compreensão do Discurso Político .....	55
6 Formação Ideológica .....	64
CAPÍTULO III: ANÁLISES: A ‘ORDEM’ EM ‘BABEL’ DISCURSIVO	
POLÍTICO .....	67
Introdução .....	67
1 Santinhos Políticos: A Estrutura Textual .....	67
1.1 O Sentido Linear da História de Vida .....	71
2 Sou Bacharel .....	77
3 Discurso Pessoal-Doméstico e Discurso Político-Público .....	82
3.1 Efeitos de Sentidos Emocionais, Sentimentais .....	91
3.2 Relação Direta .....	93
4 Formação Discursiva Personalista .....	95
5 Formação Discursiva Clientelista: Silenciamento, Controle, Delimitação .....	101
6 Outra Formação Discursiva .....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	122
BIBLIOGRAFIA .....	124

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender o funcionamento do discurso político materializado nos chamados “santinhos políticos”, produzido na posição-sujeito candidato ao Legislativo Municipal, focando, neste discurso, a memória discursiva, as formações discursivas, as imaginárias, que possibilitam produzir sentidos sobre o voto, sobre os dizeres do sujeito em sua posição de candidato, e ainda a relação destes dizeres com a imagem do sujeito eleitor. A Análise de Discurso, linha francesa, oferecerá as bases teóricas e analíticas para tal empreitada. De imediato é importante frisar que analisaremos o discurso político produzido a partir do que identificamos como a *posição-sujeito candidato*, ou seja, a posição, o lugar discursivo que o ‘indivíduo’ ocupa para ao representar-se como sujeito candidato, no que diz. Tal posição, por ser discursiva, não está circunscrita apenas a um lugar empírico, tampouco a aspectos ligados à subjetividade. Ela funciona no seio de uma certa prática discursiva.

Grande parte dos estudos sobre o político, no que diz respeito ao eleitor, busca compreendê-lo, via pesquisas qualitativas e quantitativas, tendo como objeto de estudo o *próprio eleitor*. Nosso estudo, em função das especificidades presentes na teoria do discurso, buscará compreender significações e sentidos sobre o voto, sobre o eleitor, por meio dos discursos produzidos na posição-sujeito *candidato*. Este procedimento justifica-se e ancora-se nos conceitos de língua como materialidade discursiva, de memória discursiva, posição-sujeito, formação discursiva, imaginário e ideologia, conforme explicitaremos neste trabalho. Analisamos o discurso político materializado nos textos chamados “santinhos eleitorais”. Como veremos, segundo Orlandi (1996), o processo de produção do discurso não é indiferente ao suporte material. O discurso político, por sua vez, se constrói em diferentes suportes materiais: mídia impressa, mídia áudio-visual, Internet, discursos em rituais, conversas cotidianas, reuniões,

materiais de campanha eleitoral, como os santinhos, que têm um modo de produção e circulação próprios, conforme estudaremos.

O estudo do discurso político, pelo viés da Análise de Discurso, é algo novo para este pesquisador, embora o estudo sobre a Política, de forma mais específica sobre o voto, não seja. Objetos de estudo relacionados à Política, ao voto, aos candidatos, sempre nos instigaram. Tanto o Trabalho de Conclusão de Curso – *O voto para o Executivo numa cidade pequena: o caso Delfim Moreira* - para obter a titulação de bacharel em Ciências Sociais, na área de Política, quanto estudos realizados na pós-graduação em “Globalização e Cultura” abordaram questões sobre a política, o eleitor, o voto. Nestes estudos os instrumentos teóricos, assim como os objetivos estavam circunscritos às Ciências Sociais, sobretudo à Ciência Política. O desafio, que surge agora, é tentar compreender o Político pelo olhar da Análise de Discurso. Tarefa que poderia gerar certo descrédito, certo temor ou receio, pois “parece tão óbvio”. O que um santinho político pode nos dizer de substancial sobre o político? Já se falou muito sobre a política, será possível dizer algo novo ou sair do óbvio, do já dito, analisando esta materialidade do político?

Influenciado por diversas leituras, como não lembrar do título de uma das obras clássicas da Análise de Discurso: “Semântica e Discurso: *Uma crítica à afirmação do óbvio*” de Michel Pêcheux, e também dos estudos de Roberto Da Matta sobre as questões tidas como “óbvias”, como o futebol, o carnaval. Aqui, trata-se de aventurar pelas veredas do discurso político materializado nos “santinhos”, confiante na compreensão da “falha” da língua, ou melhor, na sua incompletude e não transparência, para a possibilidade deste nosso dizer. Se conseguirei ou não romper as barreiras do que é tido como óbvio, só o estudo dirá. No entanto, serei levado pela crença (e o que será de nós, como animais simbólicos, sem crenças?), pelo quase dogma de que tudo na vida

social pode ser desnaturalizado, estranhado, problematizado. E o discurso, como iremos ver, é constituído pelo histórico, pelo social, pela ideologia e conseqüentemente é suscetível de ser desnaturalizado. Não será este um dos objetivos principais da Análise de Discurso, desnaturalizar, estranhar, compreender o discurso enquanto opaco, pela materialidade histórica, social, ideológica? Seja como for, o que mais nos motiva é, digamos, a ‘curiosidade’, cientificamente sustentada, em saber o que iremos encontrar e compreender nesse discurso político produzido pelo sujeito candidato, materializado nos santinhos.

Gostando ou não, querendo ou não, a cada dois anos nós brasileiros somos “interpelados” pelos santinhos durante a campanha eleitoral. Este fato por si só, pela assiduidade em nossa vida, já merece um olhar investigativo. Ao mesmo tempo, a busca em se compreender o discurso político, a maneira como esse está se construindo sob a forma de governo tida como republicana, democrática, que, histórica, cultural e socialmente nós ocidentais estamos elaborando, também valida nossa ‘empreitada’. De forma, digamos, pragmática, este estudo poderá ainda contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento político e social da sociedade brasileira contemporânea, podendo, neste caso, servir de subsídios, por exemplo, a políticas públicas, a projetos sociais e educacionais que visem à construção de uma cidadania baseada no bem comum, tal como trabalhado inicialmente por Aristóteles, no respeito e ao mesmo tempo na distinção entre público e privado, na concretização dos ditos direitos sociais, políticos e civis. Não obstante, é bom ressaltar que não cabe ao pesquisador, enquanto cientista, neste campo, dizer o que se deve fazer, mas buscar compreender o como é feito, de modo a produzir elementos que permitam a quem de direito pensar o que pode ser feito. Por fim, vale frisar que uma melhor compreensão do Político, na sociedade brasileira, é desejável, e aí está uma das riquezas da Análise de Discurso -, pois segundo

este campo disciplinar o social, o histórico, o ideológico não estão simplesmente na língua, como um apêndice, mas *constituem* a língua, disposta nos textos, como discursos.

O '*corpus*' – material de análise - para este estudo é composto por 60 santinhos, de diversos partidos políticos, coletados durante a campanha eleitoral, na cidade de Pouso Alegre, em 2008. Para realizar, em determinadas análises, uma comparação, como mecanismo metodológico e de reflexão, foram feitas seis entrevistas. Essas, embora sejam importantes, só entraram em nosso estudo para compreender melhor o discurso presente nos santinhos, auxiliando, por exemplo, na percepção do que foi silenciado em nosso *corpus* principal (os “santinhos políticos”), para contrapor alguns dizeres.

Cabe ainda ressaltar que o mesmo objeto possibilita inúmeros olhares. É o interesse do pesquisador que delimitará qual ou quais aspectos do objeto serão estudados. Nos santinhos poderiam ser direcionados olhares, por exemplo, para o funcionamento dos mesmos como texto publicitário, para as técnicas de persuasão, para a argumentação persuasiva, analisando suas três formas de prova – *logos*, *pathos*, *ethos* -, para atuação do *Marketing* Político, das agências de publicidade, para a eficácia ou não deste instrumento de campanha na decisão do voto, no convencimento do eleitor, para o funcionamento do “código visual” – as cores, as fotos dos candidatos, os sentidos produzidos pelas diagramações –, assim como de aspectos textuais, como coesão, vocabulário, ligações entre orações e períodos que constituem também os santinhos. Mas o nosso olhar, como dissemos, se centrará em buscar compreender o funcionamento do discurso político materializado nos santinhos como texto verbal.

Ainda a título de introdução, para situar provisoriamente neste trabalho o campo de questões em que estamos nos inserindo, é mister trazer aqui a pergunta que Max

Weber<sup>1</sup> apresentou, logo no início de seu texto *A Política como Vocação*: “Que entendemos por política?” (2004, p. 59). Assim como ele, iremos dizer que há diversos significados para “política”. Podemos falar sobre a política de um banco, de uma empresa, de um time de futebol, de um sindicato, da política escolar de uma comunidade urbana ou rural, ou até mesmo, como menciona Weber (*idem*), da política de uma esposa hábil para controlar o marido. Evidentemente, quando, ao estudar o discurso político, nos referimos à Política, não estamos envolvendo todos esses sentidos. Para efeitos deste estudo, vamos nos voltar para um significado de Política desenvolvido pelo autor citado: “por política entendemos tão-somente a direção do agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que se exerce nesse sentido” (2004, p. 59). E ainda, “entenderemos por política o conjunto de esforços feitos visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (2004, p. 60, grifo nosso).

Vale ainda dizer, nesse sentido, de maneira sucinta, que para Weber, assim como para nós, o Estado tem como umas das características constitutivas o uso “legítimo” da violência, o direito e o monopólio de se fazer uso da violência física dentro dos limites de um território. Deslocando-nos do pensamento deste autor, diríamos ainda, agora sob influência do marxismo, que o Estado não é uma “entidade” abstrata, neutra, imparcial, mas uma construção histórica, com determinadas atribuições constituídas historicamente, tendo seu funcionamento, no modo de produção capitalista, relacionado à luta de classes. Isso não implica em dizer que o Estado seja simplesmente um instrumento da classe dominante, mas, digamos, a ‘sede’ que, simultânea e contraditoriamente, incorpora a luta de classes pela reprodução/transformação das relações de produção. Tampouco a manifestação da luta de classes no Estado é

---

<sup>1</sup> Max Weber (1864-1920), sociólogo alemão, autor fundamental à sistematização da sociologia enquanto ciência.

simétrica. Ilustremos essa última observação com a seguinte pergunta: O Estado, regularmente, utiliza-se do monopólio ‘legítimo’ da violência para reproduzir ou transformar as relações de produção capitalista?

Entretanto, tendo presente esses sentidos de política para nos introduzirmos nas questões que apresentamos, cabe dizer que no decorrer da pesquisa consideraremos esses aspectos através da historicidade, isto é, através dos sentidos - sobretudo de voto, candidato e eleitor – tal como se apresentam internamente ao discurso, aos enunciados. Esta é a especificidade deste trabalho, como notaremos.

A definição de política citada anteriormente faz referência também ao poder. Mas o que é poder? Novamente, de maneira breve, lembrando Max Weber (idem), diríamos que poder é a possibilidade de uma pessoa ou grupo ter sua vontade realizada, concretizada, mesmo havendo resistências, ou melhor, o poder “significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (1998, p. 43). Vale dizer que o campo que nos cabe enfatizar neste estudo é o das “relações de poder”. Conforme a teoria do discurso, que fundamenta o trabalho, segundo as obras de M. Pêcheux e de E. Orlanldi, entre outros, as relações de poder se apresentam como *relação de forças* que atuam na constituição das *relações de sentidos*.

Para dizer algumas outras palavras sobre as relações de poder, podemos lembrar Foucault (1996), que chama a atenção para o fato de que cabe abordar o poder pela “ordem do discurso”. Para haver *relações de poder*, considera o autor (FOUCAULT, 1995) é necessário também a resistência, assim como sujeitos “livres”, no sentido de sujeitos que têm resistências (sujeitos individuais ou coletivos), com um campo de possibilidades, de determinações não saturadas e, conseqüentemente, suscetíveis a diversas condutas, comportamentos – a partir de sua interpelação em sujeito pela

ideologia, acrescentamos, conforme Pêcheux [1975 (1995)]. Numa relação de escravidão, exemplifica Foucault (idem), não há “relação de poder”, no sentido específico que ele quer ressaltar, mas “coação física”. Para acontecer uma relação de poder é necessário confronto, “uma provocação permanente”, entre os elementos em questão. O poder, nesse sentido, não é algo consensual, dependente do “consentimento”, embora esse possa ser uma condição para que a relação de poder exista ou se mantenha. Foucault (idem) acentua o aspecto de que o poder *se exerce*, no sentido de que o exercício do poder “é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações” (idem, p. 243). Entendemos que o autor indica que o Estado não é apenas um conjunto de formalidades fixas, mas é dinâmico. De nosso lado, observamos que as concepções de poder que estamos abordando são, digamos, amorfas, no sentido de abrangentes, e de que não estão necessariamente circunscritas às ‘esferas’ formais do Estado, embora ao mesmo tempo podem ser utilizadas ao referir-se ao Estado e à Política. Trazemos neste momento estas noções de poder justamente para ressaltar o aspecto das relações de poder, que a nós importa abordar sob o ângulo das *relações de forças* que estão relacionadas às *relações de sentidos*, articuladas pela ideologia, na ordem do discurso, conforme acima referido.

Enfim, ao propor neste trabalho tentar compreender os sentidos, os significados dos dizeres do sujeito candidato, materializados nos santinhos políticos, sobre o campo semântico do voto, e analisar a relação de seus enunciados com as imagens do sujeito eleitor e de si mesmo, candidato, e ao afirmar que desenvolveremos por nosso lado uma análise sobre o discurso político (e sobre Política, de um certo modo), parece que não estamos equivocados, uma vez que estes objetivos estão relacionados especificamente

aos esforços realizados por sujeitos na *disputa* para participar, influenciar, ou exercer o poder no âmbito do Estado.

Ressaltamos que este objetivo leva-nos justamente a estudar o poder como relações de forças que sobredeterminam (do “exterior”) as relações de sentidos presentes nos enunciados. É pelo estudo destas relações de sentido no discurso, histórica e ideologicamente constituídas, e “em disputa”, isto é, em “relações de forças” nas condições de produção de uma campanha eleitoral que propomos compreender aspectos talvez inusitados, “não óbvios”, e não transparentes, dos sentidos do político e das relações de poder envolvidas nas instituições. Aqui, elas são estudadas segundo os modos de dizer (as “formas” da linguagem), relacionados a aspectos simbólicos e ideológicos. Este é, enfim, o pressuposto e também outra justificativa do estudo que ora se apresenta.

Começaremos nosso trabalho fazendo considerações sobre algumas condições de produção do discurso. Especificando, iremos abordar alguns traços da cidade de Pouso Alegre (MG) refletir sobre o que é o ‘período eleitoral’, pensar e caracterizar de modo geral a circulação dos santinhos nesse período. O segundo momento será dedicado à reflexão teórica, ou seja, serão trabalhos conceitos da Análise de Discurso, de suma importância ao nosso estudo, como já mencionamos: Memória Discursiva, Sentido, Formação Discursiva, Formação Imaginária, Posição-Sujeito, Ideologia. A terceira parte compreenderá as análises, isto é, a descrição e interpretação do funcionamento do processo discursivo. Resta dizer que nesta parte, também, em função da própria formação deste pesquisador, serão tomados como suporte, de um modo complementar, conceitos e compreensões sobre o campo desenvolvidos pelas Ciências Sociais. Teremos, ainda, considerações finais para fechar nosso estudo.

## CAPÍTULO I

### SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO:

#### POUSO ALEGRE, CAMPANHA ELEITORAL E ‘SANTINHOS’ POLÍTICOS

##### **Introdução**

O processo discursivo que tentaremos compreender é aquele a que remetem os textos produzidos por sujeitos candidatos às 11 (onze) vagas<sup>2</sup> ao Legislativo Municipal, durante a campanha eleitoral de 2008, na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais. Antes de mobilizarmos teórica e analiticamente noções para essa compreensão é mister fazermos algumas considerações sobre três elementos que compõem e constituem as condições de produção do discurso que analisaremos: a cidade de Pouso Alegre, a campanha eleitoral e os ‘santinhos políticos’. Entende-se por condições de produção, conforme Orlandi (2005), retomando Pêcheux (1993), os sujeitos e a situação do discurso. Reflexões acerca do sujeito serão realizadas nos próximos capítulos deste trabalho, quando trabalharemos aspectos relacionados à posição sujeito candidato ao Legislativo Municipal. Nesta parte ficaremos circunscritos à situação, isto é, ao momento da interlocução – situação imediata - e ao contexto sócio-histórico.

##### **1 Pouso Alegre**

Parafraseando Howard Becker<sup>3</sup>, ao dizer que o “sociólogo ativo não somente pode, como deve improvisar as soluções onde ele está e resolver os problemas que ele quer resolver” (1997, p. 13), podemos dizer que nós, enquanto analista de discurso, também ‘improvisamos’, ou se formos um pouco mais formais, que fizemos uma ‘observação participante’, ou que poderíamos inverter, pensando em uma espécie de

---

<sup>2</sup> De acordo com a resolução nº 21702/04 do Supremo Tribunal Federal, a Câmara Municipal de Pouso Alegre deverá ser composta por 11 (onze) vereadores.

<sup>3</sup> Influente cientista social contemporâneo, com uma área de atuação abrangente e diversificada, incluindo reflexões sobre metodologia e trabalho de campo.

‘participação observadora’, ao tentar compreender Pouso Alegre, como contexto sócio-histórico que possibilita produzir o discurso que é nosso objeto de estudo.

Para ilustrar a postura que possibilitou chegarmos às conclusões que citaremos logo em seguida, relataremos um fato ocorrido quando fomos cortar o cabelo em um salão no centro da cidade. Havia uns dez minutos que estávamos lá, quando chegou um tal de ‘Brinquinho’. Ele brincou com os dois cabeleireiros do salão, pegou um banquinho que estava no local, colocou quase no passeio, de uma das ruas mais movimentadas da cidade, e a todo momento inúmeras pessoas cumprimentavam e/ou brincavam com o então desconhecido e agora nosso já quase íntimo Brinquinho. Nos perguntamos se tal comportamento, ou melhor, tal episódio, marcado por contatos diretos, pessoais, sentimentais, seria possível ou provável, por exemplo, numa metrópole. Tal fato nos lembra um modo de vida característico das chamadas cidades pequenas. Mas será que Pouso Alegre, com um PIB de R\$ 1,746 bilhão, o terceiro maior PIB do Sul de Minas, de acordo com levantamento da Fundação João Pinheiro<sup>4</sup>, com base em dados de 2006/2007, com uma população, segundo estimativa do IBGE<sup>5</sup>, divulgada no início de julho de 2009, de 127.974 habitantes, com 85.795 eleitores, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral<sup>6</sup> (TSE) em outubro de 2008, tem seu estilo de vida semelhante à de pequenas cidades, carregado de contatos primários, diretos, sentimentais?

Pois bem, como já dissemos, em função de nossa formação, quando possível ou necessário, iremos recorrer a autores das Ciências Sociais. Neste caso, para tentar, digamos, dialogar com as questões apresentadas acima, buscaremos ‘subsídios’ em alguns sociólogos da chamada Escola de Chicago. Baseado nos trabalhos do sociólogo

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em: 10 de fev. 2009.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 de out. 2009.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 03 de ago. 2009.

alemão Louis Wirth (1979) e do estadunidense Robert Park (1979) sobre o contexto urbano, podemos dizer que o modo de vida em Pouso Alegre possui ainda traços de cidades pequenas e ao mesmo tempo apresenta elementos impessoais que caracterizam os grandes centros urbanos. Também Payer (2001), no contexto das discussões sobre os sentidos públicos no espaço urbano, no Labeurb/Unicamp, tematiza o fato de que cidades brasileiras apresentam com frequência entrecruzamentos entre traços mais rurais e mais urbanos, o se que marca ideologicamente nos discursos e nos seus sujeitos, em função do acelerado processo de urbanização e industrialização brasileiros.

Podemos arriscar em dizer, portanto, que o modo de vida em construção nesta cidade é fortemente marcado por uma heterogeneidade, ou melhor, é um ‘híbrido’, uma mistura, o que não significa dizer uma soma, entre estilos de vida típicos de grandes cidades com o modo de vida de pequenos municípios. Em função disto, o ‘ritmo de vida’ tem sua dinâmica própria, ou seja, não ‘flui’ lentamente, de forma habitual e uniforme como nas pequenas cidades, mas também não possui o dinamismo e de certo modo a instabilidade dos grandes centros. Ainda são ‘cultivados’ contatos sociais profundos, prolongados, diretos, freqüentes e ao mesmo tempo há relações sociais impessoais, fragmentadas, pragmáticas, indiretas. Não podemos afirmar ao certo que tipo de relação assume o papel de dominante, ou melhor, se há uma relação de dominância entre essas formas de relacionamento. Isto é, as relações sociais não são predominantemente afetivas, íntimas, sentimentais, tampouco predominam relações impessoais. No máximo diremos que a “atitude blasé”, definida pelo sociólogo alemão Georg Simmel (1979) como a reserva, a repulsão, a aversão ao contato mais próximo, não vigora no contexto que possibilita o discurso que estamos trabalhando.

Cabe ainda mencionar, nesse sentido, que se por um lado não há a falta de ‘liberdade’ característica das pequenas cidades, em função da ‘supervisão’, da

fiscalização do cidadão pelo cidadão, falta de liberdade também associada à grande quantidade de informação pessoal ‘circulando’ entre as pessoas, dado o elevado grau de conhecimento mútuo, por outro lado também não há a ‘liberdade’, diretamente relacionada ao anonimato, como presente nos grandes centros.

Esse modo de vida em funcionamento em Pouso Alegre, seguindo Payer (2001), pode ter relações com o rápido crescimento industrial e populacional por que o município vem passando nas últimas décadas. Para ilustrar, há pouco mais de 17 anos, nas eleições municipais de 1992, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral<sup>7</sup> (TSE), Pouso Alegre possuía 49.970 eleitores, já em outubro de 2008 o município apresentava 85.795 eleitores. Observemos, desta forma, um aumento de mais de 70%, ou seja, de 35.825 eleitores no município, em menos de duas décadas. Vale dizer que o crescimento no número de eleitores se mantém. Isso pode ser atestado, por exemplo, pelos dados do TSE, de junho de 2009, que indicavam Pouso Alegre com 86.471 eleitores.

Tentaremos compreender ainda outros aspectos sobre Pouso Alegre através da presença ou do silêncio com relação a certos temas no discurso produzido pelo sujeito candidato nos santinhos. Sem analisar a maneira como essas propostas foram formuladas, quase todas tendo um caráter bem geral, observamos, a título de apresentar elementos das condições de produção do discurso, que Pouso Alegre é uma cidade que, como outras, tem questões não resolvidas em muitas áreas que permeiam a dinâmica social, econômica, política. Temas como os seguintes apareceram, com maior ou menor regularidade, no *corpus* que analisamos: saúde, saneamento básico, assistência social, educação, cultura, lazer, meio ambiente, criança e adolescente, portadores de deficiências, idosos. O que mostra que a ‘pauta política’ do Município é extensa e

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 03 de ago. 2009.

abarca questões tidas como típicas de municípios com ‘desenvolvimento’ precário, como a falta de saneamento básico, até questões que caracterizam cidades que conseguiram ‘superar’ as ditas necessidades básicas e passaram a lidar com novas questões, como a situação dos idosos e dos deficientes. Assuntos como habitação, transporte coletivo e sistema viário, emprego, desenvolvimento econômico, servidores públicos, organização popular, segurança pública foram também enunciados nos materiais analisados.

Outro ponto que nos chamou atenção foi o quase silenciamento (ORLANDI, 1992), no *corpus*, do tema, nos termos da Lei Orgânica Municipal (Capítulo V, Título VI), “Do Abastecimento”. Esse tema se refere a ações que visam proporcionar à população de baixa renda acesso à alimentação básica, ou seja, a medidas para erradicar e combater a fome. O enunciado seguinte revela a única vez que tal tema foi abordado, embora de maneira indireta: “*sempre lutou pela implantação do Projeto da Horta Comunitária*”. O fato deste tema ter sido quase silenciado, da palavra ‘fome’ não ter aparecido sequer uma vez no *corpus*, nos autoriza a dizer que a questão da fome, pelo menos no imaginário do sujeito candidato, não é um problema que assola o município. Enfim, o que nossa observação sobre os temas apresentados pelo sujeito candidato indicou é que Pouso Alegre é uma cidade com inúmeras questões a serem resolvidas, questões estas que permeiam diferentes demandas sociais, de necessidades básicas a questões mais específicas, como o candidato que “pretende desenvolver lei para isenção da cobrança de linha telefônica para deficientes Físicos”.

Outro dado indicado pelo *corpus*, e que se confirma nas análises de Costa (2008), é que Pouso Alegre não é uma cidade voltada ao Turismo, como inúmeras outras cidades do Sul de Minas, sendo Poços de Caldas, São Lourenço e Caxambu as mais mencionadas. O Turismo foi citado uma única vez: “*incentivar o esporte e o*

*turismo no município*”. Já a imagem do município como ‘cidade industrial’ pode ser confirmada pela forte presença de inúmeras indústrias, como Unilever, Sobral Invicta, Sumidense, Johnson Controls, Alparagatas. E, como não poderia deixar de ser, pelo nosso *corpus*, sobre a memória discursiva de uma cidade industrial, há menções a outros aspectos em pauta nas projeções sobre a cidade, como neste enunciado: “... *tenho convicção que Pouso Alegre pode ser muito mais que uma cidade industrial, ampliando sua preocupação com a parte cultural, educacional e desportiva...*” (grifo nosso).

Pois bem, feitas essas considerações e atentos que para a Análise de Discurso a língua não é indiferente às formações sociais, históricas, ideológicas, pelo contrário, essas estão na constituição da língua, caberá a nós, enquanto analista de discurso, buscar compreender o funcionamento do discurso político, construído pelo sujeito candidato, tendo como suporte material os santinhos, durante a campanha eleitoral de 2008.

## **2 Campanha Eleitoral**

Neste momento, para aproximarmos do nosso objetivo, faz-se necessário ‘levantar’ algumas questões sobre os sentidos, os significados, os discursos que podem ser produzidos durante uma campanha eleitoral: seria o discurso político produzido durante uma campanha eleitoral similar a um discurso político construído durante outro momento? Será que uma campanha eleitoral produz alguma alteração no contexto imediato no qual se produz o discurso político? Como sentidos e significados se constituem em uma campanha eleitoral?

Tentaremos aproximar das respostas, as questões apresentadas acima, através deste recorte discursivo<sup>8</sup>, obtido durante as entrevistas que realizamos: “*na hora da política eles vêm se apresentar dizendo que é o Espírito Santo e que você nunca rezou por ele, você tá entendendo o que eu estou querendo dizer...* A pior época é a *época da*

---

<sup>8</sup> Segundo Orlandi (1984) “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem – e situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (p. 14)

*eleição porque é a época da mentira, a época da promessa que não vai ser cumprida ..., sabe, época da política é a pior época que tem*” (grifos nossos).

Observemos as expressões que destacamos em negrito. O eleitor utiliza as paráfrases ‘na hora da política’, ‘época da política’, para referir-se ao momento da campanha eleitoral. O que isso pode nos assinalar sobre seus sentidos?

Palmeira e Heredia (1995) chamam a atenção sobre a campanha eleitoral em nosso país, dizendo que este discurso político do sujeito eleitor aciona um imaginário que associa, ou melhor, que identifica a Política ao período eleitoral. A campanha eleitoral passa a ser compreendida pelos sujeitos interpelados nesse processo discursivo como “a hora da política”, a “época da política”, o “tempo da política” ou simplesmente “a política”. Observemos que neste discurso é construído um sentido fragmentado, atomizado, isto é, a política é significada como uma atividade que não é permanente. Assim como há o momento das festas, das atividades religiosas, das férias, há “a época da política”. Este imaginário constrói um recorte social do tempo, no qual a política é atravessada por um processo de produção de sentido associado a um calendário específico, seu sentido ficando circunscrito ao período eleitoral. Contudo, o fato de haver um discurso político em circulação em que o significado da política fica restrito à campanha eleitoral não nos autoriza a afirmar que não haja outros discursos presentes no contexto analisado, e nem mesmo que esse sentido de política seja predominante. No próprio fragmento que estamos analisando, a presença do advérbio de tempo ‘*nunca*’ e a expressão ‘*promessa que não vai ser cumprida*’ parecem indicar a memória discursiva de sentidos à política que não se limitam à que a identifica ao período eleitoral. Mesmo assim, pelo que observamos, embora haja um discurso político em que a política seja compreendida como algo permanente, constante, presente, ainda assim, podemos dizer

que na campanha eleitoral há um acirramento da presença da política na vida dos sujeitos.

Por fim, compartilhamos o estranhamento de Palmeira (1996) sobre a política possuir um sentido não permanente, numa sociedade, como a nossa, em que ela está, por assim dizer, contida nos limites do Estado, uma associação política que tem como uma de suas características o fato de ser permanente. Talvez, no capítulo três, ao desenvolvermos nossas análises, possamos compreender melhor essa questão.

Estamos pois afirmando que no período eleitoral a incidência e circulação de temas políticos nos discursos produzidos pelos sujeitos aumenta. “A política”, no sentido que mencionamos na Introdução, que para muitos não faz parte do cotidiano, passa a estar presente nas conversas diárias. Neste período, seguindo agora os estudos antropológicos de Guebel (1996) e Bonelli (1996) sobre eleições em certas regiões do Brasil, podemos dizer que o ‘ritmo habitual da cidade’ se altera, há um acirramento das disputas pelos sentidos, são produzidos ‘cortes’ nos vários discursos que constituem os sujeitos, ou seja, há com mais frequência a interdição de alguns dizeres; outros são criados, e novas significações são construídas nas relações entre os enunciados, produzindo efeitos de sentido de aproximação ou de distância entre os sujeitos, em maior ou menor grau, dependendo do envolvimento e da identificação dos sujeitos com as candidaturas. Muitas vezes, nessas regiões, tais efeitos de sentido ficam circunscritos ao período eleitoral. O embate entre discursos políticos antagônicos, que podem funcionar de maneira mais silenciosa antes da campanha eleitoral, durante a campanha se torna aberto, ‘dito’, às vezes, ríspidamente.

Identidades e estereótipos são produzidos a essa época, e busca-se construir, desta forma, uma oposição entre “nós” e “eles”. Na campanha eleitoral, além de outros fatores, está em jogo a possibilidade de acesso a lugares de poder, que podem

estabelecer determinada ordenação nos discursos e portanto também nas relações sociais, durante certo tempo. Todo este contexto é preenchido, quase sempre, pela incerteza sobre os resultados finais do pleito. O que faz com que uma ‘dose a mais de disputa e emoção’ seja acrescentada ao fato do dizer. Cabe lembrar que a presença física dos candidatos e políticos no cotidiano das comunidades, dos bairros, enfim, da cidade, ‘marcando presença’ nas ocasiões mais diversas, é outro fator que caracteriza o período eleitoral. Esta ‘presença’ intermitente dos políticos acaba por indicar outro fato importante, qual seja, que a política e os políticos acabam sendo significados como algo exterior. Isto é atestado, por exemplo, na expressão que sublinhamos no recorte de discurso citado mais acima, “*na hora da política eles vêm se apresentar dizendo que é...*” em que o discurso sobre os candidatos é produzido como se estes fossem de fora, externos, como se não pertencessem a comunidade. Enfim, um “eles”, de fora, contraposto a “nós”, de dentro.

### **3 Santinhos Políticos**

A campanha eleitoral produz ainda alterações na própria estrutura física e visual das cidades, preenchendo-a com textos: muros com nomes, números, slogans de candidatos, faixas, cartazes, bandeiras presentes em vários locais. ‘Rituais’ do discurso político, como carros de som, carreatas, passeatas, comícios, além do aumento de informações e notícias envolvendo política nos meios de comunicação passam a fazer parte do cotidiano das pessoas. E, como não poderíamos deixar de mencionar, ‘santinhos’, muitos ‘santinhos políticos’ ‘interpelando’ os sujeitos eleitores. Há a circulação ostensiva de diferentes materiais impressos, como uma folha de tipo ofício dobrada ao meio com as quadro faces impressas. Chama-se de ‘santinhos políticos’ os

panfletos menores, em ‘tamanho de bolso’, que trazem uma foto<sup>9</sup> do candidato (que quase sempre apresenta-se sorrindo).

De acordo com Scotto (1996), esses panfletos são chamados de “santinhos” em razão da semelhança com as ‘estampas de santos’. Ou seja, possui relações com uma prática da Igreja Católica, na qual os padres distribuíam aos fiéis pequenos papéis contendo de um lado a imagem de um santo e do outro uma oração<sup>10</sup>.

Os santinhos que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa apresentam o nome do candidato (completo ou não, ou o apelido), o seu número, a sigla partidária (quase sempre sem escrever o significado da sigla por extenso), alguma referência sobre o candidato ao Poder Executivo do mesmo partido ou coligação e, como não poderia deixar de ser, nosso material de análise principal: um texto verbal no verso do santinho (estamos considerando a frente do santinho a parte que contém a foto do candidato). Cabe dizer que durante a campanha eleitoral observamos também a circulação de ‘santinhos’ sem a presença desse texto verbal. Essa ausência foi observada com maior regularidade, sobretudo, nos santinhos de candidatos dos partidos políticos que apoiaram o candidato ao Executivo pelo Partido Republicano (PR) – Jair Siqueira<sup>11</sup>. Dos 60 (sessenta) santinhos que analisamos, apenas um apresentou diferença marcante quanto à qualidade da impressão, pois foi impresso em preto e branco. Todos os santinhos apresentaram referências quanto à tiragem, variando entre 5.000 (cinco mil) a 50.000 (cinquenta mil) exemplares, sendo que a maior parte teve uma tiragem de 10.000 (dez mil) exemplares. Pelo material recolhido para análise, não é possível verificar se houve ou não mais de uma tiragem.

---

<sup>9</sup> Sobre os efeitos das fotos ‘estampadas nos panfletos’, ver Roland Barthes, *Fotogenia eleitoral* (1987),.

<sup>10</sup> Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Santinho\\_pol%C3%ADtico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santinho_pol%C3%ADtico)>. Acesso em: 03 de out. 2009.

<sup>11</sup> Concorreram ao cargo de Prefeito Municipal, nesta eleição, além do candidato citado, também Virgília Rosa, candidata pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Agnaldo Perugini, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Esse último foi vitorioso neste pleito.

Durante o processo de procura, seleção e constituição do nosso *corpus*, observamos a circulação de panfletos diferentes de um mesmo candidato. Por exemplo, a circulação de santinhos nos moldes convencionais e também de outros santinhos distintos, de um mesmo candidato, em que no local destinado ao texto havia a imagem de uma urna eletrônica, indicando a maneira ‘correta’ de votar. Observamos que este último tipo de panfleto teve sua circulação intensificada nos dias que antecederam as eleições. Isto não nos autoriza afirmar que os santinhos que analisamos, com textos, tiveram sua circulação reduzida em função da proximidade das eleições. Eles continuaram presentes e mais freqüentes, conforme verificamos em nossas caminhadas diárias pelo centro da cidade nos dias que antecederam o pleito.

Todos os santinhos trazem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), tanto do partido quanto da gráfica responsável pela impressão dos mesmos. Esta informação não é escrita de maneira arbitrária, mas é uma determinação judicial. Isto serve para indicar que a produção, os dizeres, as informações, certos sentidos dos dizeres produzidos pelo sujeito candidato nos santinhos não são “soltos”, mas fazem parte também de um funcionamento institucional do discurso, com aspectos jurídicos a serem observados em sua produção. Além de inúmeros outros fatores associados às condições de produção do discurso, como as formações ideológicas, imaginárias, discursivas, estes dizeres também sofrem delimitações circunstanciadas oriundas do poder judiciário.

O “suporte material” do discurso que iremos estudar traz como uma de suas marcas, digamos, a praticidade na circulação<sup>12</sup>. Além de ter uma distribuição rápida e fácil, apresenta ainda um custo baixo se comparado a outros instrumentos de campanha eleitoral. Mas da mesma forma como o sujeito eleitor pode ser interpelado facilmente pelos santinhos, pode também se desfazer com facilidade dos mesmos. Isto nos permite

---

<sup>12</sup> Costa (2008) descreve esta mesma praticidade em relação aos fôlderes turísticos.

dizer que outra característica do santinho é de ser ‘volátil’<sup>13</sup>. Isso ficou atestado na pesquisa que realizamos junto ao Museu da Câmara Municipal – Museu Tuany Toledo -, no mês de março de 2009, em que encontramos somente alguns santinhos referentes ao pleito que estamos analisando, e outros das eleições de 2004, a maior parte tendo sido descartada. Também podemos confirmar a ‘volatilidade’ dos santinhos através de enunciados de seus próprios textos, como este: “*não jogue em vias públicas*”, aqui presente por efeito de memória. Ficamos sabendo de uma ou outra pessoa que tem o costume de colecionar santinhos, mas no geral eles não são arquivados. Estes fatos observados durante a constituição do *corpus* de análise indicam um tratamento social do santinho como texto circunscrito a um contexto ou momento: “a época da política”. Pode-se dizer, portanto, que na circulação dos santinhos está também seu funcionamento imaginário como volátil.

Enfim, porém não menos importante, para auxiliar na compreensão das especificidades do discurso materializado nos santinhos políticos, iremos recorrer a Pêcheux e Wesselius (1977), no trabalho em que analisam panfletos impressos, entre maio e junho de 1968, por três organizações estudantis francesas. Neste estudo, os autores distinguem panfletos, como os santinhos, de outros suportes materiais que circulam em atos públicos e em campanhas eleitorais, como cartazes, jornais e manifestos. Os autores observam que as informações dos panfletos, no caso os santinhos, possuem um formato bastante esquemático, um estilo, geralmente, resumido, pois são lidas rapidamente. De acordo com os autores “a informação e as análises políticas contidas num panfleto têm sempre um caráter bastante esquemático. Um panfleto tem que ser lido rapidamente, daí seu estilo geralmente resumido. Da ideologia dos autores ele só conserva o que é pertinente em relação ao contexto político e à

---

<sup>13</sup> Sobre a característica volátil da leitura, nos baseamos em Zoppi-Fontana (1999, p. 57).

conjuntura em que se situa” (1977, p. 226). Podemos afirmar portanto que o discurso materializado nos santinhos não pode exigir, digamos, muito esforço do sujeito eleitor.

Feitas essas considerações, eclodem algumas questões, que vão ao encontro dos nossos objetivos: o discurso, nos santinhos que iremos analisar adiante de modo mais detido, é também construído de maneira esquemática, conforme observaram os autores acima citados? Se sim, qual(is) o(s) significado(s) e o sentido(s) do *esquema* construído pelo nosso sujeito candidato em seu discurso? Neste discurso, o que se considera pertinente privilegiar, no texto resumido, e o que é silenciado, deixado de fora? Como funcionariam, nestes resumos e esquemas, as formações ideológicas, discursivas, imaginárias, a memória discursiva que possibilita ou impede certos dizeres do sujeito candidato ao sujeito eleitor?

Antes de nos aventurarmos a tentar responder a essas questões, é mister expor os referenciais teóricos que embasam as nossas análises e interpretações, fornecidos pela corrente de pensamento que alimenta nossa reflexão: A Análise de Discurso. Depois, quiçá ‘saciados’, no capítulo três, nas análises, iremos focar as questões apresentadas acima e quem sabe elaborar outras, no desejo ‘insaciável’ da compreensão do político.

#### **4 Sobre as Entrevistas**

Antes de finalizarmos este capítulo é necessário tecer alguns comentários sobre as entrevistas. Como dissemos na introdução deste estudo, as 6 (seis) entrevistas que realizamos foram feitas para nos auxiliar na compreensão do discurso político produzido pelo sujeito candidato nos ‘santinhos’, sobretudo, na percepção e compreensão de prováveis *silenciamentos* de elementos do discurso político materializado nos santinhos. As entrevistas, como vimos neste capítulo, também contribuíram em nossa tentativa de compreender os sentidos e significados de uma campanha eleitoral. No entanto, para frisar o papel, digamos, secundário das entrevistas

na composição do nosso *corpus*, acabamos definindo os santinhos como *corpus* principal.

Atentos ao jogo imaginário inerente ao discurso e, como não poderia deixar de ser, presente durante as entrevistas, procuramos deixar o nosso sujeito eleitor à vontade para falar sobre Política, candidato, eleições, voto, campanha eleitoral. Utilizamos a entrevista individual semi-estruturada, isto é, tínhamos um roteiro para guiar nossa conversa, mas não ficamos presos a ele. Cientes que o processo de produção dos enunciados não se limita ao lugar empírico, procuramos, mesmo assim, escolher para as entrevistas sujeitos eleitores com diferenças sociais e políticas. Diversidade relacionada ao gênero, à situação financeira, à localização geográfica, à faixa etária, ao envolvimento com questões políticas, orientaram nossa escolha dos eleitores a serem entrevistados. Tal procedimento se justifica pois nosso objetivo era tentar compreender também as regularidades presentes nos dizeres produzidos na posição sujeito eleitor. Acabamos mais tarde por focalizar os dizeres dos sujeitos candidatos, ao eleger o santinho como material principal de análise, o que não deixa de nos esclarecer sobre as imagens do eleitor ali presentes. Vale dizer ainda que as entrevistas foram realizadas na semana subsequente ao pleito, para aproveitar de toda intensidade dos momentos que circunscrevem uma eleição. Por fim, devemos mencionar que alguns recortes discursivos que compõem nosso *corpus* de apoio foram coletados durante conversas informais, no ‘cotidiano da campanha eleitoral’.

## CAPÍTULO II

### ANÁLISE DE DISCURSO: ‘RUMINANDO’ ALGUNS CONCEITOS.

#### **Introdução**

A presente parte do estudo visa a trabalhar com alguns conceitos da Análise de Discurso (AD), de linha francesa, como condição para compreender o discurso político presente nos chamados santinhos. Partimos da consideração de Orlandi (1986) de que há especificidades teóricas que diferenciam a Análise de Discurso francesa e a anglo-saxã. Esta última não busca compreender mais fundamentalmente a “instituição do sentido do texto” (idem, p. 4), mas procura verificar como se dá a organização dos elementos que compõem um texto. Para esta perspectiva, a distinção entre frase e discurso se dá em função de graus de complexidade – um discurso é uma frase complexa, já uma frase é um discurso curto. A Análise de Discurso na perspectiva francesa constitui-se como uma teoria crítica que trabalha os processos mais amplos e as condições de produção da linguagem, considerando a relação entre língua, discurso e ideologia, buscando compreender o processo discursivo, relacionado à determinação histórica dos processos de significação. A AD, segundo a autora (idem), procura expor a materialidade do processo de significação, problematizando a produção de evidências, a atribuição de sentidos e explicitando o caráter ideológico da língua.

A Análise de Discurso tem em sua base três campos de filiações teóricas: a lingüística, o marxismo e a psicanálise. Esses campos epistemológicos trabalham a não transparência da língua, da história e do sujeito. A consideração conjunta da articulação destes campos faz com que a AD, como uma área do conhecimento científico, tenha seu objeto de estudo próprio. E, como o nome indica, o objeto da AD é o Discurso, não a

língua ou a fala<sup>14</sup>. Pois “enquanto o conceito de língua é geral (social mas a-histórico) e o de fala é individual (histórico mas a-social), o conceito de discurso ocupa um lugar particular entre língua e fala. Esse seu lugar é o do modo de existência histórico-social da linguagem” (ORLANDI, 1986, p. 10). Portanto, para a AD, o discurso é uma construção lingüística, histórica, social, em última instância, ideológica: um “lugar de contato entre língua e ideologia” (ORLANDI, 1992, p. 17). Há uma *relação constitutiva* entre o discurso e o exterior, ou seja, entre o discurso e a história, o social, o ideológico:

se a lingüística é solicitada a respeito deste ou daqueles *pontos exteriores* a seu domínio, é porque, no *próprio interior de seu domínio* (em sua prática específica), ela *encontra*, de certo modo, *essas questões*, sob a forma de questões que lhe dizem respeito (‘você não me encontraria se já não tivesse me encontrado’) (PÊCHEUX, 1995, p. 88, grifo nosso).

Essa maneira da AD compreender a relação (constitutiva) entre o social, o histórico, o ideológico e o discurso é uma das maiores ‘riquezas’, em termos teórico e conceitual, deste campo do saber. O potencial que nosso estudo oferece, através das análises, para compreender o discurso político e conseqüentemente aspectos da sociedade brasileira, deriva dessa forma de conceber o discurso. Aqui se explicita a especificidade de nossa pesquisa que, considerando a política e o poder, como anunciamos na introdução, vai tomá-los não como exterioridade, mas como constitutivos do discurso em questão.

Orlandi (1986) explicita melhor, ajudando-nos entender um pouco mais o conceito de discurso:

o discurso é o *enunciado* formulado em *certas condições de produção*, determinando um *certo processo de significação*. Ou, como define Pêcheux (1969), o discurso não é apenas transmissão de informação

---

<sup>14</sup> Para Saussure (1995), fundador da Lingüística moderna, a língua é um sistema de signos relacionados, e a significação se constitui dos valores da relação desses signos. A língua é uma instituição social, que só existe de modo completo na massa dos falantes. Da língua o autor distingue a “fala”, enquanto realização individual da língua, considerando-a, por isso acessória ao objeto da Lingüística. O conceito de discurso leva em consideração uma colocação em questão desta separação estanque. Em um certo espaço entre a língua e a fala, M. Pêcheux & C. Fuchs ([1975] 1993) vai fazer intervir o conceito de ideologia e de relação de forças.

mas efeitos de sentidos entre locutores. E a AD é a análise desses efeitos de sentido (idem, p. 11, grifo nosso).

Por ‘efeitos de sentido’ entende-se que o sentido não é algo fixo, referenciado no mundo e no pensamento de modo rígido (Pêcheux, 1995), que não estaria determinado por nenhum contexto, mas que se produz nas relações entre enunciados e entre eles e os sujeitos, indo a produção dos efeitos de sentidos além das intenções do sujeito falante, e estando estes concernidos nas práticas, que são também discursivas.

Se o discurso funciona por ‘efeitos de sentido’, parece-nos que estes ‘efeitos’ estão potencializados durante uma campanha eleitoral, momento no qual, como vimos, o desenrolar do discurso político assume novos contornos, torna-se mais dinâmico, de modo que “todo cuidado é pouco” com as palavras, uma vez que seus sentidos não estão já definidos na língua<sup>15</sup> ou no real social. Uma palavra “mal escolhida”, um enunciado “mal colocado”, um silêncio “mal recebido” podem produzir efeitos totalmente díspares se relacionado às ‘intenções conhecidas do/pelo enunciador’. É por isso que vemos muitas vezes, por exemplo, sujeitos candidatos tendo que “se explicar” sobre enunciados que disseram, que “não foi esta intenção”, que “não foi bem assim”. Este retorno explicativo constante sobre o enunciado proferido indica bem a ocorrência de “efeitos de sentido” imprevistos pelo sujeito que fala.

O discurso vai muito além da soma de frases. Para compreendê-lo é necessário recorrer às suas condições de produção. Como vimos, por “condições de produção” entendem-se “fundamentalmente os *sujeitos* e a *situação*” (ORLANDI, 2005, p. 30, grifo nosso). Essa última compreende tanto a situação imediata – momento da interlocução -, quanto o contexto sócio-histórico. Cabe ressaltar que foi por isso, ou seja, para tentar compreender a situação na qual foi produzido o ‘nosso discurso

---

<sup>15</sup> A respeito do sentido das palavras da língua enquanto discurso, os trabalhos de F. Mazière e J. Horta Nunes (2006) desenvolvem uma linha de pesquisas sobre o dicionário enquanto discurso, mostrando como o “enunciado definidor” do léxico, no discurso lexicográfico, também apresenta o ideológico e o histórico, os quais se inscrevem também no léxico da língua.

político’, que fizemos as reflexões, no capítulo anterior, sobre Pouso Alegre, sobre Campanha Eleitoral, sobre os santinhos, como as condições de produção nas quais se realizaram os discursos que analisamos.

### **1 Sujeito Discursivo e Formação Imaginária**

O sujeito de discurso, que ainda será trabalhado em outros momentos neste estudo, de acordo com Pêcheux (1969) e Orlandi (2005), “é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz: é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz” (2005, p. 49).

Notamos que o nosso sujeito de discurso encontra-se na posição candidato a cargo eletivo ao Legislativo Municipal em Pouso Alegre, e a partir disso antecipamos uma elaboração que será central em nosso trabalho: a de que *o sujeito que ali se encontra fala a partir de uma posição-sujeito candidato*. O sujeito de discurso, como temos estudado, funciona pela ideologia e pelo inconsciente. Submete-se à língua e à História para se constituir. Ou seja, ele é atravessado pela linguagem, pela história e, como veremos em seguida, com a presença do imaginário.

Vale registrar, de acordo com Orlandi (2001), que há dois momentos no processo de subjetivação, enquanto processo de constituição do sujeito. Primeiro, o indivíduo (bio-psico) é interpelado – chamado – em sujeito pela ideologia, e assim se dá o assujeitamento pela ideologia. Nesse caso não há como resistir, da mesma forma que não há “mais” ou “menos” sujeito. O segundo momento é o processo de individuação do sujeito pelo Estado, que ocorre via instituições. Neste momento abre-se espaço à resistência. Observa-se que o indivíduo no primeiro momento é bio, no segundo é o indivíduo afetado pelo simbólico. Embora distintos, na prática, esses dois processos ocorrem juntos, não são independentes.

A posição-sujeito não diz respeito, digamos, a uma posição empírica exterior, mas à posição discursiva, internamente à linguagem, na qual o imaginário sobre a exterioridade (história e sociedade) se faz presente. Por exemplo, seguindo Pêcheux (1993), há no processo de produção industrial os lugares do patrão, do operário, do funcionário de repartição, do contramestre. São lugares marcados por propriedades diferenciais determináveis. Por serem lugares discursivos, o operário pode reproduzir o discurso do patrão. Podemos também tentar compreender a posição-sujeito enquanto lugar discursivo, através de alguns enunciados presentes em nosso *corpus*. Há dizeres produzidos pelo sujeito candidato que discursivamente podem estar relacionados à posição-sujeito eleitor, à imagem que o candidato faz deste. Para ilustrar, podemos citar estes enunciados: “*Pense sério: você está satisfeito com o seu último voto? Pois é, eu também não estou*”; “*... estou descontente com a política em nossa cidade*”. Observemos que sujeito candidato ao produzir dizeres sobre “voto” e “política”, neste caso, acaba mobilizando um campo de significações em que sentidos negativos e de insatisfação, são atribuídos à Política. Esses sentidos negativos (*não, insatisfeito*), como indicam as entrevistas que fizemos para este estudo, estão fortemente presentes, ou melhor, possuem uma regularidade no discurso do sujeito eleitor. Cabe ainda dizer que enunciados como os apresentados acima também circulam com grande número de ocorrências, digamos, na *posição-sujeito candidato* de oposição.

É importante destacar que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1993, p. 82). Há nos discursos, na elaboração dos sentidos, regras de projeção, ou melhor, formações imaginárias, antecipações do que o outro vai pensar. Neste processo, podemos dizer que há, digamos, ilusões de ‘habilidade’ do enunciador

em preceder e de certa maneira experimentar/antecipar o lugar do ouvinte. É isso que possibilita, no nosso estudo, buscar compreender o eleitor através da análise do discurso produzido pelo sujeito candidato.

O sujeito dirá de um modo ou de outro de acordo com o efeito de sentido que pensa produzir em seu ouvinte: “o locutor está impregnado do ouvinte e vice-versa” (ORLANDI, 2003, p. 129). Observa-se, sem desvalorizar a importância da posição do locutor, que o ouvinte também está na constituição do dizer. A antecipação imaginária que o ‘locutor’ constrói do ‘ouvinte’ é atravessada pelo “já ouvido”, “pelo já dito”, pela memória discursiva. As formações imaginárias, deste modo, “resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (PÊCHEUX, 1993, p. 85). Aqui, é interessante observar que as formações imaginárias não surgem ‘do nada’, não estão ‘dadas e consolidadas’, mas, é importante enfatizar, se relacionam a processos discursivos anteriores. Assim, em nossas análises, além de atentar para o imaginário presente na posição-sujeito candidato sobre os eleitores, tentaremos compreender como este imaginário foi construído. Para isso estudaremos, mais à frente, o conceito de memória discursiva.

Segundo Pêcheux (idem), no jogo imaginário – “Quem sou eu para lhe falar assim?”, “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, “Quem sou eu para que ele me fale assim?”, “Quem é ele para que me fale assim?”, “De que lhe falo assim?”, “De que ele me fala assim?” – não há a mesma eficácia entre todos os elementos, um pode-se tornar dominante, de acordo com as condições de produção do discurso. Acreditamos que nas condições de produção do discurso que estamos trabalhando o elemento dominante está em “*Quem é ele para que eu lhe fale assim?*”. Essa constatação se dá, entre outras

razões, pelo fato do discurso produzido pelo sujeito candidato ter como um dos objetivos convencer, ‘agradar’, fazer o sujeito eleitor ‘dar’-lhe o seu voto. Tal objetivo poderá não se concretizar se o sujeito candidato colocar explicitamente em primeiro plano ou exclusivamente, por exemplo, o elemento “*Quem sou eu para lhe falar assim?*”.

Vale ressaltar que o lugar que o sujeito ocupa ao produzir seu discurso é constitutivo do sentido, sendo que dependendo da posição do enunciador, podem produzir-se efeitos de sentido diversos: “o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa” (PÊCHEUX, 1993, p. 77). Em uma campanha eleitoral, um mesmo enunciado com dizeres sobre “ato de corrupção” poderá gerar efeitos de sentidos diversos se pronunciado por um adversário, por um ex-aliado, por um parente, por um determinado meio de comunicação, por um representante da sociedade civil, por um religioso.

O jogo imaginário, como nos diz Orlandi (2005), preside a troca de palavras. A força da imagem, como vimos, está presente na constituição do dizer. O imaginário está no funcionamento da linguagem, no processo discursivo, assim como se faz presente nas relações sociais. Como foi dito, nosso trabalho, e de forma mais geral a AD, visa atravessar o imaginário que condiciona os sujeitos, suas discursividades, e analisar como o imaginário - sobre o político, em nosso caso - está sendo produzido. Pelo que foi estudado até o momento, pelo nosso objetivo em compreender o discurso político produzido pelo sujeito candidato nos santinhos, sobretudo, no que diz respeito ao sujeito eleitor, ao voto, podemos concluir que os conceitos de posição-sujeito e formação discursiva são imprescindíveis ao nosso estudo.

## 2 O Texto para a Análise de Discurso

Se, como foi colocado mais acima (p. 29), o objeto teórico da AD é o discurso, o texto é sua unidade de análise – não o signo ou a frase. Mas o que é texto para a AD? O texto é a unidade para acessar o discurso, não é considerado “em seu aspecto extensional mas qualitativo, como *unidade significativa* da linguagem em uso” (ORLANDI, 1986, p. 3, grifo nosso). Deste modo, uma letra ou uma sigla podem ser um texto, assim como um conjunto de frases, enunciados, um livro o podem. Num contexto de campanha eleitoral, as letras e as siglas “PT” ou “PSDB” podem significar e ressaltar sentidos. Também a pré-existência do Código Eleitoral, neste cenário, produz sentidos.

Um texto pode ser oral ou escrito. De maneira mais ampla, pode-se dizer que um texto pode ter diferentes suportes materiais. Esses suportes não servirão para definir o que é um texto, embora, como veremos mais à frente, as diferentes materialidades podem interferir na significação do texto. Observa-se que não é a extensão que define um texto, mas o fato de produzir *unidade de sentido* em determinada situação. Como diz Orlandi, “unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (2005, p. 61). Orlandi considera que o texto “é um exemplar do discurso” (idem, p. 72). O texto em si não é objeto do analista. Este deve procurar compreender a historicidade do texto, o modo como ele produz sentidos, para alcançar o discurso. É isto que procuraremos fazer ao analisar os textos presentes em nosso *corpus*.

A AD não concebe apenas a história como refletida no texto, mas o próprio texto enquanto materialidade histórica. Nota-se que não é a organização lingüística do texto ou o texto enquanto superfície lingüística fechada em si mesmo – com começo, meio, fim- que importa na significação, mas “como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo” (ORLANDI,

ibidem, p. 69). Por isso a autora considera o texto como um “objeto lingüístico-histórico”.

Cabe ressaltar, e isto será aprofundado ainda neste estudo, que o texto não é homogêneo quanto à unidade de sentidos, e sua heterogeneidade de significação deriva, além dos diferentes materiais simbólicos, também das posições-sujeito e das formações discursivas que nele se encontram presentes, conforme Orlandi e Guimarães (1988). Assim um texto é atravessado por diversas formações discursivas, ou seja, dificilmente os enunciados de um texto corresponderão a uma única formação discursiva. Apesar disso, entre as diferentes formações discursivas, como consideram os autores, há uma dominante, que interfere na organização das demais.

### **3 Memória Discursiva**

Como já foi mencionado e, acima de tudo, pelo objetivo que orienta este estudo, o conceito de memória discursiva também é fundamental para as análises e a nossa reflexão.

Conforme nos ensina Payer (2006), o conceito de memória não é originário da AD, é um conceito presente nas ciências sociais de forma mais geral. Peculiar à AD é a abordagem discursiva que este conceito recebe. Courtine, um dos autores fundamentais a sistematizar este conceito já considerado desde os primórdios da AD, “a noção de memória discursiva concerne à *existência histórica do enunciado* no seio das práticas discursivas” (apud PAYER, 2006, p. 36, grifo nosso). É importante compreender que as práticas discursivas constituem “um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem, numa época e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1987, p. 136). Nota-se que as práticas discursivas estão inseridas em

práticas sociais, históricas, ideológicas, e mesmo, que as constituem. Já Pêcheux (1999) define a memória discursiva como

aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: *a condição do legível em relação ao próprio legível* (p. 52, grifo nosso).

Observemos que o sentido, assim como o discurso não seria possível sem a atuação da memória discursiva restabelecendo os pré-construídos, ou seja, os elementos de sentidos já constituídos em outro momento mas que aparecem como sendo produzidos nos enunciados presentes. Isso é fundamental para a AD atingir um dos seus objetivos, ou seja, desnaturalizar os sentidos, mostrar a não transparência da língua, mostrar a ação da ideologia criando evidências. Pois em análise de discurso não se trabalha com e sob evidências, mas se busca compreender o processo de produção das evidências.

São afirmações como esta que nos motivam a realizar nossa ‘empreitada’, ainda que permanecendo com a angústia apresentada na introdução deste trabalho: o receio de ‘não sair do óbvio’ em relação ao discurso político. Mas mesmo se não conseguirmos encontrar algo novo a esclarecer no discurso político, já será de grande valia, no contexto de nossa sociedade contemporânea, quebrar as evidências que sustentam o que é dito como óbvio.

A memória discursiva, como vimos acima, possibilita os dizeres, os sentidos. Como nos ensina Orlandi (1990), para que uma palavra ou expressão tenha sentido é necessário que ela já tenha sentido, que já signifique, que tenha uma memória. Vamos aqui imaginar um candidato ‘pedindo voto’ para alguns indígenas que até então não tivessem tido contato com os ‘brancos’ e tivessem toda sua organização social, toda a distribuição das atividades da sociedade, baseada numa tradição em que as ‘posições sociais’ fossem atribuídos em função da idade, inexistindo, portanto, eleições nesta

tribo. A palavra “voto”, por não ter nenhuma memória dentro dessa sociedade, não poderia *significar*, não produziria sentido, ou pelo menos não produziria os sentidos que produzem em nossa sociedade. De acordo com Orlandi “essa impressão do significar deriva do interdiscurso – *o domínio da memória discursiva*, aquele que sustenta o dizer na extratificação de formulações já feitas, mas ‘esquecidas’, e que vão construindo uma história dos sentidos” (idem, p. 71, grifo nosso).

Na AD, como se pôde observar, a noção de memória discursiva é trabalhada como “interdiscurso”. Pêcheux, em “Semântica e Discurso”, define interdiscurso como “o todo complexo das formações ideológicas” (p.162), ou melhor, “o todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (p.162). Ou seja, o ‘conjunto’ das possíveis formações discursivas produzidas e construídas pelas formações ideológicas. Segundo Orlandi (1996), o interdiscurso é a “memória do dizer”. Em outro momento, retomando Courtine (1981), a autora caracteriza o interdiscurso como o “...lugar de constituição dos sentidos, a verticalidade (domínio de memória) do dizer, que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito” (1990, p. 42). A mesma autora apresenta este conceito como “o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido” (1992, p. 89). O interdiscurso possibilita e sustenta assim o enunciado, a significação, ele se constrói na e pela história. Observemos, desta forma, que o interdiscurso não funciona de forma mecânica, como se possuísse uma essência imutável que estabelecesse o dizer. O interdiscurso, por estar estritamente relacionado com a história, é suscetível de produzir novos e diferentes sentidos, produzir novas significações, a partir do que já foi dito. E o que já foi dito pode assumir distintas e variadas ‘feições’, além do que novos dizeres podem se ‘agrupar’ no ‘já dito’. De forma mais direta, o que estamos tentando dizer é que o interdiscurso, por ser entrelaçado à história, não é inerte, ao contrário, é dinâmico.

Dinamismo que podemos notar no próprio processo discursivo, de forma geral, no próprio funcionamento da língua. Quando em nosso *corpus* observamos a presença, em alguns textos, de *sites* ou *e-mails* de candidatos, que são também utilizados nos embates políticos, podemos perceber o movimento ou a mudança no interdiscurso, em termos de jogo e de suporte desse jogo, possibilitando dizeres que não teriam sentido ou significado para os eleitores no Brasil, há, por exemplo, 30 anos. Sabemos que, dependendo da situação imediata e do contexto sócio-histórico em que alguns eleitores estão situados, ainda hoje enunciados com dizeres de *sites* ou *e-mails* podem não ter memória para serem significados. Há regiões do Brasil em que os sujeitos não foram interpelados por dizeres oriundos de um discurso produzido pelas novas tecnologias de comunicação, o que impossibilita a sua compreensão dos dizeres mencionados, por não terem uma memória discursiva que produza sentidos aos mesmos.

Courtine (1999), como dissemos, dá valiosa contribuição para o desenvolvimento do conceito de interdiscurso, ressaltando a importância do mesmo na sustentação do enunciado:

o interdiscurso, sabe-se, *fornece*, sob a forma de citação, recitação ou pré-construído, os *objetos do discurso em que a enunciação se sustenta* ao mesmo tempo que *organiza a identificação enunciativa* (através do regramento das marcas pessoais, dos tempos, dos aspectos, das modalidades ...). E que acaba, assim, por *desaparecer aos olhos de quem enuncia*, garantindo, na aparição de um ‘eu’, ‘aqui’ e ‘agora’, a eficácia do assujeitamento (p. 20, grifo nosso).

Observemos que o interdiscurso sustenta e ‘alimenta’ quaisquer discursos, produz a identificação do sujeito com o ‘seu dizer’ e possui como característica não mostrar o seu funcionamento. A ‘dissimulação’, no funcionamento do interdiscurso, que faz parte da ação da ideologia, em sua inscrição nas estruturas textuais, dá ao sujeito a

sensação de ser origem do dizer (esquecimento nº 1)<sup>16</sup> e transmite também a idéia de transparência da língua (esquecimento nº 2)<sup>17</sup>, da literalidade do sentido. É no apagamento da alteridade – exterioridade, historicidade -, fruto deste processo, que se cria a *ilusão* da literalidade do sentido. Esta questão será aprofundada mais à frente ao estudarmos a maneira como a AD trabalha a noção de sentido. Courtine (1999) acrescenta ainda que não há sujeito no interdiscurso, mas uma voz sem nome, posições de sujeito: “nesse interdiscurso, o sujeito não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável, pois ressoa no domínio da memória somente uma *voz sem nome*” (p. 18, grifo nosso). Tentaremos compreender nas análises a ‘voz sem nome’ ou as vozes anônimas que estão na constituição do discurso político que estamos trabalhando.

Pelo que foi apresentado até agora, podemos perguntar: qual relação a memória possui com a língua? Será a memória um apêndice da língua? Antes de tentar responder a estas questões, e aprofundar nosso estudo sobre a memória discursiva, cabe a seguinte consideração: a língua, para a AD, seguindo Pêcheux (1993), não é apenas um instrumento de comunicação, de transmissão de informação como pensava Jakobson. Este foi um dos formuladores do chamado esquema informacional da linguagem: “emissor(A) – mensagem - receptor(B)”. Neste esquema a função da língua é transmitir informação. Para Pêcheux, como vimos, “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (idem, p. 82). Língua e história são inseparáveis, de modo que a história se inscreve na língua. Referindo-se a línguas específicas (português,

---

<sup>16</sup> De acordo com Pêcheux (1995) o esquecimento nº 1 – esquecimento ideológico – se dá pelo sujeito considerar-se origem daquilo que diz, ou seja, a ilusão de ser fonte dos sentidos, dos dizeres. Esquece que ao dizer, sentidos pré-existentes são retomados.

<sup>17</sup> Para Pêcheux (1995), no esquecimento nº 2 – da ordem da enunciação - o sujeito esquece que aquilo que diz poderia ser dito de outra forma. Esse esquecimento transmite a impressão de realidade do pensamento, faz crer na relação direta entre pensamento, realidade, mundo. Esses esquecimentos fazem parte do sujeito, são ilusões, não defeitos, necessárias ao funcionamento da língua, à produção de sentidos.

inglês, italiano), Payer diz que “a língua é tomada como parte da história, e a história significa com a, através da língua” que nela está presente (2006, p. 39). Mesmo no caso das línguas específicas presentes em dada sociedade, a memória faz parte da língua, já em suas estruturas mínimas, não se encontrando pois antes ou depois da língua, ela se encontra na *constituição da língua*, ou seja, a presença de línguas específicas por si mesmas constitui os discursos. *A língua tem memória, a memória de outras línguas historicamente apagadas*. Percebe-se que a memória não é algo acessório à língua, mas está na língua.

Estas considerações oferecem ‘riquíssimo espaço’ para desenvolvermos nossas análises, pois através do conceito de memória discursiva poderemos compreender de forma mais profunda o funcionamento do discurso político, tentar compreender qual e por que determinada memória constitui o discurso que estamos estudando. Payer (idem) ainda dá outras contribuições para compreendermos o conceito de memória, quando diz, agora de modo mais amplo,

enquanto modo de remissão de um enunciado a outro, de um discurso a outro, de um sentido a outro, a memória pode ser compreendida, para além dos espaços e dos efeitos textualmente observáveis, efetivamente ditos, como um princípio presente na própria significação, de maneira ampla, em seu próprio modo de se dar na relação do homem com a linguagem (idem, p. 38).

A memória discursiva, desta forma, não é presa, não se limita ao ‘efetivamente ouvido’, à objetividade do ‘realmente formulado’. Ela se apresenta no campo das identificações, das filiações discursivas, como uma base que proporciona, *regulariza* qualquer dizer. O homem como animal simbólico, dependente e carente de sentidos, necessita da relação memória e linguagem para se significar, para se constituir.

Sobre o conceito de memória discursiva também é interessante observar a analogia elaborada por Pêcheux (1999) entre a memória e uma seqüência matemática. Ou seja, há semelhança na forma como a memória absorve um ‘acontecimento

discursivo’ e como uma seqüência matemática se constitui. Ambas ligam os seus elementos a elementos anteriores. Mas o ‘acontecimento discursivo’, observa o autor (idem) pode provocar fissura nessa regularização, pode produzir uma nova ‘série’ ou ‘seqüência’ sob a série anterior. O autor frisa ainda que a memória não funciona como um reservatório, que acumularia informações de forma homogênea. Ou melhor,

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, *de deslocamentos e de retomadas*, de conflitos de regularização (PÊCHEUX, idem, p. 56, grifo nosso).

A respeito do conceito de memória discursiva, cabe tecer mais algumas considerações. O processo de formação do discursivo não é atomizado, não é auto-suficiente, o discurso não existe e não significa por si mesmo, não há discurso que não se relacione a outros. Ou seja, “o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima” (PÊCHEUX, 1993, p. 77). Assim “vê-se que é pois impossível definir uma origem das condições de produção, pois esta origem, a rigor impensável, suporia uma recorrência infinita” (PÊCHEUX, idem, p. 87). Um discurso sempre remete a outros discursos. E a memória discursiva se faz presente neste processo de construção do discurso. Ficaremos atentos a essas considerações durante nossas análises. Não há discurso sem a presença do ‘já dito’. Ou como diz Bakhtin:

somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala do outro. Nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente carregada, ocupada, habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada (apud. AUTHIER – REVUZ, 1990, p. 27).

Neste processo, histórico e social, de construção do sentido, do discurso, do sujeito, no qual a memória discursiva ocupa papel fundamental, não pode passar despercebido um dos principais aspectos da memória: a repetição. “A repetição

domestica a memória (...). O reconhecimento do mesmo (o repetido) cria memória na e para a língua, e daí para as imagens significadas, os sentidos, os percursos de sentidos, os discursos” (PAYER, 2006, p. 38-39). A citação, a recitação, a formação do pré-construído são formas de se criar memória na e para a língua. O pré-construído, conforme Payer (1995), retomando Paul Henry (1994), é o efeito de sentido gerado por um elemento que se inscreve na ordem do pré-existente ao dizer, é algo que embora se dê no interior do domínio da linguagem, aparece *como se fosse anterior, como se fosse da ordem das coisas ou do pensamento*. Ao analisarmos os textos construídos pelo sujeito candidato para se apresentar ao eleitor, os efeitos de sentidos produzidos por alguns enunciados ‘ditos’ pelo candidato para ‘merecer’ o voto, estaremos atentos a estes elementos, aos sentidos que pré-existem e ao mesmo tempo possibilitam esses dizeres.

A repetição remete ainda ao conceito de paráfrase, ou seja, ao “retorno constante a um mesmo espaço dizível” (ORLANDI, 2003, p. 137). É o mesmo, o já dito, o que se mantém, como já foi dito, imprescindível ao processo de significação. A paráfrase retoma, de acordo com Pêcheux, 1975 e Orlandi (idem), a ‘matriz do sentido’, pois é impossível funcionar o sentido sem a repetição. Cabe ressaltar que o *repetir*, que o *mesmo*, não implica em permanência integral da significação:

do ponto de vista da análise de discurso, a mera repetição já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo. Quando digo a mesma coisa duas vezes, há um efeito de sentido que não me permite identificar a segunda à primeira vez, pois são *acontecimentos* diferentes (ORLANDI, *ibidem*, p. 119).

O fato da repetição, da paráfrase ser fundamental à significação, à produção do discurso, não significa que esse não sofra deslocamentos, alterações. Há no processo de constituição da língua também a polissemia, como uma “força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado” (ORLANDI, 2003, p. 27), que produz rupturas. É o diferente, a se dizer, o possível, o novo. Em AD, o novo não se refere

necessariamente a uma informação, a um dado mensurável, factual. Está ligado à possibilidade de inumeráveis sentidos no processo discursivo, na língua, e se dá na fronteira dos enunciados. Ou melhor,

o novo, nessa perspectiva, não é exclusividade do foco nem precisa ser um lugar em um segmento da linguagem. *É* intervalar. *É* o resultado de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem, este intervalo não é vazio, é o espaço configurado pelo social. Efeito de sentido. Multiplicidade (ORLANDI, idem, p. 139).

Vale frisar, ainda, que a “diferença” não está presa ao conteúdo, a mera distinção de informação, mas é algo mais profundo: “a diferença de construções tem sempre uma razão que não é a simples diferença de *informação* mas sim de *efeitos de sentido*” (ORLANDI, ibidem, p. 119). Paráfrase e polissemia, numa relação tensa - tensão entre o que está e o que poderá estar - se fazem presentes no discurso. E, desta forma, devem se fazer presentes, especificamente, no discurso que estamos estudando. Ficar atento a esta relação entre paráfrase e polissemia na língua, no caso, no discurso político, pode ser de grande valia, por exemplo, ao tentarmos compreender possíveis deslocamentos de sentidos nas formações discursivas que sustentam os dizeres dos nossos sujeitos candidatos. Assim como na compreensão, como atestam nossos primeiros olhares sobre o *corpus*, de prováveis distintos discursos que se ‘entrelaçam’ para constituir um discurso político. Pelo que foi trabalhado até o momento, podemos dizer que o discurso não é imune a alterações de sentido,

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro (...). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÉCHEUX, 1990, p. 53).

Isso demonstra a incompletude e a riqueza da língua, que os sentidos são múltiplos e faz com que a polissemia esteja, conforme Orlandi (2003), na ‘fonte da linguagem’.

#### 4 O sentido em Análise de Discurso

Como dissemos mais acima (p. 41), o interdiscurso em seu funcionamento, sob a égide da ideologia, acaba produzindo a impressão da literalidade do sentido. A partir deste ponto, podemos desenvolver um pouco mais a maneira como a AD concebe o sentido. De imediato, de acordo com Orlandi (2003), devemos entender que a literalidade deve ser compreendida como efeito do discurso, ou melhor, como produzida historicamente pelo uso. Portanto, como nos diz a autora, não há um sentido literal, um núcleo, do qual derivariam outros sentidos, sentidos marginais, “não há um centro ... e suas margens ... só há margens” (p.144). O que há é um sentido dominante, fruto do processo histórico, que acaba por assumir aparência de literal. Então não esqueçamos:

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., *não existe em si mesmo*, isto é, em sua relação de transparência com a literalidade do significante, mas, ao contrário, é *determinado pelas posições ideológicas* que estão *em jogo no processo sócio-histórico* no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas, isto é, reproduzidas (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo nosso).

Este princípio teórico, ou seja, a forma da AD trabalhar com a noção de sentido é fundamental para as nossas análises. No movimento constante entre teoria e análise, fortemente presente na metodologia da AD, já observamos alguns léxicos presentes em nosso *corpus*, como a marca lexical *ajuda*, que será analisada com o auxílio, entre outros, da noção de sentido.

Os sentidos não são livres, aleatórios, totalmente arbitrários, estão ligados, como vimos, à memória discursiva, à posição-sujeito e também, como veremos mais à frente, à formação ideológica, à formação discursiva, à forma-sujeito.

A forma-sujeito, de acordo com Pêcheux & Fuchs (1975) e Orlandi (2005), representa a forma histórica do sujeito. A forma-sujeito religioso, por exemplo, prevaleceu durante a Idade Média, já a forma-sujeito jurídico é que caracteriza o sujeito moderno.

Pelo que foi exposto até o momento, podemos compreender que o processo de construção do sentido não está plenamente subordinado à vontade do sujeito, não é algo particular (individual), controlado por quem fala: “além de não termos controle sobre os sentidos, eles nos afetam e se representam de muitas maneiras” (ORLANDI, 2002, p. 118). O sentido não é dotado de uma causalidade mecânica - cada causa produzindo um único efeito, cada enunciado gerando um único efeito. Os efeitos de sentidos que caracterizam o discurso, que possibilitam o significar, não se processam de forma linear. Há um movimento, digamos, ‘dialético’ da língua produzindo e reproduzindo os sentidos. O processo de construção do sentido não se subordina a nenhuma forma de ‘domesticação’ individual, não se circunscreve à vontade do sujeito. É um processo que, acima de tudo, se dá pela história, pela língua.

Quando falamos que os sujeitos não controlam totalmente os sentidos, não estamos querendo dizer que os mesmos estejam soltos. O sentido não está solto, é determinado historicamente, ou seja, “nem fixados *ad eternum*, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são” (ORLANDI, 2001, p. 103). Observemos, desta forma, que os sentidos possuem uma determinação, uma determinação histórica. Aqui, determinar significa ser constitutivo, não representa uma fatalidade mecânica. Essa é outra questão interessante, que libera este campo do conhecimento de críticas direcionadas à forma determinista de conceber a vida social, a linguagem e o próprio sentido, pois, para a AD, não há uma força transcendental, a-histórica, um único caminho determinando, invariavelmente, os ‘passos’ da humanidade, as ações, a dinâmica da língua e dos sentidos. Esses não estão subordinados a nenhuma força exterior, ‘além’ da força *constitutiva* da história, do social, do ideológico. É a História, construída pelos homens,

com suas especificidades e contradições, que possibilita, em certo momento histórico, dentro de uma conjuntura social, atendendo ou negando determinados interesses, certos sentidos possíveis e outros não.

Nesse sentido, a reincidência de tantos casos de corrupção envolvendo ações dos nossos políticos, casos esses registrados na história ou noticiados com frequência pela mídia, (numa sociedade, diríamos, ‘midiática’) vem ao longo do tempo, como revelam as próprias entrevistas que realizamos, construindo, ‘determinando’ um imaginário, uma memória no sujeito eleitor que liga, muitas vezes, de forma direta a palavra “política” com desonestidade, fraude, corrupção, produzindo até mesmo um efeito de sentido de indiferença ou ceticismo em relação à política. Esses sentidos associados à política dificilmente seriam produzidos, por exemplo, na sociedade grega clássica, sobretudo em Atenas. Podemos ilustrar o que acabamos de dizer com inúmeros exemplos, porém vamos nos limitar as palavras de Péricles, como narrado por Tucídides, em sua famosa oração aos mortos na batalha de Peloponeso: “Nós consideramos o cidadão que se mostra estranho ou indiferente à política como um inútil à sociedade e à república”.

Cabe frisar que na determinação histórica há procedimentos, mecanismos de controle e de delimitação dos sentidos e, de forma geral, do discurso. Existe, digamos, um ‘receio’ de deixar o sentido, o discurso livre. Sem entrar no detalhamento destes mecanismos, detalhados por Foucault ([1971] 1996)<sup>18</sup>, pode-se dizer que:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Como vimos, em contexto de campanha eleitoral, na busca incessante pelo voto, que para alguns se constitui em verdadeira ‘guerra política’, deixar o sentido “solto” é ainda mais temido. Não procurar fechar os sentidos, deixar o sentido ‘a deriva’, pode

---

<sup>18</sup> Ver mais em Foucault, Michel. A Ordem do Discurso.

significar derrota eleitoral, pois os opositores, neste caso, podem tentar direcionar o sentido aos seus interesses. Há entre os sujeitos históricos uma ‘busca’ por certos sentidos, procura-se tornar hegemônicos determinados sentidos e discursos: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo *por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar*” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Pode-se dizer que numa campanha eleitoral há uma tensão entre cristalizar certos sentidos e, ao mesmo tempo, desestabilizar outros. Na ‘ânsia’ ilusória de “controlar” o sentido, de tornar hegemônico o sentido que irá resultar em votos, candidatos recorrem às pesquisas eleitorais. Essas são, desta forma, tentativas de ter maior controle sobre o jogo imaginário que constitui o discurso. No jogo imaginário em torno do voto, como vimos, há questões como: quem sou eu na posição-sujeito candidato para falar ao eleitor assim? E quem é ele, sujeito eleitor, para que eu, na posição-sujeito candidato, lhe fale assim? E “de que lhe falo assim?” (de quais temas, ‘assuntos’, pessoas, enfim, de que objetos, e ditos de qual “ponto de vista”, lhe falo?).

Além destas, encontramos também no jogo imaginário presente na campanha eleitoral, outras questões que funcionam nas antecipações imaginárias, importantes para descrever o funcionamento do discurso político, tais como: o que o sujeito eleitor pensa sobre os outros sujeitos que estão na posição candidato? Quem são os outros sujeitos candidatos, meus concorrentes? A qual cargo eletivo estou concorrendo? Quais são minhas possibilidades de vitória para que eu fale assim? Observemos que um maior conhecimento “antecipado” das respostas às perguntas colocadas pode, imaginariamente, produzir efeitos de sentido de segurança, assim como uma compreensão maior da “maquinaria discursiva” da campanha, dos enunciados que, ditos, poderão produzir um processo de significação que poderá resultar em votos.

Vale ressaltar que em cidades consideradas pequenas, nas quais, muitas vezes, não há disponibilidade de recursos para pesquisas eleitorais, e onde o sujeito eleitor se sente, de certa forma, inibido em declarar seu voto (pois pode gerar inimizades e perseguições) a atuação do jogo imaginário, sem intermédio das pesquisas, é que incumbe de tentar “controlar” os sentidos, podendo aumentar o grau de imprevisibilidade de um resultado eleitoral. Não obstante, os sentidos, além dos mecanismos de controle que surgem na própria dinâmica eleitoral, de competição entre sujeitos candidatos, também são delimitados por leis eleitorais que orientam e organizam essa disputa, expressas em textos jurídicos.

Pelo que foi apresentado até o momento, pode-se concluir que, de fato, o sentido de uma palavra, expressão, proposição, de um enunciado não está nele mesmo, mas na ‘relação com’, na fronteira. Conforme Orlandi (1996), não há ‘o sentido verdadeiro’, uma verdade oculta, escondida por trás do texto, o que existe são “gestos de interpretação” que constituem os sentidos e também os sujeitos. Pois “ao produzir sentido, o sentido se produz, ou melhor, o sujeito se produz, produzindo sentido” (ORLANDI, *idem*, p. 57). O sujeito e o sentido jamais estarão finalizados, concluídos, completos. Talvez uma ação fictícia de congelamento da vida humana poderia produzir, realmente, um sujeito ou sentido completo. Ou seja, somente quando o homem deixar de ser homem a ilusão de completude que temos deixaria de ser ilusão e se tornaria realidade. O processo incessante de construção do sentido, acaba por estabelecer relações com o que é dito agora, com o que foi dito em outros lugares, em outros momentos, com o que não é dito, com o que poderia ser dito mas não foi. Observemos que o sentido está sempre em curso, em movimento, é dinâmico. Disto conclui-se, como vimos, que o sentido não se fecha.

O sentido também não está imune, não é indiferente à “forma material” em que ocorre. E como a matéria significante - base empírica do texto - é plural, pode-se dizer que “a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significante- e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele” (ORLANDI, 1996, p. 12). De acordo com a autora, quaisquer alterações na materialidade do texto podem produzir alterações nos gestos de interpretação, no sentido, pois mobilizarão novas posições do sujeito, novas formações discursivas, novos recortes de memória.

Essa compreensão, além de sua inegável contribuição conceitual, influenciou fortemente nosso estudo. Fato observável de modo recorrente, por exemplo, nas diversas vezes que dissemos que o nosso objetivo é tentar compreender o discurso político que tem como suporte material os chamados santinhos. O que iremos portanto tentar identificar é o modo como o discurso político opera por estes textos, por esta materialidade.

Assim, por reconhecer a importância do suporte material para o sentido, para a significação, como já dissemos na introdução deste trabalho, não analisaremos o discurso político presente em outras materialidades, como: mídia impressa, mídia áudio-visual, internet, discursos em rituais, conversas cotidianas, reuniões, outros materiais de campanha eleitoral. Centraremos o foco no suporte material dos santinhos, para ali analisar o discurso político.

## **5. Sentido e silêncio**

Conforme Orlandi (1992), o sentido possui relações com ‘o que não é dito, com o que poderia ser dito’. Em outras palavras, o sentido possui relações com o silêncio, ou melhor, o silêncio é necessário no processo de produção do sentido: “há um ritmo no

significar que supõe o movimento entre silêncio e linguagem” (idem, p. 25). É o silêncio enquanto materialidade significativa que interessa, conforme a autora,, diferentemente, por exemplo, de outras abordagens, místicas, religiosas que muitas vezes o silêncio recebe. O silêncio, assim, está na constituição do sentido:

*ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. (...) Se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se destacar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas (ORLANDI, ibidem, p. 75-76, grifo nosso).*

Essa consideração sobre o silêncio será muito útil em nossas análises, pois tentaremos observar o que não é dito pelo sujeito candidato no suporte material que estamos analisando, mas que se faz presente em outras materialidades do discurso político. Como o nosso *corpus* é composto também por entrevistas com eleitores, estas podem tornar mais fácil nossa observação sobre o que foi apagado. E como o silêncio significa, possibilitando vários sentidos, metodologicamente a tentativa de se observar o que é silenciado, e depois, analisar razões históricas, sociais, ideológicas do silêncio, pode contribuir para a compreensão do objeto do nosso estudo.

O silêncio pode ser indicativo, por exemplo, através da análise e compreensão de sentidos “indesejados”, do que se quer evitar, do que é excluído. Em nosso estudo, como já fizemos no capítulo primeiro ao buscar uma melhor compreensão de Pouso Alegre analisando as regularidades temáticas no discurso do sujeito candidato, utilizamos a noção de silêncio como dispositivo de análise. Como indicam os primeiros contatos que tivemos com o *corpus*, a concepção de silêncio será fundamental, ao analisarmos como se ‘apresentam’ no processo discursivo as formações discursivas. O silêncio apresenta um modo próprio de funcionar sobretudo na formação discursiva que chamaremos de clientelista.

Por ser importante ao nosso estudo, cabe ressaltar ainda que o silêncio tem relações intrínsecas com a ideologia, com as condições sócio-históricas. Essas possibilitam ou não determinados dizeres. O silêncio, no processo de significação, existe de diferentes modos: naquilo que não é dito, naquilo que não pode ser dito (uma interdição explícita, por exemplo, a censura), nas palavras que são colocadas para não se dizer ou para apagar certos sentidos. Ficaremos atentos a essas formas do silêncio apontadas por Orlandi (idem).

O silêncio está, ainda, diz a autora, entre as próprias palavras. Essas são “atravessadas pelo silêncio” (idem). O silêncio constitutivo do dizer – ou seja, ao dizer ‘x’ é preciso não dizer ‘y’, a escolha de uma palavra implica necessariamente a recusa de outra (s) –, o que a autora denomina de ‘silêncio fundador’. E há também o silenciamento – a política do silêncio –, isto é, a interdição, a proibição, a censura a determinados dizeres numa determinada conjuntura. O silenciamento não ocorre de forma ‘onipotente’, pois sempre há resistências, além do que os sentidos migram para outras regiões quando ocorre interdição. Vale dizer, como nos ensina Payer (2006), que mesmo quando uma língua é ‘apagada’, quando passa por um processo de silenciamento, ela tem um lugar no sujeito enquanto funcionamento de memória do que foi silenciado, funcionando (no sujeito) enquanto língua apagada mesmo. No plano dos sentidos, como observa Orlandi (ibidem) os sentidos silenciados derivam em outros.

Outro ponto importante para nosso estudo é a distinção feita por Orlandi (ibidem) entre silêncio e implícito. O primeiro, como vimos, não possui, necessariamente, dependência de outra significação, pois há múltiplos sentidos no próprio silêncio, ao passo que o segundo necessita de outra significação, está sobreposto a outra significação. Por exemplo, no enunciado ‘Agora é Lula!’ está implícito que Lula já foi candidato antes e não conseguiu se eleger e que agora se apresenta para conseguir.

É através do contexto sócio-histórico e da língua que se pode verificar que está implícito que Lula já foi *candidato* à presidente da República do Brasil e que é novamente *candidato*. Observemos que estão implícitas essas significações, e não pressupostas. Estariam pressupostas, no sentido ducrotiano, se fossem uma maneira de subentendido ligado estritamente a língua, as “condições da própria língua”. Enfim, não se deve esquecer, que “todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, *ibidem*, p. 12), ou melhor, “para dizer é preciso não dizer” (ORLANDI, *ibidem*, p. 24).

### **5 Formação Discursiva na Compreensão do Discurso Político**

Como vimos, o interdiscurso está na constituição da significação, do sentido, do discurso. Mas não está “só”, como nos apresentam Pêcheux e Fuchs: “o *sentido* de uma seqüência só é materialmente *concebível* na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela *formação discursiva*” (1993, p. 169, grifo nosso). O sentido se constitui nas relações que as palavras, proposições, expressões estabelecem com outras palavras, proposições, expressões das formações discursivas (FDs). O sentido de uma palavra, proposição, expressão pode variar em função da FD na qual foi inscrita. A palavra “semear”, por exemplo, não possui o mesmo sentido ao ser dita por um padre ou por um agricultor. Da mesma forma, o sentido da expressão “ganhar terreno” não é o mesmo ao ser utilizado por um político em campanha eleitoral ou por um integrante do MST numa reivindicação pela reforma agrária. A noção de dependência entre sentido e FD será muito importante em nosso estudo ao analisarmos, por exemplo, como citamos, a marca lexical ‘ajuda’, ou ao tentarmos compreender os sentidos produzidos por e na relação entre distintas formações discursivas que constituem o discurso político.

Cabe frisar, conforme os primeiros contatos com o *corpus*, que se o sentido de uma palavra, proposição, expressão é dependente da FD em que se encontra inscrita,

isto não significa que o sentido da palavra será sempre o mesmo nessa formação discursiva. Ou seja, o sentido de uma palavra só é possível se o remetemos a uma FD, mas o sentido não é inerte, ao contrário, é dinâmico. Como não há um sentido literal, como ele é construção, está sujeito a transformações em uma mesma FD.

A marca lexical “promessa”, no *corpus*, indica bem essa relação. Apenas uma única vez encontramos a marca lexical “promessa” produzindo efeitos de sentidos afirmativos – “*prometo trabalhar muito...*”. Os sujeitos candidatos buscam construir um modo de dizer/significar que não os relacione aos sentidos potencialmente negativos, que a memória da palavra “promessa” instaura no discurso político, pela história do não cumprimento de promessas em política. Para tanto, produziram dizeres como: “*não faço promessas*” (embora saibamos que a negação pode implicar na afirmação do que está sendo negado), ou paráfrases como: “*meus objetivos de trabalho*”; “*comprometo-me a legislar*”; “*são algumas das bandeiras*”; “*seus projetos mostram*”. Se a palavra “promessa” já teve uma ampla circulação no discurso político, produzindo efeitos de sentidos positivos na relação entre sujeito candidato e sujeito eleitor, observamos, através de nosso *corpus*, que tal termo, atualmente, já não instaura sentidos positivos, e tem seu funcionamento marcado, digamos, por uma ‘interdição’. É uma palavra que ‘não convém’ utilizar.

Utilizamos acima a noção de formação discursiva. Mas o que é uma Formação Discursiva?

Foucault (1987), deu impulso ao desenvolvimento deste conceito.

no caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, *semelhante sistema de dispersão*, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir *uma regularidade* (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, pois, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (43, grifo nosso).

Para esse autor, o que caracteriza uma formação discursiva é o fato dos enunciados apresentarem uma maneira semelhante de inscrição ou produção histórica, o fato dos enunciados, dos temas, ocorrerem com uma regularidade no discurso.

Michel Pêcheux, ao longo de sua obra, em uma perspectiva materialista, deslocou esta noção, ao colocá-la em uma relação intrínseca com a língua, concebendo a esta como uma base material sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos. Metodologicamente, M. Pêcheux deu novo impulso à análise das formações discursivas, relacionando a materialidade da história e da ideologia à da língua. Este autor redefine a noção de FD como um padrão semântico que determina no discurso aquilo que pode ou não ser dito, ou melhor, “aquilo que, numa *formação ideológica dada*, isto é, a partir de uma *posição dada* numa *conjuntura dada*, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo nosso).

Para Pêcheux (idem) a formação discursiva é a representante da formação ideológica na linguagem, embora esta relação não seja de pura equivalência ou de mera distribuição de funções. Nas palavras do autor: “seria, antes, conveniente falar de uma ‘intrincação’ das formações discursivas nas formações ideológicas, intrincação cujo princípio se encontraria precisamente na ‘interpelação’” (ibidem, p. 182). Tem-se em mente que os indivíduos são interpelados em sujeitos pelas formações discursivas que têm (ou representam) na linguagem formações ideológicas correspondentes. Pode-se afirmar, portanto, que as formações discursivas são representantes e dependentes das formações ideológicas.

Certamente, pelo que vimos, é preciso considerar um elemento conceitual de diferença entre os dois últimos autores citados, entre os quais não há continuidade e harmonia conceitual. Foucault não utiliza em seus estudos os conceitos de classe social e de ideologia. A noção de ideologia lhe parece “difícilmente utilizável” por três razões.

A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria verdade” (FOUCAULT, 1984, p.7). O autor argumenta que se deve historicamente compreender como são produzidos os “efeitos de verdade” no interior de discursos, e que esses não são em si mesmos falsos ou verdadeiros. O segundo inconveniente “refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc.” (1984, p. 7). Pode-se dizer que Foucault desenvolve essa questão numa perspectiva da enunciação, preferindo considerar o conceito de Estado e de Poder.

Como vimos no parágrafo mais acima e desenvolveremos no próximo item sobre formação ideológica, os conceitos de classe social e de ideologia são importantes para Pêcheux. Pêcheux (1995) concebe que a ideologia participa da produção da realidade, que seu funcionamento produz evidências, e que estas têm a língua como base. Cabe ainda notar que houve um deslocamento no sentido de ideologia que Foucault preferia não utilizar, e que se produz no fato de colocar em relação a ideologia e a língua, através da concepção desta como uma base material.

Orlandi (1990) formula essa resignificação de ideologia considerando o fato de que os sentidos, necessariamente, se fecham em uma direção, e não outra, como diz Pêcheux, “saturando o sentido”. Para esta autora, “as formações discursivas são *diferentes regiões que recortam o interdiscurso* e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (1992, p. 20, grifo nosso). As formações discursivas, desta forma, recortam o interdiscurso, ao mesmo tempo que o interdiscurso ‘solda’, liga as formações discursivas. Elas são, conforme a autora, ‘pontos do dizer’ formados por diferentes enunciados, determinados historicamente, permeados por

relações de força e de sentido. E apresentam como características “marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção” (ORLANDI, 2003, p. 132).

Consideramos que há, portanto, nas formações discursivas, como foi observado por Foucault (1987), regularidades enunciativas, em que, conforme Orlandi (idem), se encontram as “marcas lingüísticas” construídas na relação entre as formações discursivas e as formações ideológicas. Ou, como nos diz Orlandi (1986):

a idéia de regularidade (que visa distinguir-se de regras categóricas) deve ser referida ao que definimos, mais acima, como *formação discursiva*. As regularidades (ou regras), nesse quadro teórico, não são formuláveis nem quantitativamente (como resultado de uma certa freqüência), nem sob o modo de notação formal. Além disso, não são detectáveis por uma metodologia tradicional da lingüística descritiva já que implicam na *consideração de aspectos sociais e históricos* (p.18, grifo nosso).

Observemos que as regularidades não são tidas como produtos ou conteúdos. Para compreendê-las é necessário recorrer ao processo de produção do discurso, ou melhor, as regularidades se constroem dentro do processo de produção do discurso, na relação com a história. Assim, é mister analisar o modo de inscrição histórico dos enunciados para compreender as regularidades que regem a dispersão dos mesmos. Cabe ao analista de discurso descrever essas regularidades, relacioná-las ao social, ao histórico, para compreender o processo discursivo. Este é o caminho que desejamos percorrer neste estudo.

Outro aspecto que merece nossa atenção quanto à análise das formações discursivas é seu modo e ponto de entrecruzamento. Como nos ensinam Orlandi e Guimarães (1988), diferentes “posições do sujeito” que enuncia no texto não correspondem sempre à mesma formação discursiva. Ao contrário, distintas posições enunciativas podem corresponder, num texto, a diferentes formações discursivas. Como comentamos (p. 33), a posição sujeito não é definida empiricamente e encontramos, em

nosso texto, o sujeito candidato produzindo dizeres em correspondência com a posição-sujeito eleitor. Isto já indica que há mais de uma formação discursiva produzindo o discurso político que estamos estudando. Os autores acima observaram a possibilidade e em alguns casos a necessidade da participação de mais de uma formação discursiva na composição de um texto: “em um mesmo texto podemos encontrar enunciados de discursos diversos, que derivam de várias formações discursivas” (p. 17).

Em nosso estudo, em um primeiro ‘olhar’, que será aprofundado nas análises, observa-se a presença de mais de uma formação discursiva construindo o discurso político produzido na posição sujeito candidato. Observemos que, aqui, não estamos falando da existência de diferentes posições, no texto, produzindo diferentes formações discursivas. Estamos dizendo que há mais de uma formação discursiva produzindo o discurso do sujeito na posição candidato. Mas será que essas formações discursivas funcionam independentemente dos partidos políticos? Tentaremos responder essa questão no capítulo seguinte.

Orlandi e Guimarães (1998) dizem que diferentes formações discursivas podem participar da constituição do sujeito e que pode haver diferentes formas de assujeitamento, dentro da forma-sujeito capitalista, interpelando os sujeitos. Esta afirmação adianta a introdução, em nosso texto, da afirmação de que o sujeito é (ou pode ser) heterogêneo. Como o sentido é múltiplo, vale explicar que o significado de “heterogêneo” na afirmação anterior foi construído tendo como referência as contradições, a fragmentação, as diversas formações discursivas, as diferentes formas de assujeitamento. Portanto, sujeito heterogêneo é uma construção relacionada e contraposta a um improvável sujeito homogêneo, constituído no texto por uma única formação discursiva, na posição que ocupa, interpelado de maneira coesa, harmoniosa.

É importante considerar também nesse sentido as observações de Orlandi: “a relação do discurso com a formação discursiva é bastante complexa, e faz parte da própria metodologia discursiva levar-se em conta a contradição, a fragmentariedade e a heterogeneidade de seu objeto específico” (1986, p. 13).

Atentos a essas observações, tentaremos compreender com nossas análises como a heterogeneidade se apresenta nos textos do sujeito candidato. Essas três características apontadas – contradição, fragmentariedade, heterogeneidade – podem, como veremos, ajudar a compreender o discurso que estamos analisando.

Nesta perspectiva, é necessário discorrer sobre uma forma de heterogeneidade enunciativa que, conforme nossos contatos com o *corpus*, pode ser útil à nossa análise. Trata-se das incisivas, o que é sintaticamente acrescido ao dizer.

As incisivas são tomadas inicialmente como objeto de análise por Haroche (1992), e também por Orlandi (2001). Para os propósitos desta análise, consideramos a noção tal como formulada por Indursky (1992). Ou seja, as incisivas são “seqüências discursivas, mais ou menos completas, mais ou menos fragmentadas, oriundas de outros discursos que, ao serem interiorizados, não deixam pistas de sua procedência externa, nem do processo de apropriação por que passaram” (idem, p. 345). Segundo a autora há uma espécie de *costura invisível* deixando no mesmo nível o discurso interior e o exterior. Isso faz com que sejam eliminados os vestígios de exterioridade. Ou seja, trata-se de uma apropriação do discurso exterior que não deixa sinais, pois há um apagamento deste processo de apropriação.

Esses vestígios são também semelhantes aos que aparecem também no trabalho de Courtine (1981) sobre memória e apagamento, na retomada de um “discurso segundo” por um “discurso primeiro”, isto é, anterior, sem no entanto mencioná-lo.

Observemos, assim, que não há fronteira clara separando as FDs presentes nos textos, tampouco nos discursos. De acordo com Indursky, as incisivas representam um tipo de “heterogeneidade mostrada não marcada” – a autora remonta a Authier-Revuz (1990), que elabora o conceito de heterogeneidade. Para ela, há na enunciação sempre a heterogeneidade, que pode ser constitutiva, sem deixar marcas na linguagem, e “mostrada” em marcas enunciativas. Isto, para falar da presença, em um discurso, de outro discurso: “heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição” (1990, p. 32).

A heterogeneidade constitutiva do discurso, desta forma, não se encontra, digamos, na organização, na cadeia do discurso, mas no interdiscurso, por isso, para a autora, não é analisável. Já a heterogeneidade mostrada apresenta as marcas “do outro” na superfície do discurso. A forma como “o outro” emerge no discurso, nesse caso, é tangível: “o outro” se apresenta sob formas desviantes no “domínio” do dito.

A autora chama atenção ainda para o fato dessas marcas, “marcas de distância”, num discurso, serem extremamente reveladoras a respeito do discurso em questão. Podem indicar, por exemplo, a que “outros” é necessário recorrer, dele se defender ou diferenciar na constituição do discurso.

Authier-Revuz (idem) divide essa última forma de heterogeneidade, mostrada, em *marcada* - como as palavras entre aspas, em itálico, o discurso direto, formas de retoque ou de glosa - e *não marcada* – como o discurso indireto livre, o pastiche, a ironia.

Cabe enfatizar, conforme a autora, que na constituição do sujeito e do seu discurso, está o outro. O outro, nesta perspectiva, não é algo acessório, que se

acrescenta a um discurso pronto, a um discurso formado por determinada essência, para, por exemplo, complementá-lo. Pois “constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o outro” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29).

Na mesma direção, pode-se dizer que a FD não é isolada, ou seja, “nenhuma formação discursiva tem existência própria isolada, mas sempre se constitui na relação com outras” (PAYER, 2006, p. 35). Se nenhuma FD é isolada, já que há uma relação constitutiva entre as FDs, de que maneira pode ser a relação entre elas? D. Maingueneau, em “A gênese do discurso”, tratou destas relações entre FDs. De acordo com Orlandi e Guimarães (1998), que retomam indiretamente o autor, essa relação pode ser de diferentes naturezas: “de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação etc.” (p. 21). De passagem notamos que, a princípio, a relação de sustentação mútua parece a mais presente no *corpus* em análise. Os mesmos autores consideram que, em função da “vocaçã totalizante do sujeito (autor)” (1998, p. 23), há na relação entre as FDs uma dominante. E que as diferentes formações discursivas que atravessam o texto, constituindo-o podem ser apagadas, na estruturação do mesmo, por uma dominante.

Reconhecemos essas últimas observações sobretudo se tratando da autoria de um texto e, comparando-as ao discurso político, notaremos certas diferenças, pois uma formação discursiva dominante, como veremos, não estará produzindo necessariamente o efeito de ‘apagamento’ das demais.

Enfim, pelo que foi estudado acima, podemos dizer que as formações discursivas não são nem homogêneas, ‘puras’, nem tampouco isoladas, independentes de outras formações discursivas. E que um discurso pode ser constituído por mais de uma formação discursiva, heterogêneo, havendo, no entanto, uma dominância. As distintas

formações discursivas, cabe considerar adiante, encontram-se sob a égide da formação ideológica dominante.

## **6 Formação Ideológica**

Por fim, outro conceito importante para nosso estudo é o conceito de Ideologia. A compreensão deste conceito conforme a teoria do discurso é fundamental para a coerência entre nosso ponto de partida (a Sociologia) e a perspectiva que estamos estudando. A forma de conceber a Ideologia, em AD, está estritamente relacionada, embora já esteja dali deslocada, à maneira como Althusser [1971 (1999)] concebe este conceito: “a ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (p. 277). Vem de Althusser (idem), e esta é sua maior contribuição à teoria da ideologia, o princípio teórico de que a ‘ideologia interpela (chama) os indivíduos em sujeitos’. Como esboçamos acima, essa compreensão é adotada pela AD, que vai, no entanto, trabalhar a materialidade da ideologia na língua.

Althusser observara que não havia, realmente, uma teoria geral sobre a Ideologia no pensamento de Marx. O que Marx realizou, em *A ideologia alemã*, para Althusser (ibidem), foi uma teoria “não marxista” da ideologia. Pois a ideologia foi tratada como uma justaposição imaginária, um puro sonho – vazio e vão – formado pelos “restos diurnos” da única realidade plena e positiva: a da história concreta dos indivíduos concretos, matérias, que produzem materialmente sua existência. Para Althusser, trata-se de uma formulação positivista. Para ele também não havia uma teoria da ideologia em *O Capital*, obra feita por um Marx mais maduro.

Como já foi indicado de forma indireta acima, em Análise de Discurso “a ideologia não é ocultação, ela é produção de evidências” (ORLANDI, 2001, p. 105). Ela apaga o caráter material, histórico da língua, ou seja, naturaliza-se o que é produto da

relação histórico-simbólico. Cabe a nós, enquanto analista de discurso, reconhecer o funcionamento da ideologia e tentar problematizar, estranhar, desnaturalizar o aspecto natural que ela produz na língua a respeito dos objetos que analisamos. Por isso, vale ressaltar, os conceitos estudados anteriormente como, memória discursiva, formação discursiva, formação imaginária e sentido são de extrema importância para AD e, de forma específica, para nosso estudo.

Pêcheux [1975 (1995)] mostra que a ideologia – através do ‘hábito’, do ‘uso’ – designa o que é e o que deve ser, isto é, produz evidências. Ela “fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Desta forma, o trabalho da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2005, p. 46). Como o sentido não é literal, ou melhor, como a relação entre a palavra e a coisa não é automática, direta, mas passa pela interpretação, pode-se dizer que “há sempre o espaço da interpretação e a ideologia funciona na/pela interpretação” (ORLANDI, 1996, p. 151). Pelo fato do espaço da interpretação ser um espaço do possível, da falha, do equívoco, do efeito metafórico diz-se que a ideologia é um ritual “com falhas”. Vale ressaltar que, conforme Pêcheux (idem), é na língua que a ideologia se materializa, que a ideologia funciona pelo esquecimento e dissimula seu funcionamento. Ou ainda “ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique (...) é uma prática significativa” (ORLANDI, idem, p. 48), e não é um conjunto de idéias.

Feito esse percurso teórico, estaríamos aptos a desenvolver a próxima fase do nosso estudo: as análises. Lembrando que como método, em Análise de Discurso, há uma relação intensa e incessante entre análise e teoria. Essa última não funciona como

algo rígido, como pressupostos que devem ser confirmados. Sua dinâmica prevê que novas análises conduzam a novas elaborações teóricas.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISES:

#### A 'ORDEM' EM 'BABEL' DISCURSIVO POLÍTICO

##### **Introdução**

Ao iniciarmos as análises, é importante lembrar o objetivo que orienta nosso estudo: pretendemos compreender o funcionamento do discurso político, produzido na posição sujeito candidato ao Legislativo Municipal, materializado nos santinhos. Nosso olhar estará voltado, nesse processo discursivo, sobretudo, para a memória discursiva, para as formações discursivas, imaginárias, que possibilitam os dizeres do sujeito candidato e seus efeitos de sentido na relação com o sujeito eleitor.

##### **1 Santinhos Políticos: A Estrutura Textual**

Iremos analisar, inicialmente, digamos, a estrutura textual que permeia os santinhos, a forma que possibilita o dizer nesta materialidade. Tentaremos responder duas questões apresentadas ao final do primeiro capítulo, baseadas no trabalho de Pêcheux e Wesselius (1977): o discurso, nos 'santinhos' que iremos analisar, é construído de forma esquemática? Se sim, qual (is) o (s) *significado (s) e o sentido (s) do esquema* construído pelo nosso sujeito candidato em seu discurso?

De imediato podemos dizer que observamos uma regularidade na apresentação dos candidatos, que supõe um 'caráter bastante esquemático'. Esquema e regularidade que indicam um elemento comumente encontrado numa formação discursiva econômica, ou seja, notou-se a presença de informações obedecendo aos critérios de um *curriculum* para vaga de emprego – *curriculum vitae*. Aqui, pode-se observar, de maneira geral, um entrecruzamento do discurso político com o discurso econômico. A característica desse *curriculum* guarda relação com o Estado e com o mercado, como iremos analisar mais adiante.

Há no interdiscurso orientações diversas para elaboração de *curriculum* de emprego, de diferentes formas. Mas, basicamente, elas apresentam as seguintes ‘recomendações’ de estrutura:

- a) dados pessoais (nome, endereço, estado civil, idade, telefone de contato);
- b) objetivo;
- c) formação básica e complementar;
- d) experiência profissional ou no campo.

Este é o “esquema” de um *curriculum*.

É interessante para todo o conjunto do nosso trabalho observar que essa mesma forma esquemática é também encontrada com regularidade observável, na estrutura dos santinhos:

(1) *“Nascido em Itajubá, residindo em Pouso Alegre desde 1972, 56 anos, é advogado atuante na cidade e região. Casado com a enfermeira Irene Reis, tem um filho [dados pessoais], tendo trabalhado junto à Cemig e Telemig [experiência profissional]... Atualmente é advogado [formação] junto à Associação dos Municípios da Região Sul Mineira. Deseja manter um canal de comunicação com a população, para estar afinado e comprometido com o fiel desempenho do cargo, com a certeza de não decepcioná-los [objetivo].”* (santinho de candidato a vereador pelo PSB, pela coligação PSB – PCB – PMN. Grifo e comentário nossos)

(2) *“Natural de Pouso Alegre, casado, pai de dois filhos [dados pessoais], acadêmico de Direito [formação], Júlio Batan é policial civil há 20 anos [experiência profissional] ... visa à participação popular, favorecendo assim a justiça social [objetivo].”* (santinho de candidato a vereador pelo PSDB, pela coligação PSDB – PSL – PTB. Grifo e comentário nossos)

(3) *“Edenilda Dorés de Oliveira, 38 anos, natural de Pouso Alegre-MG, casada, mãe de uma filha. Filha de Eduardo*

(Dioso) e Marialva [dados pessoais], advogada [formação militante em Pouso Alegre há mais de 14 anos experiência profissional ou no campo],... *peço seu voto para representá-lo, dignamente, na Câmara de Vereadores e lutar por seu direito a Saúde, educação, trabalho, Moradia e Lazer.* [objetivo]”  
 (santinho de candidata à vereadora pelo PV, pela coligação PV – PRTB – PHS – PTN. Grifo e comentário nossos)

De imediato cabe ressaltar que embora a estrutura esquemática construída nos santinhos assemelha-se a um *curriculum vitae*, observa-se uma diferença significativa na disposição de uma das informações. Enquanto no *curriculum vitae* o objetivo é apresentado logo após o que chamamos de dados pessoais (informações referentes à vida privada), nos santinhos o objetivo - as propostas do sujeito candidato – é a última informação a ser apresentada.

Perguntamos quais seriam os efeitos de sentido produzidos através desta disposição, por essa regularidade, enfim, por essa forma esquemática dos santinhos.

A textualidade que possibilita a forma esquemática dos ‘santinhos’, como acabamos de ver, inicia-se com (a) informações referentes à vida privada do sujeito candidato (idade, estado civil, número de filhos, natural de Pouso Alegre ou há quantos ano vive na cidade), seguida de (b) dizeres relacionados à profissão (anos de exercício da profissão, diploma obtido, lugar em que estudou) e somente ao final (c) apresenta os objetivos do sujeito candidato, ou seja, suas propostas.

Ao nosso ver, este esquema acaba por produzir um efeito de sentido de *singularização* do candidato e de *pessoalização* do discurso político. Vamos explicitar: por antecipação, o sujeito na posição eleitor ao ler e significar à proposta - aqui compreendida como um dos elementos do discurso político - por ler e significar *inicialmente* as informações pessoais sobre o sujeito candidato, pode mobilizar um processo de construção do sentido em que passa a ser interpelado, primeiramente, e

sobretudo, pela “marca pessoal” do sujeito candidato. O efeito de sentido poderia ser diferente se as propostas fossem apresentadas logo no início. Neste modo, o efeito tenderia a ser menos pessoal e mais “político”.

Observamos, desta forma, que a prática discursiva que proporciona a forma esquemática dos santinhos acaba acionando, nesse processo discursivo, uma memória discursiva que restabelece elementos pessoais no discurso político. De certa forma na campanha eleitoral se faz ‘necessário’ que o sujeito candidato apresente sua biografia, a fim de criar uma imagem ou reforçar um elo pessoal já estabelecido, enfim, de trabalhar sua identificação diante do sujeito eleitor. Em campanha eleitoral, não basta apenas produzir dizeres relacionados a programas ou “plataformas políticas”, é preciso também, do ponto de vista deste processo discursivo, que o sujeito na posição candidato se “ofereça”, que torne pública e (re) conhecida sua biografia, sua imagem. Ou seja, o imaginário que possibilita esse processo de significação não é afeito a dizeres impessoais, como aqueles que podem ser produzidos dos/sobre os partidos políticos, e acaba funcionando da seguinte forma: não existe a proposta sem o candidato, e não há o candidato sem uma certa “biografia”, sem um certo “perfil”.

Para reforçar como os discursos dos partidos não interferem ou interferem pouco no funcionamento dessa prática discursiva da produção de santinhos, basta observarmos os três recortes discursivos que apresentamos acima, em que encontramos esse mesmo *esquema* independentemente dos partidos dos candidatos. Ou seja, ele é encontrado nos santinhos de candidatos de diferentes partidos políticos. Vale frisar que a questão da *singularização* do candidato e de *pessoalização* do discurso político será retomada e aprofundada ainda em nossa análise.

Pois bem, após responder à questão que apresentamos anteriormente, outras perguntas se fazem necessárias para tentarmos compreender o processo de construção

dos sentidos, no discurso político que estamos analisando: como se encontram dispostas as formações discursivas? Haveria uma formação discursiva, como diria Pêcheux (1995), determinando certos dizeres, impedindo outros, haveria enunciados com um sistema de dispersão semelhante, como observou Foucault (1987), cujos efeitos de sentidos se processam de modo regular? Se sim, como funciona essa formação discursiva predominante, e qual sua relação a outras? E ainda: os dizeres do sujeito candidato são constituídos por qual imaginário do sujeito eleitor? Tentaremos responder a estas questões no decorrer deste capítulo.

### **1.1 O Sentido Linear da História de Vida**

Vejamos o que mais podemos apreender das seqüências discursivas apresentadas mais acima. Observemos, nesses enunciados, que na posição-sujeito candidato, há um processo de significação no qual os sentidos da “vida”, nas biografias, são construídos apresentando sempre uma direção linear, uma história, de certa maneira, coesa e compacta. A vida do nosso sujeito candidato parece ter uma direção uniforme e progressiva, “sem desvios”. Ou seja, os sujeitos nascem, casam, têm filhos, têm uma profissão, trabalham nesta profissão por um longo período de tempo, tornam-se experientes e, no caso que estamos estudando, almejam entrar ou permanecer na vida política, movido por algum objetivo.

Esta regularidade na apresentação dos sujeitos candidatos, também independentemente dos partidos, além de produzir o efeito de que esses sujeitos têm (ou aparentam ter) suas vidas desenrolando de forma linear, pode ainda nos dizer que este modo de vida é por eles, e pelo sujeito eleitor ali projetado, considerado como exemplar, merecedor de crédito, e de modo a produzir efeitos de sentido de identificação entre sujeito candidato e sujeito eleitor.

Como vimos, as formações imaginárias constituem os dizeres. Ou seja, o sujeito candidato ao construir sua apresentação, nos moldes apresentados acima, está envolvido no jogo imaginário, isto é, nas regras de projeção, nas antecipações do que o outro vai pensar, na ‘habilidade’ de preceder e de certa maneira experimentar o lugar do outro, como dizia Pêcheux (1969), nas inúmeras ‘perguntas’ desse jogo: ‘quem é ele para que eu lhe fale assim?’, etc. E, em nosso caso, a construção do processo imaginário pelo sujeito candidato – às vezes amparados por pesquisas eleitorais quantitativas, qualitativas e por estratégias de marketing político – tem como finalidade produzir no sujeito eleitor efeitos de sentido de aproximação, de identificação, para alcançar um dos objetivos centrais ou central de uma disputa eleitoral: o voto do eleitor. Nesse sentido, a história de vida linear, apresentada pelo sujeito candidato, que constitui também a regularidade enunciativa, busca produzir efeitos de sentido de identificação com o sujeito eleitor.

Notamos ainda que na apresentação dos sujeitos candidatos de uma biografia linear, funciona uma memória discursiva construída por aquilo que Sennett (1999) chamou ‘tempo de longo prazo’. De acordo com esse autor, o ‘tempo de longo prazo’ possui fortes relações com uma vida marcada pela estabilidade, pela rotina, em que as relações se mantêm ao longo do tempo, produzindo efeitos de sentido de confiança, de lealdade, de respeito mútuo. Ainda de acordo com Sennett (idem), isso possui relações com a certeza e garantia do emprego, pela existência, digamos, de um cargo quase ‘vitalício’. As pessoas seguem carreiras nas empresas, têm estabilidade e por isso podem projetar suas vidas em longo prazo.

Nos santinhos observam-se, conforme os recortes discursivos adiante, que têm seu processo de significação relacionado com o funcionamento de uma memória

discursiva atravessada pelo ‘tempo de longo prazo’, compondo a imagem da “vida linear”:

“Como taxista há mais de trinta anos...” (grifo nosso)

“Moradora do Bairro da Faisqueira, há mais de 40 anos, peço um voto de confiança, ...Trabalho na saúde, desde 1984” (grifo nosso)

“Casado há 40 anos com a irmã Zuleide, Pai de quatro filhos, um deles o Pr. Marcelo, seu sucessor, e avô de quatro netos” (grifo nosso)

“Aprimorei-me na área elétrica, trabalho que exerço até hoje” (grifo nosso)

“Atua há mais de 25 anos na rede municipal de educação...” (grifo nosso)

“Trabalha com a comunidade há mais de 20 anos... Conto com você e desde já agradeço a confiança” (grifo nosso)

“Espero contar com a sua confiança. O seu voto será honrado por mim” (santinhos de campanha eleitoral, grifo nosso).

Notem-se que as palavras ou expressões sublinhadas: *taxista há mais de trinta anos; que exerço até hoje; moradora do bairro ... há mais de 40 anos; casado há 40 anos ... seu sucessor* produzem efeitos de sentido de continuidade e permanência. A vida e o tempo, como foi apresentado acima, parecem significar de maneira uniforme, homogênea, linear, a longo prazo.

Outro traço discursivo que pode reforçar esta observação de que há em nosso discurso político formações imaginárias associadas a uma forma de vida linear é a ausência, ou melhor, o *silenciamento* de enunciados, produzidos na posição-sujeito candidato, com dizeres relacionados, por exemplo, ao estado civil quando o candidato é ‘divorciado’ ou casado mais de uma vez, e também ao trabalho quando o candidato havia passado por vários empregos e estivesse desempregado, ou com pouco tempo de serviço. Da mesma forma, em nenhum momento encontramos, em nosso *corpus*,

enunciados dizendo que o candidato havia morado em vários lugares – bairros ou cidades. No máximo, o que observamos foram alguns recortes discursivos citando o fato do sujeito candidato não ser natural de Pouso Alegre, mas em seguida aparecendo dizeres como “*moro em Pouso Alegre há 35 anos*”. Notamos que se estabelece sempre relação entre ‘ser natural de’ e ‘morar’, como produção de um senso de pertencimento. Vale lembrar a oposição entre “nós”, de dentro, versus “eles”, de fora, mencionada antes, a que esse efeito de pertencimento procura responder.

Essas nossas considerações parecem, em um primeiro momento, contradizer as idéias de Sennett (1999) de que no modo de produção capitalista, atualmente, se processa de maneira ‘flexível’. Ou melhor, o emprego torna-se intermitente, os sujeitos perdem a ‘autoria’ de suas vidas, pois ficam a mercê das movimentações do mercado. A economia se volta ao curto prazo, o imediato ganha relevância, as metas a longo prazo vão se ‘diluindo’, o tempo passa a ser imprevisível, obscuro, a ter uma significação de ‘curto prazo’.

De nossa parte diremos que as relações se processando no curto prazo, acabam por alterar os modos de interpelação dos indivíduos em sujeitos pelas ideologias. Ou melhor, o tempo funcionando como de curto prazo parece gerar alterações no modo de assujeitamento, fazendo com que os efeitos de sentido que produzem confiança, lealdade, compromisso, cumplicidade duradoura, sejam menos regulares nas práticas discursivas.

Nas palavras do autor: “não há longo prazo é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo” (1999, p. 24). O tempo de curto prazo produz um modo de significação no qual o sentido da vida torna-se atomizado, a vida deixa de ser linear. Ou como questiona Sennett: “como pode um ser humano

desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida em uma sociedade composta de episódios e fragmentos?” (idem, p. 27).

Deste modo, em nosso estudo, como explicar e compreender o discurso político de sujeitos que se apresentam de modo linear, a ‘longo prazo’, ao construir sua imagem na posição-sujeito candidato?

Ao tentarmos refletir sobre esse ponto, iremos ‘complicar’ um pouco mais.

O ‘*curriculum vitae*’ nos moldes analisados anteriormente, de acordo com as análises de Lewkowicz (2003), é característico de um momento histórico que tem o Estado como *o principal articulador simbólico da vida social*. O funcionamento do Estado-Nação como entidade autônoma, soberana, que garante a organização de um povo dentro de um território, produz, como um dos efeitos, uma certa estabilidade ou “consistência da vida”. De acordo com o autor, atualmente o Estado-Nação passa por um processo de enfraquecimento, perdendo *forças* para o mercado<sup>19</sup> que, como novo articulador simbólico em cena, não funciona com os mesmos mecanismos do Estado-Nação, pois as forças de mercado não estão baseadas numa lógica totalizante (de unidade) como a do Estado. Elas agem sem uma direção estabelecida ‘*a priori*’, pautando-se na volatilidade dos sentidos. A articulação simbólica pelo mercado, de acordo com Lewkowicz (idem), baseia-se antes numa ‘conexão real’, ou seja, as forças de mercado ‘conectam e desconectam’ de forma dinâmica e aleatória pessoas, mercadorias, lugares, funções, sentidos. A confiança a longo prazo, a estabilidade dos sentidos, bem como do emprego, não fazem parte de sua lógica.

Este contexto importa ser assinalado na medida que, a vida passando a ser um ‘devir não regrado’, o emprego temporário ganhando força, formam-se outros discursos significando o ‘*curriculum vitae*’, que vem assumindo novas formas, como segue.

---

<sup>19</sup> Com a eclosão e aprofundamento da chamada “crise financeira mundial”, a partir de meados de setembro de 2008, novos rearranjos parecem ter-se dado nesta relação. No entanto, as considerações de Lewkowicz (2003) são de grande valia para a compreensão de aspectos sobre os modelos de *curriculum*.

Ao invés de uma estrutura linear, até mesmo ascendente, o *'curriculum vitae'* passa a ser apresentado, neste modelo, de modo mais atomizado. Ou seja, ressaltam-se nele aspectos da vida condizentes com as vagas que se buscam naquele momento, ele é recortado e contextualizado a cada situação, acompanhando assim a dinâmica de mercado.

Nossa questão aqui é que embora constatemos que o mercado, nestas condições de produção neo-liberais, torna-se ainda mais dinâmico, flexível, instável, produzindo, desta forma, possibilidades de alterações nas formas do *'curriculum vitae'*, por outro lado os dizeres produzidos na posição-sujeito candidato, no discurso político que estamos analisando, funcionam 'determinados' por uma prática discursiva pautada no modelo de *'curriculum vitae'* característico da formação ideológica em que a função de articulador simbólico está com o Estado-Nação.

Esta constatação leva a questionar se as mudanças, apresentadas acima, nas relações de emprego, e conseqüentemente nas formas do *curriculum*, não se fazem presentes no contexto que estamos estudando.

Um olhar, respaldado no primeiro capítulo deste estudo, ou melhor, em nossa tentativa de compreender Pouso Alegre, enquanto condição de produção do discurso político que estamos analisando, indica que tais mudanças se fazem presentes, mas não com a intensidade existente, por exemplo, nas grandes metrópoles vizinhas (Campinas, São Paulo, Belo Horizonte). Mesmo que a formação ideológica supostamente produtora de uma vida linear, de um tempo significado a longo prazo, interpele vários sujeitos candidatos, não podemos afirmar com certeza que ela se mantém de forma absoluta, ou melhor, não podemos afirmar que a interpelação simbólica pelo mercado não ocorra. Parece-nos antes que essas duas formações ideológicas, não obstante suas contradições, funcionam de maneira simultânea. Realmente, o que podemos afirmar é que no discurso

político construído pelo sujeito candidato ao sujeito eleitor foram observadas de modo predominante marcas que remetem a um discurso político baseado no *curriculum* de uma vida linear, de tempo a longo prazo, no sentido de Sennett (1999), diferente daquele possibilitado por uma formação ideológica de mercado, com sentidos fragmentados, atomizados sobre o trabalho e sobre o curso da vida.

Estas observações nos permitem dizer que no jogo imaginário entre os sujeitos, dizeres que se inscrevam em uma formação ideológica que interpele os sujeitos num modo de vida e de trabalho atomizados, instáveis e descontínuos *não são considerados pelo sujeito candidato como valorizados pelo sujeito eleitor*, não produzem efeitos de sentido de identificação, que poderiam proporcionar votos.

Estas análises nos permitem interpretar que o *sujeito candidato tem uma imagem conservadora do sujeito eleitor*. E aqui, “conservador” não está ligado a nenhum juízo de valor, simplesmente indica certa relutância do sujeito eleitor - tal como depreendida nos textos dos candidatos - em aceitar ou familiarizar-se com outros discursos, com dizeres que poderiam instaurar processos de significações diferentes, novas formas de subjetividade, digamos, uma ‘subjetividade pós-moderna’.

Enfim, o sujeito candidato busca construir sua imagem através de um discurso que mobilize regiões do interdiscurso relacionadas a um estilo de vida linear, pode-se até dizer, pelas atuais condições sócio-históricas, um discurso tradicional, procurando silenciar aspectos que rompam com tal imagem de linearidade, mesmo quando ela acontece na vida do candidato, a fim de alcançar seu objetivo: efeitos de sentido que façam com que ele receba a identificação, a confiança e o voto do sujeito eleitor.

## **2 Sou Bacharel**

Vimos que a construção e o preenchimento – histórico, social, lingüístico - do *currículo* pelo sujeito candidato diante da imagem do sujeito eleitor segue uma

direção predominantemente linear. A partir de agora, iremos tentar responder as três questões formuladas quando analisamos o funcionamento da prática discursiva que atua/constitui os santinhos. Vale lembrar tais perguntas: como a formação discursiva, como diria Pêcheux (1995), determinam certos dizeres, impedindo outros, ou como se distribuem os enunciados com um sistema de dispersão semelhante, regular, como observou Foucault (1987), cujos efeitos de sentidos se processam como os da prática discursiva que analisamos? Ou seja, os efeitos de *singularização* do sujeito candidato e de *pessoalização* do discurso político estariam relacionados à formação discursiva? Se sim, como funciona essa formação discursiva? Os dizeres do sujeito candidato, nesta formação discursiva, são constituídos por qual imaginário do sujeito eleitor?

Vamos analisar outros recortes discursivos que poderão auxiliar na resposta a tais perguntas. Nesse caminho iremos assumir uma postura, digamos, sistematizadora, uma vez que estamos em um momento também de “apresentar” na escrita os resultados das análises feitas. Preocupa-nos o fato de que essa postura poderá, em alguns momentos, produzir em nosso leitor efeitos de sentidos na direção de que o discurso, no caso de cada santinho que estamos analisando, seja homogêneo, ou até mesmo que as formações discursivas funcionam nos santinhos de maneira independente, fechada, mecânica. Mesmo quando se tratam de textos produzidos na relação com partidos políticos, veremos como, nas análises detalhadas do funcionamento da linguagem, o suposto fechamento da formação discursiva é posto em questão, o que é condizente com as noções teóricas expostas. Como veremos, se tais efeitos de sentido forem produzidos, se devem mais a postura metódica do analista e do autor, do que ao funcionamento do discurso efetivamente. Mesmo sabendo dos ‘riscos’, iremos seguir essa estratégia de exposição das análises, talvez em função de nossa experiência inicial neste campo disciplinar, como uma medida para diminuir os titubeios e termos um maior efeito de

“controle” sobre o nosso texto, e de coesão dos elementos trabalhados. Talvez também a memória discursiva vinda de nossa formação acadêmica, influenciada, entre outros conceitos, pelo “tipo ideal”<sup>20</sup> de Max Weber interfira na postura sistemática que nos parece necessário utilizar em nossa exposição.

Pois bem, dizeres como o seguinte constituem os ‘currículos preenchidos’, ou melhor, constituem o discurso produzido na posição-sujeito candidato:

*“Professor de alemão formado pela Universidade de Colônia  
(Alemanha).”* (grifo nosso)

Por que enunciado como o acima - ‘*Professor de alemão*’ - se faz presente em um santinho de candidato a vereador de Pouso Alegre? O que faz com que esses dizeres sejam ditos na posição-sujeito candidato a vereador? Ou melhor, qual é a formação discursiva e qual é o imaginário que sustentam esse recorte? E mais, como esse imaginário foi construído?

Holanda<sup>21</sup> (1995) nos ajuda a trabalhar essas questões através da noção de ‘bacharelismo’. De acordo com ele, a formação do Bacharel nem sempre está ligada diretamente, digamos, à prática, sendo em alguns casos simplesmente decorativa. Há um processo sócio-histórico no qual essa formação produz prestígio, é valorizada, admirada. Notamos que o sujeito candidato, em seu imaginário sobre o sujeito eleitor, apresenta dizeres, como os acima, porque podem significar e produzir tais efeitos de sentido de prestígio, de estudo, de inteligência, de um sujeito com posição social

---

<sup>20</sup> Max Weber desenvolveu o conceito de “tipo ideal”, ou seja, uma categoria teórica e abstrata, que serve como instrumento de análise: “O cientista, pelo estudo sistemático das diversas manifestações particulares, constrói um modelo acentuando daquilo que lhe pareça característico ou fundante. Nenhum dos exemplos representará de forma perfeita e acabada o tipo ideal, mas manterá com ele uma grande afinidade, permitindo comparações e a percepção de semelhanças e diferenças” (Costa, 2005, p. 100).

<sup>21</sup> Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) formou-se em Direito no Rio de Janeiro, mas seguiu os caminhos do Jornalismo, da História e da Sociologia. Em 1936, lançou o livro *Raízes do Brasil*, leitura considerada fundamental para a compreensão da sociedade brasileira. Neste livro desenvolveu a noção de homem cordial, um tipo ideal do brasileiro com grande disponibilidade sentimental, propenso às relações afetivas, pessoais, ao mesmo tempo, com aversão das relações ritualísticas. Foi um dos primeiros intelectuais a utilizar a teoria weberiana para pensar o Brasil.

reconhecida, podem produzir legitimidade. Mesmo que em alguns casos “a qualidade particular dessa tão admirada inteligência seja ser simplesmente decorativa” (Holanda, 1995, p. 84).

Este tipo de prestígio, de acordo com o autor, se fez fortemente presente na história de Portugal: “... o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe-pátria. Em quase todas as épocas da história portuguesa uma carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos” (1995, p. 157).

Pode-se dizer que no Brasil, e como não poderia deixar de ser em Pouso Alegre, além dessa memória discursiva construída em função de nossa colonização pelos portugueses, esse imaginário de valorização do bacharel foi reforçado por aspectos relacionados também à história da escravidão, que marcou profundamente a vida tanto colonial, quanto imperial do nosso país, sendo que ainda hoje, percebe-se suas ‘marcas’. De acordo com Azevedo (1963), a escravidão acabou produzindo, na população não escrava, uma repulsão, um desprezo em relação aos trabalhos manuais e mecânicos – ‘trabalhar era coisa de escravos’. Concomitantemente o Bacharel e também o ócio foram valorizados. A vinda da família real ao Brasil (1808) e posteriormente a independência do Brasil e a formação do Império acabou demandando aqui funcionários voltados para as atividades administrativas, políticas, públicas. Essas atividades, muitas vezes, foram ocupadas pelos bacharéis, o que contribuía para a valorização dos mesmos. Contribuiu também para a valorização dos bacharéis, nesta época, a ‘vida da corte’ e a concessão de títulos a eles.

Feitas essas considerações, podemos dizer que a presença regular do enunciado acima em nosso *corpus* não é algo aleatório, arbitrário. Possui relações com o imaginário, ou melhor, com o funcionamento de uma memória discursiva que sustenta e

‘alimenta’ sentidos que produzem efeitos de legitimidade, de valorização e prestígio, historicamente construídos, em torno do bacharel. Ao mobilizar esses elementos na memória discursiva do sujeito eleitor, o sujeito candidato pode produzir uma relação com ele cujos efeitos de sentido podem resultar em valorização, portanto votos.

Por fim, não podemos negar que a valorização do Bacharel tenha também elementos de uma memória discursiva influenciada pelo Iluminismo e que se estende atualmente também pelo discurso do mercado. Vejamos os seguintes enunciados:

*“... é professor e historiador formado pela Universidade Federal Fluminense”*

*“... é cirurgião dentista, com especialização em Saúde Pública”*

*“Engenheiro Eletricista e de telecomunicações pelo INATEL. Tem especialização em Direito Empresarial (FDSM) e Gerenciamento de empresas pela FGV”*

O Iluminismo foi uma corrente filosófica que eclodiu na França do século XVIII, que trouxe a razão para o centro das explicações da vida. Embora desde o Renascimento a indagação racional viesse ganhando força, destacando os racionalistas do século XVII com sua postura favorável ao emprego sistemático da razão, podemos dizer que é a partir do século XVIII que a razão “se liberta” de elementos sistemáticos anteriores. Ou seja, o conhecimento científico, racional, passa a fornecer as explicações aos fenômenos sociais, físicos, naturais presentes nas sociedades, renunciando, desta forma, às explicações teológicas e crenças tradicionais. Observemos que o Bacharel - que o ‘*professor e historiador*’, que o ‘*cirurgião dentista*’, que o ‘*engenheiro*’ - não produziria os mesmos efeitos de sentido de valorização, de prestígio, se os sujeitos fossem interpelados por uma formação discursiva apenas religiosa, predominantemente transcendental, na qual o conhecimento fosse ‘obra’ de uma ‘revelação’ divina, como acontecia, por exemplo, na sociedade feudal. Da mesma forma, o conhecimento racional, que o Bacharel representa, não faria muito sentido numa sociedade

predominantemente marcada pela tradição religiosa. De nada adiantaria ser *'um cirurgião dentista, com especialização em saúde pública'*, conhecer os riscos que uma água poluída pode trazer para quem tem contato com ela, se os sujeitos fossem interpelados de modo que acreditassem que tal água fosse sagrada.

Cabe ainda mencionar que o formato adquirido pelo modo de produção capitalista, atualmente, com uma divisão acentuada do trabalho social, com alto grau tecnológico, produz outra formação discursiva valorizando o Bacharel. Ou melhor, valorizando sobretudo os bacharéis que desempenham funções capazes de agregar (ou criar) grande valor aos produtos ou mercadorias decorrentes de seu trabalho. Ou, produzir através de seu trabalho, uma maximização do lucro dentro do processo produtivo. Este bacharel, por gerar grande quantia de lucro ao empresário, acaba recebendo salários elevados. E salários elevados, numa “sociedade de consumo”, resulta também em prestígio e poder. Podemos identificar nos dizeres como *'especialização'*, *'Gerenciamento de empresas'*, presentes nas seqüências discursivas apresentadas acima, marcas dessa formação discursiva, digamos, de mercado. Assim, observamos que no processo de significação do discurso que estamos analisando, há diversas memórias de dizer sendo acionadas, relacionando e produzindo sentidos. E como os sentidos são dinâmicos, estão sempre em curso, em movimento, ou seja, jamais estarão finalizados, completos, novos dizeres e sentidos, poderão ser possibilitados, pela relação do interdiscurso aos acontecimentos discursivos.

### **3 Discurso Pessoal-Doméstico e Discurso Político-Público**

Vimos, até agora, que na posição-sujeito candidato, nos santinhos, são produzidos dizeres que indicam que o sujeito eleitor é visto como alguém que valoriza um estilo de vida significado de maneira linear, uniforme, homogênea, e que, imaginariamente, há efeitos de sentido de valorização do Bacharel, associados a

distintas memórias discursivas. Entre essas memórias discursivas, que possibilitam efeitos de valorização e prestígio ao Bacharel, mencionamos uma que encontra-se ligada a nossa herança Ibérica. Parece que essa memória é mobilizada também em outros enunciados em nosso *corpus*. Parece ainda que esta memória associada a nossa herança Ibérica possibilita a produção e a significação de dizeres que vão ao encontro das nossas observações sobre a prática discursiva (política) antes apresentada. Portanto, estamos mais perto de responder às questões que vêm nos instigando desde as primeiras páginas deste capítulo. E também de realizarmos nosso objetivo nesta análise, ou seja, compreender o funcionamento do discurso político, produzido na posição-sujeito candidato, em diversos partidos políticos, e materializado nos santinhos. Estamos atentos, sobretudo, aos sentidos dos dizeres produzidos na posição-sujeito candidato e na relação desses dizeres com o sujeito eleitor. Nesta direção, vejamos outros recortes:

*“Filho de uma família tradicional”* (candidato a vereador pelo PTB, pela coligação PTB – PSDB - PSL) [grifo nosso]

*“Onde cresci e desenvolvi meus sonhos, sempre amparado por minha família”* (candidato a vereador pelo DEM, pela coligação DEM – PP - PSDC) [grifo nosso]

*“... aprendeu, com os princípios familiares, que para fazer uma sociedade justa e igualitária tem que trabalhar com disposição e honestidade. Esta é a lição que pretende colocar em prática”* (candidato a vereador pelo PRTB, pela coligação PRTB – PV – PHS - PTN) [grifo nosso]

Enunciados como estes envolvendo “família” compõem também regularmente o discurso político que estamos analisando. Mas pensemos que nós sabemos disto porque eles foram retirados do *corpus* que ‘coletamos’. Ou seja, será que tais dizeres também não poderiam ser ditos e significados em outros contextos que não o do discurso político, por exemplo, numa conversa entre pai e filho? Ou num ‘testemunho’ religioso

de um evangélico ou numa homilia? Ou talvez numa palestra para ‘resgatar’ os valores familiares e morais na nossa sociedade? Provavelmente sim.

E em que essa observação pode contribuir para compreendermos ‘nosso’ discurso político? Primeiramente, podemos dizer que esses enunciados acionam distintas regiões do interdiscurso. A identificação, portanto, entre nossos sujeitos discursivos não se processa apenas por uma memória política no sentido mais restrito. Há nos santinhos ligações de dizeres morais, familiares, religiosos e também políticos. Sendo assim, no processo de significação do discurso político aqui analisado há, digamos, um ‘entrecruzamento’, uma ‘diluição’ entre as fronteiras de dizeres produzidos em distintas formações discursivas.

É interessante observar que tal ‘entrecruzamento’, como demonstram os recortes discursivos acima, funciona independentemente do partido ou da coligação. Novamente nossa análise indica uma certa ausência ou insignificância da questão partidária produzindo significações. Assim, cabe uma questão: Por que os enunciados analisados até o momento apontam que a questão partidária não produz efeitos na construção do discurso político que estamos analisando?

De maneira mais ampla, a pergunta apresentada acima foi, direta ou indiretamente, formulada e desenvolvida por vários autores brasileiros<sup>22</sup> da Ciência Política, e sua resposta acionou diversos processos de significações. Podemos dizer que entre distintos significados destas respostas há um sentido comum: a *exacerbação* do Estado como principal articulador simbólico da vida social produziu ‘efeitos inibidores’ na maneira como os dizeres relacionados aos partidos políticos se processaram no Brasil. Essa *exacerbação* pode ser compreendida como um “dirigismo estatal”, como

---

<sup>22</sup> Ver por exemplo: SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus. SANTOS, Wanderley Guilherme. Razões da Desordem. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. WEFFORT, Francisco. Partidos, Sindicatos e Democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964. In: Revista de Cultura Política, 1979.

um processo no qual o Estado buscava organizar, ou melhor, ‘modelar’ todas as significações sociais. Historicamente, como nos ensina Faoro (2001), a forte estrutura governamental – “estrutura estatal patrimonialista” – precedeu e obscureceu a ação de grupos sociais organizados, como os partidos políticos. A participação da sociedade na vida política, durante quase “toda” a história do Brasil, se deu de forma débil, longe de significar um direito, ela funcionava e significava como um benefício outorgado e controlado pelo Estado, “de cima para baixo”. Percebe-se, portanto, que essa *exacerbação* do Estado é marcada fortemente por uma ideologia autoritária.

Não entraremos no mérito das “causas” que proporcionaram e sustentaram essa ideologia autoritária, pois isso demandaria um outro estudo. Vale, no entanto, mencionar que há diversas tentativas de explicá-la, como a de Holanda (1995), que busca relacionar esse autoritarismo com ‘traços culturais herdados’ dos portugueses, ou melhor, ele relaciona a forte centralização política no Brasil com a incapacidade herdada dos ibéricos de promover formas de organização. Para ilustrar a forte presença desta ideologia autoritária, lembremos que o interdiscurso presente na formação da República Democrática do Brasil, que se “inicia” em 15 de novembro de 1889, está diretamente relacionado a um passado colonial, escravocrata, excludente, sem os sentidos e os significados produzidos por uma Revolução com participação popular, como na França ou nos Estados Unidos.

Cabe ainda destacar, influenciado pela regularidade do aspecto em questão nos estudos sobre a questão partidária, que a produção de um discurso político, digamos, “holístico” pela elite brasileira também influenciou de certa maneira a formação de dizeres marcados pela questão partidária. Ou seja, a elite brasileira produziu um discurso que valoriza o consenso, a imagem da sociedade brasileira como integrada, sem violência. Este processo discursivo, em contrapartida, possibilitou a construção de

um imaginário dos partidos políticos como desagregadores, como obstáculos aos interesses gerais da nação, por representarem interesses ‘setoriais’ na sociedade. O que interfere também com sentidos de incredulidade no imaginário do eleitor em relação a eles.

Por fim, esses fatos discursivos encontrados na regularidade dos santinhos nos lembram uma discussão recorrente nas Ciências Sociais e Políticas, as quais consideram que, a rigor, somente a partir de 1945, com o PTB, o PSD, a UDN, entre outros, pode-se efetivamente falar de *partidos nacionais*. Exceção feita talvez ao PCB, formado em 1922, com sua trajetória própria, marcada por períodos de clandestinidade. A formação destes partidos não significou uma forte presença de dizeres com traços partidários no discurso político. A prática política destes partidos se dava de maneira secundária, submissa, dependente, frente à ação do Estado. Na mesma direção pode-se afirmar que estes partidos eram ineficazes do ponto de vista de “canalizar” o discurso político, como regra, ou seja, os dizeres políticos entre setores sociais e o Estado não se processavam via partidos políticos. No entanto, é interessante mencionar o estudo de Campello de Souza (1976), ao analisar o período de 1945 a 1964, que de certa maneira, desloca os sentidos das considerações que acabamos de apresentar,.

Essa ordem de considerações apresentam, dissemos, uma regularidade na ‘literatura’ que aborda a questão partidária. Na direção de Campello de Souza (idem), pode-se dizer que os três partidos citados anteriormente, embora não acionassem uma identificação partidária da maioria do eleitorado, mobilizavam regiões do interdiscurso construídas por elementos com certas diferenciações ideológicas. Isto é, a UDN, o PTB, o PSD, ‘recebiam’ seu apoio político de maneira diferencial. Havia no funcionamento do imaginário de uma parcela do eleitorado uma identificação que relacionava

diferentes sentidos aos três partidos políticos<sup>23</sup>. Mesmo que tal observação produza certo deslocamento na maneira de compreender o funcionamento de dizeres partidários no discurso político no período citado, o que é mais relevante para efeitos deste nosso estudo, é enfatizar a resposta elaborada a pergunta que desencadeou essa nossa última reflexão: a exacerbação do Estado, no Brasil produziu efeitos que silenciaram dizeres com sentidos relacionados aos partidos políticos.

Antes de prosseguirmos com as análises é mister apresentar outra questão. De acordo com Payer (2005), na sociedade contemporânea há indícios que um novo ‘Texto’ esteja interpelando os indivíduos de modo predominante, através da mídia, com a força de interpelação que durante a Idade Média coube ao Texto bíblico, na função de texto fundamental a constituir o sujeito, e cujo enunciado máxima era “a salvação”, a ser obtida seguindo as ‘leis divinas’. Com o advento do Estado Moderno o texto jurídico – Constituição, Leis – passa à condição desse Texto principal, com mote nos direitos e deveres. O discurso produzido pelo capitalismo muito recentemente, quando o mercado foi ganhando força em relação ao Estado, de acordo com a autora, tende a se materializar na Mídia como *locus* principal de interpelação discursiva do sujeito contemporâneo, com base no enunciado máxima do “sucesso”.

Pois bem, se a maneira como o Estado se constituiu no Brasil não contribuiu para produzir dizeres marcados pela questão partidária, neste novo cenário, analisado pela autora, no qual o mercado, a ideologia do sucesso exposta na mídia ganham força no processo de interpelação discursiva do sujeito, como funcionarão nesse contexto os dizeres relacionados aos partidos? Quais sentidos se dão a um sujeito, pode se dizer, “midiático”, de ideologia neoliberal, pautada em relações competitivas e no sucesso, em relação a uma prática política partidária?

---

<sup>23</sup> Embora estejamos tecendo estas reflexões amparados nos estudos de Campello de Souza, vale dizer que essa questão foi abordada inicialmente por Aziz Simão (1956); Soares (1965) e Cintra (1968).

Apresentadas as questões acima, que fazem parte desta nossa reflexão, voltemos à análise. Nesse processo de funcionamento do discurso, em que se destaca a relação constitutiva entre o discurso e a sua exterioridade, isto é, entre o discurso e o histórico, o social, o ideológico, ficaremos atentos, neste momento, para tentar responder aquelas perguntas que nos instigam, com relação aos efeitos de sentido, produzidos pelos dizeres, nos santinhos, diríamos, pessoal-domésticos. Observemos, pelas últimas seqüências discursivas apresentadas, a “livre” circulação de dizeres que produzem tais efeitos, no discurso político e, portanto, público.

Podemos observar que esses dizeres que produzem efeitos de sentidos pessoais, familiares, como “*princípios familiares*”, “*amparado por minha família*”, são introduzidos no discurso político, de maneira que não deixam pistas de sua procedência externa, como se houvesse uma ‘costura invisível’, deixando no mesmo nível enunciados do discurso político-público e de discursos pessoal-domésticos. Podemos notar que esses dizeres, que se dão em uma discursividade com efeito de mais próxima do pessoal, funcionam no discurso político que estamos analisando como incisas, como foi definido no segundo capítulo deste estudo. Mesmo se estes dizeres não apresentam a forma sintática de “incisas”, eles assim funcionam como acréscimos no discurso, como incisas discursivas.

Atentos à relação entre o que estamos chamando discurso político-público e discurso pessoal-doméstico, notamos que o discurso político que possibilita o entrelaçamento dessas diferentes regiões do dizer encontra-se intrincado numa formação ideológica que valoriza a esfera familiar e, como fica “evidente” em nosso último recorte discursivo, produz um efeito de sentido de “transferência” da moralidade privada para o espaço público. É isto que permite, ao nosso ver, que o sujeito-candidato,

em seu imaginário sobre o eleitor, produza um discurso político com elementos do pessoal-doméstico.

Há outros enunciados que reforçam a presença de “pontos do dizer” (ORLANDI, 1992) permeados por essas relações de sentidos. Podemos observar assim a heterogeneidade que constitui o discurso político que estamos analisando, por exemplo, na própria ‘estrutura do currículo’ do sujeito-candidato, no que chamamos *dados pessoais*. Isto pode ser ilustrado através dos dizeres sobre filiação, sobre cônjuge, sobre os filhos, presentes nos seguintes recortes discursivos:

*“Tenho 48 anos, sou casado, tenho três filhos”* (candidato a vereador pelo PCB, pela coligação PCB – PSB – PMN) [grifo nosso]

*“Casado há 40 anos com a irmã Zuleide, pai de quatro filhos, um deles o Pr. Marcelo, seu sucessor, e avô de quatro netos.”* (candidato a vereador pelo PSDB, pela coligação PSDB – PSL – PTB) [grifo nosso]

*“Sou Maria Claudete de Souza, pouso-alegrense, casada e tenho um filho. Sou filha de Sebastião Pedro (Tião Pedro)”* (candidata à vereadora pelo PHS, pela coligação PHS – PV – PRTB – PTN) [grifo nosso]

Esses dizeres, enunciados na posição-sujeito candidato, portanto, numa posição de postulante a cargo público, apresentam traços do discurso pessoal-doméstico e possibilitam um processo de produção do sentido no qual pode-se produzir uma identificação, uma adesão – ‘casado’, ‘pai’, ‘filhos’, ‘filha’, ‘avô’, ‘netos’ - entre sujeito eleitor e sujeito candidato. Podem-se construir efeitos de sentidos de identificação, de aproximação, até mesmo, através dos nomes dos familiares, da intimidade, da familiaridade e afeto. Essas são algumas regiões do interdiscurso acionadas por esses enunciados políticos e que podem mobilizar na memória do sujeito

eleitor a produção desses efeitos de sentido, que poderão proporcionar votos aos candidatos.

Os próximos enunciados, além de corroborar essa observação, ainda indicam a presença de dizeres que podem estabelecer sentidos de efeitos emocionais, sentimentais, também funcionando nesse processo de identificação entre nossos sujeitos discursivos no espaço político:

*“...resolvi me candidatar a vereador. Faço isso de coração, no sentido de, se eleito for, trabalhar muito pela minha cidade”*  
(candidato a vereador pelo PMDB) [grifo nosso]

*“O amigo de todas as horas”* (candidato a vereador pelo PSDB, pela coligação PSDB – PSL - PTB) [grifo nosso]

*“com a finalidade de ajudar a população de Pouso Alegre”*  
(candidato a vereador pelo DEM, pela coligação DEM – PP - PSDC) [grifo nosso]

Observemos o verbo “ajudar” produzindo efeito de aproximação, mobilizando ‘regiões’ afetivas, pessoais, do interdiscurso. Neste caso, por exemplo, se o verbo “ajudar” fosse substituído pela expressão “fazer valer os direitos”, o enunciado produziria efeitos de sentidos diferentes, mobilizaria outra memória discursiva, outra formação discursiva, diferente daquela que, como estamos tentando perceber, está possibilitando esses enunciados. Cabe mencionar, conforme B. Santoro (2007)<sup>24</sup>, que haveria nesta marca lexical “ajuda” também traços do discurso religioso.

Vale dizer que, ‘teórica e socialmente’, a possibilidade de circulação de enunciados com sentidos mais gerais, impessoais, numa “forma sujeito capitalista-democrática”, é mais encontrada na região do dizer político-público do que na do pessoal-doméstico. Nossa análise indica que, em ‘nosso’ processo discursivo, a característica da impessoalidade não está funcionando. Sendo assim, observemos que

<sup>24</sup> [Apresentação no ENCONTRO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 1, Pouso Alegre: Univás, 2007]

nossos sujeitos discursivos, em seu processo de subjetivação como candidatos, mesmo em seus dizeres político-público, demonstram sinais de um processo de interpelação fortemente marcado por uma formação ideológica em que tem valor o familiar, pessoal. É como se o processo de individuação do nosso sujeito pelo Estado fosse também marcado por um mecanismo ou por elementos pessoais que não necessariamente os da “forma sujeito capitalista-democrática”, que seriam “mais próprios” do Estado, do discurso político-público. Ou talvez as Instituições do Estado, nesse processo, não possuam um funcionamento, digamos, independente da dinâmica das relações pessoais.

### 3.1 Efeitos de Sentidos Emocionais, Sentimentais

Vimos até agora que há uma formação discursiva, intrincada numa formação ideológica, produzindo dizeres que geram efeitos de sentido de valorização do Bacharel, efeitos de sentido que não segregam as instâncias do político-público e do pessoal-doméstico, o que possibilita afirmar que dizeres com traços emocionais, sentimentais e pessoais, estão presentes no discurso político construído na posição-sujeito candidato. Para nós, dados os objetivos de nosso trabalho, cumpre especificar o funcionamento dos efeitos de sentidos sentimentais.

A forma com que, muitas vezes, o sujeito candidato enuncia ao falar da cidade de Pouso Alegre, isto é, a maneira como busca construir um efeito de identificação com o eleitor do município, reforça a presença desses traços emocionais, sentimentais:

*“...e desta cidade que tanto amo”* (candidato a vereador pelo PMN, pela coligação PMN – PSB - PCB) [grifo nosso]

*“Minha querida cidade de Pouso Alegre”* (candidato a vereador pelo PMDB) [grifo nosso]

*“Nossa querida Pouso Alegre”* (candidato a vereador pelo PSDB, pela coligação PSDB – PSL - PTB) [grifo nosso]

Também características do campo da oralidade são materializadas no *corpus* via, por exemplo, alcunhas, nomes associados à atividade profissional, enunciados na

posição-sujeito candidato, também servem para ilustrar a busca por efeitos de sentidos de proximidade, familiaridade, afetividade, pelo sujeito candidato, na produção do efeito de identificação.

“FABRICIO PEREREKA” (candidato a vereador pelo PT, pela coligação PT – PCdoB) [grifo nosso]

“HÉLIO DO TÁXI” (candidato a vereador pelo PV, pela coligação PV – PRTB – PHS - PTN) [grifo nosso]

“DITINHO” (candidato a vereador pelo PSB, pela coligação PSB – PCB - PMN) [grifo nosso]

Nota-se que o emprego do diminutivo, através do sufixo *inho*, no nome “Ditinho”, mobiliza campos da memória discursiva que produzem efeitos de aproximação, de intimidade, de ser “dos nossos”. É o discurso pessoal-doméstico, carregado de efeitos de afetividade e familiaridade, atravessando o discurso político-público, um discurso que como apontamos, tem como espaço de circulação a esfera pública.

Aqui, cabe uma pergunta, que consideraremos em nossa reflexão: num contexto sócio-histórico, como o de Pouso Alegre, cuja forma de governo se apresenta democrática, quais efeitos a forte presença de personalidade no funcionamento do discurso político-público podem produzir no sentido da concretização dos direitos e deveres dos cidadãos?

Retomando a análise, podemos dizer, como vimos, que na posição-sujeito candidato que estamos analisando há produção de enunciados que podem mobilizar um processo de significação capaz de sensibilizar, de gerar emoção, que atravesse afetivamente o ouvinte, no caso, o sujeito eleitor, de modo que os sentidos ditos “cheguem” até ele.

Para a descrição/interpretação do discurso político, importa ressaltar que imaginariamente, o sujeito candidato indica acreditar que os enunciados que podem

afetar e se representar de maneira emocional, afetiva, sentimental, sejam relevantes para o sujeito candidato decidir seu voto, portanto que sejam relevantes no processo político. Do mesmo modo, importa, de seu ponto de vista, dizeres e sentidos que são retomados de uma memória discursiva em que o sujeito eleitor *julga* pessoas no cotidiano, produzindo sentidos. Esse modo é restabelecido ao serem interpelados a avaliar os sujeitos candidatos. Em outras palavras, os pressupostos são os mesmos do moralismo cotidiano.

Assim, neste processo discursivo, acaba-se por silenciar dizeres associados a uma determinada memória discursiva política, como: partidos, esquerda-centro-direita, democracia, legislativo, executivo, políticas públicas, direitos, cidadania, Lei Orgânica Municipal.

### 3.2 Relação Direta

Ainda na mesma direção, podemos notar, por meio dos próximos recortes discursivos, que há uma regularidade na maneira do sujeito candidato se ‘dirigir’ ao sujeito eleitor. Regularidade esta que se processa através de enunciados que buscam construir uma *relação direta* entre sujeito candidato e sujeito eleitor. Quase não há espaço, ou melhor, há um silenciamento neste discurso, de dizeres, digamos, mais formais.

“Conto com o seu voto” (candidata à vereadora pelo PT, pela coligação PT – PCdoB) [grifo nosso]

“Conto com você e desde já agradeço a confiança” (candidata à vereadora pelo PSDB, pela coligação PSDB – PSL - PTB) [grifo nosso]

“Espero contar com a sua confiança” (candidato a vereador pelo PMDB) [grifo nosso]

Além de se apresentar como traço de um discurso publicitário, a interpelação “direta” da primeira pessoa do discurso (eu) à segunda pessoa (você), podemos observar

também que é o sujeito candidato que *conta*, que espera pelo voto, pela *confiança* do sujeito eleitor. Não há nesta relação dizeres, por exemplo, referindo-se a um partido político ou uma coligação. O sujeito candidato em seu discurso sobre o voto busca produzir efeitos de *confiança* e ainda de *cumplicidade* na relação com o sujeito eleitor. Da mesma forma que o sujeito candidato ‘conta’ com o sujeito eleitor, esse poderá ‘contar’ com o sujeito candidato, pois se eleito ele irá representar ‘você’, será seu porta-voz:

“Sua voz na Câmara” (candidata à vereadora pelo DEM, pela coligação DEM – PP - PSDC) [grifo nosso]

“Decidi ser o seu representante na Câmara Municipal” (candidato a vereador pelo PSB, pela coligação PSB – PMN - PCB) [grifo nosso]

“... representá-lo na Câmara dos Vereadores” (candidato a vereador pelo PSDB, pela coligação PSDB – PSL - PTB) [grifo nosso]

Observemos que podem ser criados efeitos de sentido que tendem a particularizar, a definir o sujeito eleitor: ‘decidi ser o *seu* representante’ e não de determinada classe social, associação, segmento profissional ou de bairro. Sendo assim, não estamos equivocados em afirmar que a contrapartida do sujeito candidato se constituir como “Eu” é também o sujeito eleitor ser tomado como pessoa, como um “Eu” (você). Este processo de significação pode produzir efeitos de sentidos que ‘naturalizam’, por exemplo, dizeres em que reivindicações privadas sejam priorizadas, em detrimento de necessidades públicas. O que faz com que a prática do discurso político fique talvez circunscrita, submissa, dependente, de uma memória que necessite retomar dizeres pessoais. É o sujeito candidato enquanto “pessoa” quem se apresenta, mais do que, digamos, a “posição”, a figura política que representa.

Como o discurso tem uma relação constitutiva com o social, com o histórico, com o ideológico, podemos dizer que esta prática política torna-se quase inacessível sem a interferência das relações pessoais, tornadas cúmplices. Essa nossa observação responde, ao menos parcialmente, à questão que formulamos mais acima a respeito de possíveis efeitos que a forte presença de personalidade no discurso político-público podem produzir para “a vida democrática” em nossa sociedade de maneira geral e, conseqüentemente, em Pouso Alegre.

#### **4 Formação Discursiva Personalista**

Parece que aqui estamos aptos a definir e talvez compreender qual é a formação discursiva que é constituída por “pontos do dizer” com certo sentido de valorização ao bacharel, que dilui as fronteiras entre o discurso político-público e o pessoal-doméstico, que procura mobilizar, para gerar efeitos de identificação, na memória discursiva do sujeito eleitor, dizeres que podem produzir efeitos de sentido pessoais, sentimentais, emocionais, morais, que produz um discurso político baseado numa relação direta entre sujeito candidato e sujeito eleitor. Enfim, que possibilita significações e efeitos de sentidos como os da prática discursiva que analisamos nas primeiras páginas deste capítulo. Portanto, iremos responder aquelas questões que nos instigaram e ficaremos mais próximos do nosso objetivo.

De imediato, e estabelecendo diálogo com a área das ciências sociais, iremos definir esta formação discursiva como personalista. Nos enunciados que analisamos podemos observar que essa formação discursiva possibilita dizeres que instauram um processo de significação que produz os tais efeitos de sentidos emocionais, pessoais. Em contrapartida, enunciados que poderiam produzir efeitos de sentidos gerais, impessoais e formais, acabam não sendo ditos. É essa regularidade ou essa maneira semelhante de produção, de inscrição histórica, que nos autoriza agrupar os vários traços discursivos

acima apontados em torno de uma formação discursiva personalista. Essa observação se faz necessária, pois a regularidade enunciativa dessa formação, como apontamos, recorta distintas regiões do interdiscurso. Exemplificando, essa formação discursiva, em seu funcionamento, pode possibilitar enunciados que acionem uma ou outra região do interdiscurso: a que chamamos, personalista, uma memória religiosa, ou moral, ou familiar, ou algumas delas, ou todas. Podemos observar que a formação discursiva personalista não é ‘pura’, tampouco homogênea.

Atentos aos dizeres de Pêcheux (1993, p. 87) citados no capítulo anterior (p. 43), que dizem ser impossível definir uma origem ao processo discursivo, pois o discurso sempre se conjuga sobre um discurso anterior, cabe mencionar um dos aspectos das práticas sociais, históricas, ideológicas que possibilitaram a formação da memória discursiva chamamos de personalista. Com a contribuição de Holanda (1995), podemos dizer que essa memória discursiva está associada a nossa colonização pelos ibéricos, ou melhor, na “importância particular que [os ibéricos] atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço” (1995, p. 32). Há nesta construção sócio-histórica uma ideologia que valoriza a autonomia individual, o valor próprio da pessoa, a auto-suficiência. Esta formação ideológica, ao supervalorizar a pessoa, acaba por silenciar ou não produzir dizeres, sentidos, que valorizem as Instituições, assim como dizeres mais “ritualísticos” e formais. Na mesma direção e seguindo ainda Holanda (*idem*), o modo de vida colonial e imperial do Brasil, marcado pela forte influência do espaço rural, da família patriarcal, também auxiliaram a produzir na história essa memória discursiva personalista, cujos traços encontramos nestes textos.

As análises que fizemos até o momento indicam que a formação discursiva personalista é representante de uma formação ideológica que, em seu funcionamento,

interpela nossos sujeitos discursivos de modo que, através das formações imaginárias, se produza um processo discursivo com dizeres pessoais, sentimentais. Dizeres que tendem a produzir efeitos de sentido de reconhecimento e identificação entre sujeito eleitor e sujeito candidato. Podemos dizer que as regras de projeção, ou seja, as antecipações do lugar do ‘ouvinte’, que participam da constituição dos dizeres na posição-sujeito candidato, se processam por um imaginário mais relacionado aos sentimentos e emoções do que a idéias e projetos políticos estruturados ‘logicamente’, ou a uma cooperação disciplinada e constante visando interesses e idéias. Isto possibilita, por exemplo, que os sentidos da “solidariedade” estejam vinculados mais aos sentimentos difusos, do que a ideários específicos. Da mesma forma, nesta formação discursiva, a ideologia proporciona que dizeres que restabeleçam efeitos de sentido de amizade, conhecimento, parentesco, adquiram um valor muito grande e conseqüentemente acabem ‘naturalizando’ e possibilitando determinados privilégios e cumplicidades na esfera pública. Para efeitos de análise, e influenciados novamente por Holanda (1995), iremos definir nossos sujeitos discursivos, ao serem interpelados pela formação discursiva personalista, como sujeitos “cordiais”.

Acreditamos que não estamos equivocados ao dizer que, na formação discursiva personalista estão ‘agrupadas’ seqüências discursivas cujos sentidos políticos circunscrevem-se naquilo que Max Weber (1998), usando sua metodologia de tipo ideal, definiu como “funcionário patrimonial”. Holanda, retomando Weber, apresenta essa noção: “para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos” (1995, p. 146). Isso possibilita dizer, que na posição discursiva dos nossos sujeitos, tanto as formações imaginárias, quanto a memória discursiva, funcionam de

modo a produzir sentidos em que a ‘gestão pública’ atenda, muitas vezes, a interesses particulares. Da mesma maneira, dizeres que representam interesses próprios estarão, muitas vezes, ditos ou implícitos ao se tomarem decisões políticas, e o processo de significação das escolhas públicas se conduzirá por sentidos ‘baseados’ muito mais na confiança, do que na competência, na capacidade, no partido. Parafraseando Da Matta (1991), ao citar Oliveira Vianna, podemos dizer que dentro da formação discursiva personalista pode-se produzir dizeres negando tudo, desde que não seja o pedido de um amigo.

Enfim, pelo que analisamos até o momento e lembrando que as formações imaginárias participam do processo de constituição dos dizeres, não estamos de todo equivocados ao afirmar que os enunciados produzidos na posição-sujeito candidato cordial, que constituem a formação discursiva personalista, indicam uma posição-sujeito eleitor, caracterizada, entre outros, por um processo de significação que produz um sujeito político interpelado de modo que se identifique mais com a pessoa do candidato do que com o partido político, que se identifique mais com enunciados que possam produzir efeitos de sentido associados à honradez, à moralidade, à ética, do que a idéias, programas, projetos políticos. Nesta (construção teórica de) posição-sujeito eleitor cordial acaba sendo necessário que a imagem do candidato esteja vinculada à de “boa pessoa”, que apresente o passado e a biografia do candidato de um modo linear, sem “desvios”.

Como mecanismo de discussão da análise, iremos contrapor o que dissemos nos últimos parágrafos com o tipo de “funcionário burocrático”, construído também por Max Weber (1998). Discursivamente, podemos dizer que o lugar que esse “tipo ou funcionário” ocupa para ser sujeito funciona de modo que produza um processo de significação político em que os sentidos são estritamente produzidos para assegurar as

garantias jurídicas aos cidadãos. O que chamaremos, então, aqui, de “sujeito burocrático”, diferentemente do “cordial”, vai ser interpelado de maneira a valorizar a competência técnica e jurisdicional. Este sujeito no processo de interpelação pela ideologia e de individuação pelo Estado (ORLANDI, 2001) será constituído por um conjunto de direitos e obrigações, por isso seus dizeres serão marcados por regras pré-estabelecidas, ‘claras’, impessoais, ‘universais’. Isto, no campo sócio-histórico, acaba por limitar certos favoritismos e faz com que ele tenha maior independência, sobretudo comparando-se ao sujeito cordial, na maneira de relacionar-se com seus interlocutores superiores, subalternos e, de modo geral, com a vida política e social. Ilustrando, a posição que ocupa em relação aos, digamos, subordinados, não produz sentidos como se esses fossem seus protegidos, sobre os quais teria que estender uma ‘asa’ protetora. Da mesma forma não são construídos efeitos de sentido de enaltecimento na relação com seus superiores, como se esses fossem ‘seres supremos’, para os quais teria que ‘estender um tapete vermelho’. Há, neste processo, o funcionamento de um conjunto de garantias eficazes e impessoais contra possíveis ações arbitrárias, que esse sujeito venha cometer ou receber. Notemos que este sujeito não é interpelado pela formação discursiva personalista e como veremos, ainda nesta análise, dizeres que remetem a esse lugar de sujeito se fazem também presentes em nosso *corpus*. Vale ressaltar que em termos semânticos, o significado weberiano de burocracia não possui relações com sentidos pejorativos, usualmente produzidos em torno desse conceito, como lentidão, excesso de formalidade, ineficiência.

Antes de prosseguirmos, é mister ressaltar, e isso será desenvolvido mais à frente, que o processo discursivo que estamos analisando funciona de maneira heterogênea, um mesmo recorte discursivo pode produzir sentidos e significados que mobilizam regiões do interdiscurso associados tanto ao sujeito cordial, quanto ao sujeito

burocrático e a outros. Mas, como já foi explicado neste capítulo, explicitando as razões disso, adotamos uma postura de exposição bem metódica, para tentarmos compreender o presente discurso em que a formação discursiva personalista não se constitui de maneira mecânica, fechada, independente.

Voltemos à análise. Podemos dizer que o discurso produzido na posição-sujeito burocrático vai ao encontro do *sujeito jurídico – sujeito-de-direito*. Esse sujeito, também definido como sujeito moderno, é tido como representante da forma sujeito histórico capitalista. Mas nossa análise indica a forte presença de outra posição-sujeito - o sujeito cordial - na mesma forma sujeito capitalista. Em função da presença regular de uma posição discursiva ‘cordial’, não podemos afirmar que o processo de interpelação e individuação destes sujeitos candidatos enquanto sujeitos jurídicos se processe de forma totalmente dominante e hegemônica, embora nossos sujeitos discursivos sejam construídos sob a forma histórica capitalista.

Por fim, cabe lembrar que a memória discursiva que possibilita os sentidos na formação discursiva personalista tem sua construção associada, sobretudo, à nossa colonização e ao modo de vida rural e patriarcal do Brasil Colônia e Império. Como vimos no capítulo primeiro, o modo de vida em Pouso Alegre não pode ser compreendido apenas como rural, como de cidade pequena, nem tampouco como de uma metrópole, mas apresenta elementos heterogêneos de ambos.

De qualquer forma, as condições sócio-históricas que mais fortemente contribuíram para a constituição da memória discursiva personalista, a princípio, estão se transformando, de um modo geral. A urbanização, a industrialização pela qual vem passando o país e, como não poderia deixar de ser, Pouso Alegre, nas últimas décadas, representariam outra condição sócio-histórica que possibilitaria a construção de novos modos de dizer, de outras formações discursivas, diferentes da personalista. Pois, como

já vimos neste estudo, a língua não é indiferente às transformações sociais, históricas, ideológicas. Por constituírem a língua e não serem inertes, sempre são possíveis, teoricamente, novas formações discursivas, novas relações de dominância. Notemos, desta forma, que os objetos que estamos referindo são dotados de historicidade e mobilidade.

No entanto, o que nosso material de análise indica é que, mesmo com modificações sócio-históricas, há uma memória discursiva personalista ainda presente, e de modo recorrente, junto a outras, possibilitando sentidos e dizeres. O provável processo de enfraquecimento dessa formação discursiva poderia ser analisado, assim o entendemos, através de uma pesquisa que tivesse como objeto de análise um *corpus*, digamos, diacrônico. De qualquer maneira, essa modificação não é algo rápido, mecânico, em que há uma simples “substituição de uma formação discursiva por outra”.

Agora, resta analisar quais são as outras formações discursivas que na heterogeneidade sustentam o discurso na posição sujeito candidato e, da mesma forma, tentar perceber quais relações há entre elas, ou melhor, tentar observar se a formação discursiva personalista funciona ou não de maneira dominante no discurso que estamos analisando.

### **5 Formação Discursiva Clientelista: Silenciamento, Controle, Delimitação**

Antes de tentarmos ‘enveredar’ pelos trilhos indicados acima, é mister considerar o que se apresenta nos seguintes enunciados:

*“Também gostaria de conquistar a confiança, e o voto de novos eleitores, pois desta maneira, poderei retribuí-los em trabalho”*  
(grifo nosso)

*“Votei para um candidato a vereador que eu não queria que ele ganhasse, porque se ele ganha ele seria o maior rato-ladrão, por que tudo bem eu devo obrigação a ele, porque ele era um advogado, sempre nos defendeu, sempre nos orientou, mas não*

*presta, mas nós votamos nele porque devíamos obrigação a ele.”(sic) (grifo nosso)*

O primeiro enunciado foi produzido na posição sujeito candidato, já o segundo foi pronunciado na posição sujeito eleitor, na entrevista que realizamos para auxiliar nossa pesquisa. Observemos, no primeiro enunciado, a presença do verbo “retribuir”. No segundo enunciado devemos ficar atentos à expressão ‘*eu devo obrigação*’, e também à última expressão grifada, sendo que a mesma está no plural, deixando implícito que outros indivíduos, ao redor dele, também passam pelo mesmo processo de interpelação.

Dialogando com Silveira (1998), entre outros, diremos que eles se encontram inscritos em uma formação discursiva “clientelista”. Vale mencionar que o conceito de clientelismo foi um dos principais conceitos, utilizado até a década de 60, para se tentar compreender o comportamento do eleitorado brasileiro, estando o contexto sócio-histórico de construção desse conceito associado a um Brasil rural, pouco industrializado, com escassez de escolaridade e também com pequeno desenvolvimento dos meios de comunicação e conseqüentemente uma restrita divulgação de informações. Mesmo assim, consideramos esta formação discursiva clientelista, sobretudo, em função de serem estes dizeres sustentados por uma memória discursiva relacionada, como veremos mais abaixo, ao ‘princípio da dádiva’.

Cabe ainda frisar que, como ficou ‘nítido’ através de nossas entrevistas, embora dizeres que possibilitam significados inscritos em uma FD clientelista possam participar da construção do discurso político de um modo mais amplo, na materialidade que estamos estudando a sua presença é intermitente, pelo menos de forma dita, não implícita. Foram poucos os enunciados encontrados com traços dessa FD. Isto pode ter relação, pensamos, com o fato do nosso discurso ser materializado em textos de campanha de ampla divulgação, como vimos no primeiro capítulo, e por isso ser mais

aberto à fiscalização por parte justiça eleitoral, que pode tipificar tais enunciados como tentativa de compra de votos, uma prática proibida pelo Código Eleitoral brasileiro. Lembramos aqui de Foucault (1996) ao dizer que a produção histórica do discurso não é solta, aleatória, mas é envolvida por mecanismos de controle, de delimitação, de redistribuição, de organização dos dizeres, dos sentidos, dos poderes. Nesse caso, esse controle tem um sentido mais restrito, oriundos do discurso jurídico do Estado interferindo no discurso praticado na posição-sujeito candidato. Esse controle produz regulações, e silenciamentos na materialidade textual que estamos analisando. Podemos dizer, desta forma, que enunciados que podem construir efeitos de sentidos clientelistas circulam no discurso político amplamente, mas nos espaços legalizados e fiscalizados pelo Estado, como nos santinhos, se eles não são silenciados, pelo menos ocorrem com menor regularidade.

Feitas essas considerações, podemos passar a considerar o princípio da dádiva, como indicado acima. Influenciado, entre outros, pelos estudos antropológicos de Kuschnir (2000), notamos que os enunciados acima apresentados acionam uma memória discursiva que possui um funcionamento semelhante ao ‘princípio da dádiva’, tal como trabalhado por Mauss<sup>25</sup> (1974). Esse princípio baseia-se na obrigatoriedade implicada no dar, receber e retribuir. Há no funcionamento dos recortes discursivos citados acima uma memória discursiva que produz e recupera sentidos, significações (e ações) construídas numa, digamos, prática discursiva ‘de troca’, de reciprocidade. Assim, um processo de significação instaurado pelo “dar”, na relação imaginária entre quem dá (na posição-sujeito candidato) e quem recebe (na posição-sujeito eleitor), produz efeitos de sentido de superioridade para quem está dando, ao mesmo tempo que “aceitar” sem o sentido de retribuir, nesta relação imaginária, produz efeitos de

---

<sup>25</sup> Marcel Mauss (1872-1950), importante antropólogo francês, sobrinho e discípulo de um dos autores considerados como clássicos da sociologia: Emile Durkheim.

rebaixamento. De acordo com Mauss, “a dádiva não retribuída inferioriza aquele que a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de retribuição” (idem, p. 163). Pode-se dizer que neste processo, conforme esse princípio, imaginariamente, quem dá fica com ‘crédito’ e quem recebe fica em ‘débito’ – “*votamos nele porque devíamos obrigação a ele.*”

Antes de continuarmos, é importante fazer uma ressalva. Marcel Mauss ao desenvolver o conceito acima, analisou diferentes povos e práticas presentes nas culturas, como o *Kula* nas ilhas trobianesas, o *Potlatch* nos Papua de Nova Guiné, nos polinésios, no noroeste dos Estados Unidos, e verificou que as relações de dádiva envolviam muito mais do que elementos econômicos e utilitaristas. Eles mobilizavam aspectos relacionados ao respeito, ao prestígio, à honra, à autoridade, à rivalidade, à ostentação. Acima de tudo, o autor buscou compreender o funcionamento social, como os laços sociais são construídos, mantidos, desfeitos. Sob a forma da dádiva o que realmente importa é a relação entre as pessoas, o objeto da troca é na verdade a criação de vínculos, de amizade ou competição. Ao nosso ver, tal funcionamento se distancia da economia de mercado, na qual as trocas são revestidas de impessoalidade e tudo acaba se transformando em objeto, em detrimento dos sujeitos. Ao relacionarmos dizeres que podem produzir sentidos clientelistas com o ‘princípio da dádiva’ não estamos buscando negar os significados utilitaristas que dizeres e práticas políticas clientelistas podem assumir, nem tampouco acreditamos ser viável ou possível transpor de maneira direta e mecânica os significados do conceito de Mauss para enunciados produzidos em um discurso político inscrito em uma FD clientelista, tampouco circunscrever os sentidos do ‘princípio da dádiva’ ao funcionamento de discursos clientelistas. Esse conceito, assim como a abordagem de Mauss, vão além das práticas clientelistas. No entanto, gostaríamos de reafirmar a semelhança de funcionamento, no que concerne aos sentidos

de ‘obrigatoriedade’ ou de ‘reciprocidade’ entre sujeito candidato e sujeito eleitor, quando esse último recebe um benefício, assim como a construção de vínculos e significados pessoais nesse processo.

Continuemos. Dissemos que o processo discursivo que envolve o dizer do sujeito candidato numa formação discursiva personalista, como vimos, busca atingir, ou melhor, mobilizar traços pessoais, morais, sentimentais, da memória discursiva no sujeito eleitor. Diremos agora que a formação discursiva personalista participa como *condição* para os dizeres em uma FD clientelista, ao mesmo tempo em estes ‘reforçam’ a formação discursiva personalista. Essa contribui para a possibilidade de enunciados que se inscrevam numa FD clientelista. Pois os sentidos envolvidos na prática discursiva, que acima chamamos de reciprocidade – “trocas de favores” - ficariam, de certo modo, comprometidos se porventura as relações entre nossos sujeitos não fossem diretas, pessoais, de cumplicidade, nos casos em que a imagem de sujeito jurídico (cidadão) prevalece no processo discursivo. Ou, concordando com Diniz: “Na relação clientelista (...) os mecanismos impessoais e universalistas de canalização e processamento de demanda cedem lugar a vínculos de cunho pessoal” (1982, p. 217).

Lembremos ainda que a formação discursiva personalista, está intrincada numa formação ideológica, que possibilita que enunciados e ações que poderiam significar como ‘direitos’, acabem funcionando com sentido de privilégios, de ajuda. Neste caso, como atesta o enunciado analisado a seguir, construído durante as entrevistas, na formação discursiva personalista há um processo de significação no qual o que é público tem seu sentido construído como privado:

*“Vou votar no ..., pois a esposa dele arrumou uma vaga para meu filho, na escola que ela trabalha”*

A escola referida neste enunciado é uma escola pública. Observemos, desta forma, que a formação discursiva personalista possui relações com os sentidos

clientelistas, e que a ideologia de base personalista no discurso político naturaliza e circunscreve as relações de direito entre os sujeitos dentro de uma órbita pessoal, e não jurídica. E, notamos ainda, nesta órbita há espaços para os sentidos se construírem dessa maneira. Como foi dito, a formação discursiva personalista participa como *condição* para dizeres de cunho clientelistas, mas não é suficiente para isso. Para tanto é necessário ainda, como vimos, uma memória discursiva operando sob o ‘princípio da dádiva’, um jogo imaginário ‘preenchido’ por esse princípio como memória. Desta maneira, nem todo dizer com uma regularidade característica de uma formação discursiva personalista será necessariamente um dizer clientelista. Ou melhor, um indivíduo interpelado em sujeito por uma formação ideológica personalista tem em sua memória discursiva elementos que produzem modos de enunciações que possibilitam também dizeres clientelistas. Esses dizeres, embora possuam relações com a formação personalista, não dependem apenas dela. Pode-se dizer, assim, que há também no *corpus* traços de uma formação discursiva clientelista.

Vejamos, para ressaltar, outros enunciados produzidos pelo sujeito eleitor, durante as entrevistas:

*“Ele me ajudou na aposentadoria e me defendeu uma vez que tive uns problemas, é até feio falar, mas eu votei por causa disto, mesmo sabendo que ele era fraquinho, sabe, **mas o que ele fez para mim**”* (grifo e negrito nosso)

*“Porque uma obrigação que a gente deve a gente **nunca esquece**”* (grifo e negrito nosso)

*“Porque ele ajudou, agora a gente **tem** que ajudar”* (grifo e negrito nosso)

*“Ele foi uma das pessoas que mais me ajudou na época em que eu estudava”* (grifo nosso)

Observemos que a presença do verbo “ajudar”, como já foi analisado neste estudo, quando enunciado na posição-sujeito candidato, pode gerar efeitos de sentido de

aproximação, de afetividade. Da mesma forma, como atestam os enunciados acima, esta marca lexical acaba mobilizando, de forma implícita, elementos da formação discursiva clientelista na memória discursiva do sujeito eleitor. Estamos dizendo que há também a presença, no imaginário do sujeito eleitor, da obrigação em retribuir (conferir os dizeres em negrito). Neste processo discursivo, não retribuir pode produzir efeitos de sentidos associados, digamos, a aspectos morais. Exemplificando, na posição-sujeito eleitor, não retribuir, pode significar instaurar um processo de significação que lhe produza de fato efeitos de sentidos de injustiça, de ingratidão, de culpa ou até de traição. Notamos portanto que o processo de construção do sentido desses enunciados podem criar efeitos de comprometimento, de cumplicidade, entre nossos sujeitos discursivos. A memória discursiva, no 'seio' desta prática de reciprocidade, acaba naturalizando ou até 'obrigando' o sujeito eleitor a votar no sujeito candidato que o 'ajudou'.

Observemos também que o processo de construção do sentido de 'ajuda' não fica circunscrito ao atendimento das carências materiais básicas, como atesta, sobretudo nosso primeiro recorte acima. Este indica ainda que a memória sobre a dádiva pode funcionar, no processo discursivo que estamos analisando, restabelecendo sentidos associados a fatos que aconteceram há algum tempo (no caso em questão a professora aposentada havia recebido a 'ajuda' há mais de dez anos).

No entanto, outras regiões do interdiscurso podem ser mobilizadas, fazendo com que a memória discursiva sobre a dádiva tenha um funcionamento maior ou menor no momento do voto. Podemos ilustrar o que estamos tentando dizer com base na nossa última seqüência discursiva, na qual há o funcionamento da memória discursiva sobre a dádiva, processando efeitos de sentido positivos em relação a uma 'ajuda' que o sujeito eleitor recebeu durante a 'época em que estudava'. Mas viemos a descobrir, no decorrer da entrevista, que ele acabou não votando no candidato que o tinha ajudado. Podemos

dizer que a memória sobre a dádiva necessita da repetição, via novas ‘ajudas’, para continuar ‘operando’ no momento do voto. Ou seja, a região do interdiscurso que possibilita dizeres, sentidos, sob a prática discursiva de reciprocidade, pode ter um maior ou menor funcionamento no processo de sustentação e atualização dos enunciados em função do, digamos, ‘intervalo temporal’ (recorrência e presença na memória) entre a ‘ajuda’ recebida pelo sujeito eleitor e a eleição, tornando-se essa memória mais ou menos mobilizada no período do sujeito eleitor decidir seu voto. Desta forma, o comprometimento, a cumplicidade, a obrigatoriedade, enfim a identificação, que essa memória instaura entre nossos sujeitos discursivos pode não ser acionada sem a repetição, aumentando as incertezas e os riscos do sujeito candidato não obter seu maior objetivo durante uma eleição: o voto.

Cabe ainda notar que em alguns enunciados, em que esse sentido de clientelismo aparece, como no primeiro enunciado citado anteriormente, há uma recursividade do elemento contrastivo “mas”. Esta recursividade indica o aparecimento, na materialidade do dizer, conforme Payer (1995), de um sujeito enunciator dividido entre diferentes formações discursivas, havendo interferência entre elas, de modo que seus sentidos não se fecham numa única direção. Aqui, trata-se de um sujeito eleitor dividido entre os vários sentidos do voto. Ou seja, ele não se constitui apenas por significações inscritas em uma formação discursiva clientelista.

Já a expressão ‘é até feio falar’, presente também no primeiro recorte acima, nos auxilia a entender porque essas seqüências discursivas são menos recorrentes na materialidade que analisamos. São enunciados que não se enquadram, digamos, numa entrevista, no discurso escrito, no registro formal, no ‘politicamente correto’, mesmo tendo ‘legitimidade’ em certo imaginário da política. É um “acordo tácito”. Não são bem vistos quando enunciados, sobretudo, na posição sujeito candidato. São interditos.

Podendo, neste caso, ter um processo de significação, por exemplo, em que os adversários mobilizem, no processo de construção do sentido de tais enunciados, a memória discursiva religiosa, presente em dizeres como: ‘sua mão direita não deve saber o que sua mão esquerda fez’. Não obstante, há outros espaços discursivos, durante a campanha eleitoral, que não são objeto deste trabalho, que possibilitam ao sujeito candidato mobilizar e usufruir a memória clientelista presente na memória discursiva do político. É bom ressaltar que o politicamente correto não é algo natural, a-histórico, mas algo que se constrói. No caso em questão, tendo como parâmetro um certo imaginário de modelo de democracia republicana.

## **6 Outra Formação Discursiva?**

Feitas essas considerações sobre o que chamamos formação discursiva clientelista que, como vimos, está entrelaçada na formação discursiva personalista, podemos agora tentar responder às questões que apresentamos ao final de nossa análise sobre a formação discursiva personalista: quais são as outras formações discursivas que sustentam o discurso produzido pelo nosso sujeito candidato? Qual formação discursiva funciona como dominante? Embora a presença da formação discursiva clientelista possa, para alguns, ter respondido parcialmente essa questão, para nós, em função da dependência dessa formação discursiva em relação à personalista, - pois, como vimos, dizeres clientelistas teriam seu processo de significação ‘comprometido’ se não houvesse a ‘livre circulação’ de sentidos pessoais no discurso político, - essa pergunta continua aberta. Assim, consideremos os próximos enunciados:

*“Meu desejo é legislar em favor das minorias e democratizar a cultura, garantindo como direito constituído e não como privilégio de poucos” (candidata à vereadora pelo PT, pela coligação PT – PCdoB) (grifo nosso)*

“...a formação cidadã como estratégia de luta contra as desigualdades” (candidata à vereadora pelo PT, pela coligação PT – PCdoB) (grifo nosso)

“visando sempre o bem estar comum e o exercício da cidadania” (candidato a vereador pelo DEM, pela coligação DEM – PP- PSDC)

Observemos a presença, no primeiro recorte, das palavras ‘legislar’, ‘democratizar’, assim como o efeito produzido pela oposição entre as expressões ‘como direito’, ‘não como privilégio’. Está implícito nesta oposição, digamos, o confronto, a tensão de uma outra formação discursiva com a formação discursiva personalista. Pois é esta última, como vimos, em sua prática, que faz com que o sentido do “direito” funcione e seja naturalizado como “privilégio”.

Essa mesma oposição pode ser notada no segundo enunciado entre as expressões “formação cidadã” e “contra as desigualdades”. O processo de construção do sentido da “desigualdade”, em uma formação discursiva personalista, funciona de modo que a desigualdade seja tida como algo “normal”, “natural”, contribuindo para isso o fato de haver um processo de significação, como vimos, no qual o sentido de ‘público’ acabe sendo transferido, muitas vezes, para ‘privado’. Numa outra formação discursiva, que estamos apontando agora, parece que há outros efeitos de sentidos relacionados às noções de público, privado, assim como de *desigualdade* e *bem estar comum*. Cabe adiantar que, no processo discursivo que estamos analisando, é uma exceção o aparecimento dessa maneira de confronto entre sentidos das formações discursivas. Continuemos a observar outros enunciados.

“... e lutar por seu direito a Saúde, educação, Trabalho, Moradia e Lazer” (candidata à vereadora pelo PV, pela coligação PV – PRTB - PHS - PTN) (grifo nosso)

*“reivindicar as necessidades [não direitos] da população na Câmara Municipal”* (candidata à vereadora pelo PV, pela coligação PV – PRTB - PHS - PTN) (grifo e comentário nosso)

Notemos nestes enunciados a possibilidade de um processo de significação diferente produzido pelas palavras ‘direito’ e ‘necessidade’. Como vimos, ‘necessidade’ pode produzir efeitos de sentido e circular com maior liberdade na formação discursiva personalista, ao passo que ‘direito’ pode mobilizar outra região do interdiscurso, outra formação discursiva, que não identificamos ainda. Continuemos:

*“Pela primeira vez, apresento-me como candidato a vereador pelo PSB”*. (candidato a vereador pelo PSB, pela coligação PSB – PCB – PMN) (grifo nosso)

*“depois de 33 anos vivendo em Pouso Alegre, 16 militando no Partido dos trabalhadores e 13 trabalhando na área da educação”* (candidato a vereador pelo PT, pela coligação PT – PCdoB) (grifo nosso)

*“Sou candidata à vereadora pelo PHS”* (candidata à vereadora pelo PHS, pela coligação PHS - PV – PRTB – PTN) (grifo nosso)

Nestes enunciados há explícitas referências aos partidos políticos. Dizeres que podem constituir sentidos mais impessoais, por exemplo, recorrendo à questão partidária, como já analisamos, não funcionam de modo circunscrito à formação discursiva personalista. E também, vale dizer, não apresentam uma regularidade significativa em nosso *corpus*. Desta forma, em qual formação discursiva se inscrevem esses sentidos? Vejamos mais alguns enunciados:

*“Trabalharei pela elaboração e aprovação de leis que garantam...”* (candidato a vereador pelo PT, pela coligação PT – PCdoB) (grifo nosso)

*“...fiscalizando o executivo, criando e votando Leis, Projetos...”* (candidato a vereador pelo PTB) (grifo nosso)

*“...uma fiscalização mais séria nos atos do executivo ... quero criar e revisar várias leis”* (candidato a vereador pelo PPS, pela coligação PPS – PSC – PRP) (grifo nosso)

Nos enunciados acima, produzidos na posição-sujeito candidato, aparecem palavras como ‘Leis’, ‘Projetos’, ‘fiscalizando’, ‘executivo’. Essas, juntamente com outros termos como ‘legislar’, ‘direito’, ‘democratizar’, ‘formação cidadã’, ‘cidadania’, ‘PSB’, ‘PHS’, ‘Partido dos trabalhadores’, presentes nos recortes anteriores, indicam a existência de dizeres que se inscrevem numa formação discursiva distinta da personalista ou da clientelista, produzindo e possibilitando outros sentidos.

É importante ressaltar que esses dizeres possibilitam e indicam a construção de um imaginário do sujeito eleitor distinto daquele imaginário produzido ao ser interpelado pela formação discursiva personalista, como apontamos. Imaginariamente, podemos observar que a resposta a “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, isto é, quem é o sujeito eleitor para que “eu” na posição-sujeito candidato lhe fale assim?, acaba por constituir a imagem de um sujeito eleitor com certo conhecimento sobre o político, com uma capacidade de conceituação e compreensão política, capaz de estruturar, digamos, ‘coerentemente’ posições e opiniões políticas, com conhecimento da estrutura de poder. Enfim um sujeito eleitor, como diria Castro (1994), com ‘sofisticação política’.

Essa construção imaginária e constitutiva da posição-sujeito eleitor, indica que os sentidos da Política no conjunto de textos analisados não estão circunscritos às relações pessoais, morais, afetivas, sentimentais. Parece possível indicar também o funcionamento de um processo de significação no qual o sujeito eleitor é interpelado de maneira que seja capaz de compreender e orientar-se na prática política por elementos mais impessoais, jurídicos, significando e orientando-se por meio de ‘convenções mais formais’, isto é, de leis, de direitos e deveres. Pode-se até dizer que este sujeito político

vai ao encontro do dito ‘cidadão consciente’ proposto por alguns modelos de democracia ou do sujeito burocrático – sujeito de direito – como definimos anteriormente.

Pois bem, após essas considerações, podemos dizer que o sujeito candidato, ao pronunciar dizeres como estes apresentados acima, apresenta por um processo de interpelação por uma formação ideológica que tem como representante uma formação discursiva que chamaremos, de modo muito amplo, de *formação discursiva republicana*. Na mesma direção, podemos dizer que, neste caso, o sujeito é construído por um processo de individuação por um Estado Republicano, nos termos do sujeito de direito. Ao contrário da formação discursiva personalista que acaba por interpelar o sujeito numa ‘órbita’ particular, privada, pessoal, na formação republicana o sujeito é interpelado numa esfera pública, impessoal, reconhecendo a distinção entre os sentidos de direito e privilégio.

Antes de prosseguirmos, cabe enfatizar, e ao mesmo tempo responder, às questões deixadas em aberto ao final de nossa análise sobre a formação discursiva personalista. Diremos que o discurso político aqui analisado também é constituído por enunciados que se inscrevem na formação discursiva republicana, e pelo menos na relação com esta, a personalista, por sua regularidade, acaba funcionando como dominante. Os dizeres da formação discursiva republicana fizeram-se presentes no material, portanto no processo discursivo que estamos analisando, de maneira menos recorrente. Pode-se até dizer que, muitas vezes, esses dizeres acabaram por atravessar de modo tímido enunciados construídos pela formação discursiva personalista. Portanto, na relação entre essas duas formações discursivas, a personalista acaba funcionando como dominante.

Cabe ainda dizer que a relação entre essas duas formações discursivas, na maior parte dos enunciados, uma relação de sustentação mútua. Embora, como vimos em alguns recortes anteriores, a relação entre elas possa ser também de confronto. Para ilustrar, vejamos a seguinte seqüência discursiva:

*“... todos têm **direito de uma igualdade** e no entanto vivemos em **desigualdade** num mundo de violência, droga e corrupção; isso tem invadido lares atingindo vidas inocentes e a sociedade tem perdido valores. Então vamos buscar uma sociedade melhor.”* (grifo e negrito nosso)

Tal enunciado inicia-se com uma assertiva – afirmação do ‘direito de uma igualdade’ – que pode produzir um processo de significação que se inscreve na formação discursiva republicana. No entanto, os possíveis sentidos de direito de igualdade e a existência de desigualdade acabam se fechando, ou melhor, sendo significados também por critérios morais. A última proposição do enunciado – ‘buscar uma sociedade melhor’ –, por exemplo, indica, no texto, que a atual sociedade não está bem, e os sentidos dessa busca por uma sociedade melhor acabam se relacionando também com os dizeres anteriores - ‘a sociedade tem perdido valores’ -, ou seja, os efeitos de sentidos de uma sociedade melhor, igualitária, são significados pelo ‘resgate’ de valores morais, pelo fim da ‘corrupção’, das ‘drogas’, da ‘violência’. E, como vimos, dizeres que acionam um processo de significação com sentidos morais podem ter seu funcionamento relacionado à formação discursiva personalista. Desta maneira, o enunciado acima serve para ilustrar a relação de sustentação mútua entre as formações discursivas personalista e republicana. Todavia, isso não nos autoriza a afirmar que, neste processo discursivo, não haja contradição, fragmentariedade, heterogeneidade, muito pelo contrário.

Vale dizer ainda, de maneira também ampla, que a memória discursiva que possibilita um processo de produção de sentidos no qual os problemas sociais são

significados como consequência da fragilidade das regras morais possui relações, entre outros, com dizeres e sentidos produzidos numa formação ideológica positivista<sup>26</sup>. Se formos recorrer à tradição sociológica, como fizemos em alguns momentos, podemos até dizer que esse processo de significação tem relações com um dos autores clássicos da sociologia – Émile Durkheim, que “acreditava que a raiz dos problemas de seu tempo não era de natureza econômica, mas sim uma certa fragilidade da moral da época em orientar adequadamente o comportamento dos indivíduos” (MARTINS, 1982, p. 47).

Neste processo de significação, portanto, a ideologia instaura um processo de ‘naturalização’ das regras morais, dos valores e laços tradicionais, familiares, dos ‘bons hábitos e comportamentos’ como sendo necessários e ‘responsáveis’ por ‘uma sociedade melhor’. Conseqüentemente há um silenciamento de dizeres que poderiam produzir efeitos de sentidos de ‘estranhamento’ do modo de produção capitalista, da maneira como a propriedade e a riqueza estão distribuídas, do modo como o trabalho está organizado. A produção do sentido de ‘uma sociedade melhor’ parece ser construída de modo a silenciar os conflitos, as contradições do modo de produção capitalista, e ao mesmo tempo produzir sentidos que indicam a possibilidade de uma sociedade harmoniosa, em ordem, desde que os valores morais sejam restabelecidos. O efeito de sentido possibilitado pela relação entre as expressões ‘todos os interesses’ e ‘diversos bairros’, presente no enunciado seguinte, serve para ilustrar o funcionamento

---

<sup>26</sup> O sentido de positivismo que estamos empregando está diretamente relacionado as formulações desenvolvidas pelo francês Auguste Comte. Ou seja, uma vertente do pensamento social que acreditava ser possível compreender a sociedade com os mesmos métodos das ciências naturais, com a “mesma objetividade”. Tal compreensão visava estabelecer a “ordem”, a coesão social, o equilíbrio, dentro da sociedade capitalista. Vale mencionar que o próprio termo “positivo”, significando certo, seguro, definitivo, foi cunhado por Comte para contrapor à filosofia “negativa”, isto é, a filosofia de inspiração iluminista que negava, contestava, as instituições sociais que comprometiam a liberdade dos homens. Uma das preocupações centrais, portanto, dentro do positivismo é com a organização e regulamentação da vida dos homens dentro do modo de produção capitalista.

da ideologia positivista, construindo um processo de significação que silencia conflitos, interesses contraditórios, enfim, as disputas por lugares de poder:

*“trabalharei em defesa da conservação e manutenção das estradas, bem como de todos os interesses oriundos dos diversos bairros de nossa cidade”* (candidato a vereador pelo DEM, pela coligação DEM - PP - PSDC) (grifo nosso).

Antes de prosseguirmos é bom ressaltar que também constituem nosso *corpus* dizeres que funcionam com outra regularidade, que produzem outro processo de significação sobre ‘a sociedade melhor’. O processo de significação desta ‘sociedade melhor’ então vai mobilizar dizeres que podem produzir sentidos que indicam conflitos, contradições, disputas por lugares de poder:

*“construção de um novo modelo de sociedade, em que as aspirações humanas estejam acima dos lucros e do dinheiro”* (candidato a vereador pelo PT, pela coligação PT - PCdoB) (grifo nosso)

*“tem como base ação social e melhorias das condições de vida para as pessoas das classes menos favorecidas”* (candidato a vereador pelo PV, pela coligação PV – PRTB – PHS – PTN) (grifo nosso)

Se associamos os sentidos dos enunciados anteriores ao pensamento de Durkheim, podemos relacionar os sentidos destes dois últimos recortes discursivos a outro autor tido também como clássico da Sociologia – Karl Marx. “Para Marx, a história humana é a história da luta de classes, da disputa constante por interesses que se opõem... As divergências e antagonismos das classes estão subjacentes a toda relação social” (COSTA, 2005, p. 115). Podemos observar nestes enunciados dizeres que instauram um processo de significação que pode produzir efeitos de sentidos indicando contradições, oposições, conflitos entre o capital e o trabalho.

Observemos, novamente, que o processo discursivo que estamos analisando é constituído por distintas regiões do interdiscurso, por distintas formações discursivas. Sobre essas últimas é mister considerar que ao tentarmos compreender o funcionamento dos dizeres significados por uma ideologia positivista, observamos uma regularidade na produção de sentidos que possibilitou agruparmos também tais enunciados na formação discursiva personalista. Já os sentidos produzidos pelos dizeres que retomam, digamos, uma memória marxista, em função das múltiplas significações que essa memória pode produzir, não serão circunscritos no que estamos chamando de formação discursiva republicana. Poderíamos até dizer que estes enunciados funcionam com um sistema de dispersão que constitui outra formação discursiva – marxista.

Não iremos desenvolver esta questão em função da reduzida presença destes dizeres, em nosso *corpus*, se comparado aos outros dizeres que constituem as formações discursivas que analisamos até o momento.

Apenas vamos apontar que, apesar desta menor regularidade em nosso *corpus*, notamos uma maior liberdade de circulação dos dizeres que proporcionam um processo de significação da sociedade de maneira conflituosa, com contradições e antagonismos, nos enunciados produzidos pelos sujeitos candidatos de alguns partidos, como PT, PCB, PV, PCdoB, PMN, que apoiaram a candidatura do candidato ao executivo pelo PT, se comparado aos enunciados construídos pelos sujeitos candidatos de outros partidos políticos, como PR, PTC, PRP, PSC, PP, PMDB, PSDB, DEM, que apoiaram ou o candidato ao executivo pelo PR, ou a candidata pelo PSDB. Isso não significa afirmar que dizeres que podem construir um processo de significação da sociedade indicando conflitos, contradições, não circularam nos enunciados construídos pelos candidatos de partidos que apoiaram as candidaturas do PR ou do PSDB, ou ainda que não observamos enunciados que indicam a possibilidade de uma sociedade sem

contradições, harmoniosa, produzidos pelos sujeitos candidatos de partidos políticos ‘agrupados’ em torno do candidato ao executivo pelo PT.

De qualquer modo, o que dissemos no início do parágrafo anterior pode apontar para algo novo em nosso estudo, pois nossas análises até o momento indicaram que a produção dos sentidos, dos dizeres, na posição sujeito candidato que estamos estudando, era, digamos, totalmente independente do partido político ou da coligação do sujeito candidato. Sem desconsiderar essa importante observação, podemos dizer agora que, diferentemente, a circulação de certos enunciados, como os que são ‘habitados’ por uma memória marxista, podem ter uma maior ou menor frequência de circulação justamente em função do partido político pelo qual o sujeito se apresenta como candidato.

Para ilustrar, podemos citar alguns dizeres que encontramos em nosso *corpus*: “*Chega de Oligarquia!*” (candidato a vereador pelo PCB), “*De: trabalhador; Para: trabalhador*” (candidato a vereador pelo PT). Enunciados com esse processo de significação, em nosso *corpus*, tiveram maior regularidade de circulação nos chamados ‘partidos de esquerda’, como PT, PCB, PCdoB e até o PV. Sobre esse último, deve-se ainda mencionar, que observamos nos dizeres produzidos por candidatos do PV uma maior regularidade e frequência de circulação de enunciados que podem produzir efeitos de sentidos relacionados às questões ambientais se comparado aos demais partidos políticos. Para ilustrar, vejamos este enunciado:

“*Sou agente ativo pela melhoria do ambiente em que vivemos. O planeta geme, a terra chora, as águas lamentam, a fauna, a flora. Verde, Vida, Verdade, Vitória*” (candidato a vereador pelo PV).

Observemos a heterogeneidade constitutiva desse enunciado, os efeitos de sentidos produzidos na relação entre dizeres, por exemplo, ‘abarcados’ pela formação discursiva personalista, como as marcas lexicais ‘*geme*’, ‘*chora*’, ‘*lamentam*’

produzindo no enunciado sentidos emocionais, sentimentais - associados a outros dizeres que funcionam livremente, digamos, no discurso ecológico. Como dissemos, a regularidade de dizeres do discurso ecológico no discurso político foi observada, sobretudo, entre os candidatos do PV. Muitos partidos políticos não enunciaram dizeres relacionados ao discurso ecológico, e em outros tais enunciados funcionaram com pouca regularidade. Entretanto, é importante ressaltar a nossa conclusão de que a maior parte dos dizeres produzidos na posição sujeito candidato apresentaram uma regularidade que não depende dos partidos políticos.

Pelo que analisamos até o momento, estamos autorizados a falar que o sujeito que enuncia na posição candidato, no material analisado, apesar da regularidade observada no esquema dos santinhos, pode ser notado como sujeito heterogêneo, constituído por mais de uma formação discursiva. É um sujeito que se produz e se diz, nesta posição, processando sentidos de diferentes formações discursivas. Essa nossa conclusão, teoricamente, embasada em Orlandi e Guimarães (1998), quando os autores sustentam que distintas formações discursivas, dentro da forma-sujeito capitalista, podem participar do processo de interpelação e constituição dos sujeitos.

Podemos ainda afirmar que o discurso político que analisamos, por mobilizar diferentes regiões do interdiscurso, distintas formações discursivas, sem que haja correspondência partido/formação discursiva, é um discurso heterogêneo. Nele há também a presença de enunciados, de certa forma, contraditórios e fragmentados, dentre os quais se observa, no entanto, um predomínio de certas ocorrências.

Sobre a relação destes discursos com a formação discursiva republicana tal como trabalhamos acima, ainda é necessário tecer mais algumas considerações. Há nos materiais uma memória discursiva que sustenta e alimenta algo que podemos entender como uma formação discursiva republicana? A resposta “completa” a essa pergunta

demandaria um novo estudo. Por isso, ficaremos restritos a um dos elementos que estão na sustentação dessa memória discursiva: a democracia. De imediato é bom frisar que esse conceito produz inúmeros sentidos e que a presença dessa palavra se apresenta em diversos processos de significações. De nossa parte, ‘comungamos’ por exemplo com Lessa (2002) ao dizer que a “democracia é um experimento quasímico, ou frankensteiniano: o braço é de um corpo, a perna vem de outro lugar, a cabeça resulta da decantação de múltiplas concepções de mundo, produzidas em épocas diferentes e com propósitos distintos” (p.52). Ou seja, os sentidos construídos acerca da democracia resultam de um processo, de um movimento, de uma configuração histórica, de um, digamos, ‘consórcio’ tipicamente humano, e desta maneira, de modo algum apresenta ao nosso ver um processo de significação como valor universal. Não há definição limite para o significado de democracia, não há um sentido específico para democracia, não há *uma* teoria da democracia. No máximo o que há é um conjunto de expectativas referentes a ela, ou melhor, de sentidos, de temores e apostas e que por razões pragmáticas e retóricas são designadas como teorias.

Pois bem, vale lembrar que entre esses sentidos e expectativas encontra-se a formação de um processo de significação que sustenta a idéia de separação entre o que é público e o que é privado, e a ‘necessidade’ da existência de leis. Essas, constituídas num imaginário democrático, acabam definindo, num período histórico, direitos e deveres, o exercício do ‘poder’ por um certo período, por uma ou mais pessoa (s) eleita (s) pelo povo, a divisão dos poderes. Ou, como apresenta, por exemplo, Benevides (1991) “a democracia republicana, entendida como o regime de *soberania popular*, funda-se no exercício da *liberdade*, no *respeito à república* – isto é, ao que é comum a todos e insuscetível de apropriação privada – e na afirmação da *igualdade*” (p. 193, grifo nosso).

Percebe-se, portanto, uma estreita relação entre os dizeres inseridos na formação discursiva republicana, possibilitados por uma memória discursiva republicana, com elementos ligados ao ‘conceito’ de democracia.

Enfim, se, dada a nossa história, é complexo, circunscrever, neste texto, o que é a democracia, cabe-nos, com base nas análises e reflexões anteriores, deixar indicado o que consideramos que ela *não é*. Ela não é, certamente, o funcionamento e a naturalização do sentido de ‘direito’ como privilégio, não é o sentido de público sendo significado e funcionando como privado, não é o processo de construção e funcionamento do sentido da ‘desigualdade’ como algo ‘normal’, ‘natural’. Tais processos de significação, realmente, ao nosso ver, não contribuem para a democracia, para a igualdade, enfim, para a justiça, pois “...é preciso que haja, de minha parte, um sentimento fundamental de igualdade com relação aos demais para que o fato de ser tratado desigualmente surja aos meus olhos como injustiça” (REIS, 2002, p. 27).

Com essas observações acerca da democracia, vamos finalizar nossa busca em compreender o processo discursivo produzido na posição sujeito candidato ao Legislativo Municipal em Pouso Alegre materializado nos santinhos políticos, ciente que ainda há muito por se dizer sobre esse tema, e que retomaremos certamente em novos percursos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste estudo com a certeza de que a compreensão do funcionamento do discurso político, materializado nos santinhos políticos, não chegou definitivamente ao final. Talvez, ilusoriamente, necessitamos produzir significações com sentidos de completude, de totalidade. Mas o sagaz funcionamento da língua, do discurso, se constrói pela falha, pela incompletude, pela possibilidade do dizer, dos sentidos, dos significados. Se fôssemos iniciar hoje as análises, provavelmente, poderíamos analisar outros elementos do discurso político, poderíamos até percorrer outras veredas no desenvolvimento da análise.

Para este momento, cumpre lembrar que ressaltamos a regularidade formal do *esquema*, na textualidade do discurso nos santinhos, e compreendemos que o esquema, de algum modo, prende os sujeitos candidatos (de todos os partidos) a um certo modo de dizer, e a “dizer entre os outros”, nas condições de uma campanha eleitoral. Por outro lado, apesar de seu reduzido espaço e de sua forma esquemática, ainda assim nos santinhos é possível entrever tanto a diversidade e as oposições quanto a heterogeneidade do discurso político.

Compreendemos que discurso político que analisamos, enquanto discurso, como não poderia deixar de ser, tem em sua constituição o social, o histórico, o ideológico. Por isso, é movimento, é processo. Neste processo discursivo, distintas formações discursivas, como a personalista, a clientelista, a republicana se relacionam, possibilitando e proporcionando sentidos, significados, muitas vezes contraditórios. Na mesma direção, verificamos o funcionamento de dizeres que recortam e acionam distintas regiões do interdiscurso. Isso nos autoriza a afirmar que uma das características marcantes e constitutivas do discurso que analisamos, na posição sujeito candidato, é a heterogeneidade. Essa possibilita que seja produzido, na posição sujeito candidato ao

Legislativo Municipal, dizeres, por exemplo, que proporcionam um processo de significação da Política e do sujeito eleitor ligado tanto a sentidos pessoais e sentimentais, quanto impessoais e formais, sendo os primeiros mais recorrentes.

Se anteriormente foi citado que a “democracia é um experimento quasímico, ou frankensteiniano”, podemos dizer o mesmo do discurso político que analisamos, apenas acrescentando que “esse experimento”, por ser social, histórico, ideológico, é contínuo, dinâmico, jamais estará ‘concluído’. No máximo assumirá ‘formas líquidas’, construídas na relação ou no confronto de dizeres que podem ou buscam instaurar determinados sentidos, determinados lugares de poder, certas significações.

Pois bem, terminamos esta etapa de estudo e de vida, com o desejo de ‘reencontrarmos’, isto é, de tentar buscar compreender novos aspectos da ‘forma líquida’ do discurso político, produzido na posição sujeito candidato, e se possível compararmos e analisarmos a dinâmica do discurso político materializada nos santinhos. Para os ‘gurus’ da tecnologia, da Internet, que podem pensar que daqui alguns décadas os ‘santinhos estarão mortos’, lembremos que tal previsão já foi lançada sobre o livro, o jornal impresso, que, no entanto, continuam tendo seu espaço. Enfim, concluímos esta pesquisa com a certeza de incompletude - da nossa análise, do discurso, da língua, do sujeito - e o desejo de continuar enveredando pelos ‘rastros dos santinhos políticos’.

## BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução: Ideologia e Aparelhos do Estado**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

AUTHIER – REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). In: ORLANDI, E. (org.). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, n.19, p. 25-42. jul./dez. 1990.

AZEVEDO, F. de. **A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília: 1963.

BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1987.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.

BONELLI, M. A. G. O retrato da política: cobertura jornalística e eleições. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

CAMPELLO DE SOUZA, M. do C. **Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CASTRO, M. M. M. de. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAUÍ, M. de S. **O que é Ideologia**. 4. ed. São Paulo: editora brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

CINTRA, A. Partidos Políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado. **Revista Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ. n. 5, 1968.

COSTA, L. C. **Folder Turístico: Um Sonho ofertado**. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Pouso Alegre: UNIVAS, 2008.

COSTA, M. C. C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

\_\_\_\_\_. “Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiennes”. In: **Langages**, Paris: Larousse, n. 62. 1981.

DA MATTA, R. **A casa e a rua, espaço e cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DINIZ, E. **Voto e máquina política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo: 2001.

FREUND, J. **A Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GUEBEL, C. O Bar de Titã: política e rede sociais. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

HAROCHE, C. Fazer dizer querer dizer. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (org). **Gestos de leitura**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDURSKY, F. **As falas dos quartéis e outras vozes**. Tese (Doutorado em Lingüística). Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LESSA, R. A teoria da democracia: balanço e perspectivas. In: PERISSINOTTO, R. M.; FUKS M. (orgs.). **Democracia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LEWKOWICZ, I.; CANTARELLI, M. **Del fragmento a la situación**. Notas sobre la subjetividade contemporánea. Argentina: Editorial Altamira, 2003.

KUSCHNIR, K. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

- MAINGUENEAU, D. **Gènese du Discours**. Bruxelas, Pierre Margada, 1984.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, C. **O que é sociologia**. São Paulo: editora brasiliense, 1982.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- NUNES, J. H. Dicionários no Brasil. **Análise e História do Século XVI ao XIX**. Campinas, Pontes/Fapesp/Faperp. 2006.
- ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso: Algumas Observações. **Revista Delta**, São Paulo: PUC, Ano 1, Nº 2, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do Discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento lingüístico** – Para uma história de idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Segmentar ou recortar**. Série Estudos. Faculdades Integradas de Uberaba, n. 10, p 9-26, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. (org.) **Cidade atravessada**. Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, Ed. Pontes/ Cnpq, 2001.
- \_\_\_\_\_.; GUIMARÃES E. Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, E. P. [et al.]. **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988.
- PALMEIRA, M. **Concepções de Políticas e Ação Sindical**. Rio de Janeiro: Mimeo, 1990.
- \_\_\_\_\_. Política, Fações e Voto. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

\_\_\_\_\_; HEREDIA B. Os Comícios e a Política de facções. In: **Anuário Antropológico**, n. 94, p. 31-94. 1995.

PARK, R. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no ambiente urbano. In: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PAYER, M. O. **Educação popular e linguagem**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. O rural no espaço público urbano. In: **Cidade atravessada**. E. Orlandi (org.). Campinas, Ed. Pontes/ Cnpq, 2001.

\_\_\_\_\_. Linguagem e Sociedade Contemporânea – Sujeito, Mídia, Mercado. **RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – NUDECRI**. Campinas, SP, n. 11, março 2005.

\_\_\_\_\_. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD – 69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **O discurso; estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: PIERRE, A. [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso; atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_; WESSELIUS, J. A respeito do Movimento Estudantil e das Lutas da Classe Operária: Três Organizações Estudantis em 1968. In: REGIME, R. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

REIS, F. W. **Brasil ao quadrado?** Democracia, subversão e reforma. Texto apresentado no XIII Fórum Nacional, realizado no Rio de Janeiro, maio de 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SCOTTO, G. Campanha de rua, candidatos e biografias. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**. São Paulo: Editora Record, 1999.

SILVA, S. M. S. da (Org). **Os sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006.

SILVEIRA, F. E. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SIMÃO, A. **O voto operário em São Paulo**. RBEP, n. 1, 1956.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOARES, G. A. D. Bases Ideológicas do Lacerdismo. **Revista Civilização Brasileira**, ano 1, n. 4, 1965.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: Ed. Unb, 2001.

WEBER, M. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WEFFORT, Francisco. **Partidos, Sindicatos e Democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964**. In: Revista de Cultura Política, 1979.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**.

Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZOPPI FONTANA, M.G. Um estranho no ninho: entre o jurídico e o político, o espaço público urbano. **Rua** (LABEURB/UNICAMP), Campinas - SP, n. especial, p. 53-65, 1999.

